

SESSÕES DO PLENÁRIO

103ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de dezembro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (57) A Deputada Ivana Bastos e o Deputado Marcelino Galo Lula encontram-se licenciados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Existe um pedido em requerimento sobre a nossa Mesa dirigido ao (lê) “*Exm.º Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:*

O projeto de Lei nº 21.160/2015, de autoria do Deputado Bobô.

O projeto de Lei nº 23.644/2019, de autoria do Poder executivo, que Altera a Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, na forma que indica, e dá outras providências.

O projeto de Lei nº 23.645/2019, de autoria do Poder Executivo, que Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.”

Assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Osni Cardoso Lula da Silva comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 20 e 21/11/2019.

Do Deputado Tum comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 18,19, 20 e 21/11/2019.

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 11, 12 e 18/11/2019.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Só uma informação, vai ser interrompida a sessão para a solenidade aqui?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Sim.

O Sr. Targino Machado: Tempestivamente, então?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É... Exatamente.

O Sr. Targino Machado: Quem está inscrito aí em segundo lugar, Excelência?...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É... V. Ex.^a, deputado Targino, depois o deputado Jacó, depois o deputado Samuel Junior, depois o Pastor Isidório, depois o Capitão Alden, Marcelo Veiga, Rosemberg, Eduardo Alencar, Robinson Almeida...

O Sr. Targino Machado: Permita-me... por gentileza, me faça uma permuta com o deputado Samuel Junior.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): O.k., faremos.

Deputada Olívia Santana, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Boa tarde a todas e todos. Presidenta Maria del Carmen, venho a esta tribuna com muita satisfação, muita alegria, por ver que hoje o governador Rui Costa deu mais uma ordem de serviço, desta vez para a construção do VLT do Subúrbio. Essa é uma obra fundamental para a cidade de Salvador e para sua integração à Região Metropolitana. São 19,2 quilômetros de trilhos de um trem moderno, avançado, de altíssima capacidade, capacidade de transportar cerca de 150 mil pessoas por dia, que vai ligar o Comércio, portanto, a Cidade Baixa, até a Ilha de São João, que fica na cidade de Simões Filho.

Então, observem o que está acontecendo na mobilidade urbana de Salvador. Nós já temos o metrô, que já chega a Lauro de Freitas, e agora o nosso VLT, que vai chegar até Simões Filho.

Salvador nunca teve uma intervenção na mobilidade urbana, deputada Maria del Carmen, de tal monta. Isso é uma verdadeira revolução para mim, que sou professora, que trabalhava na Via Magia, uma escola de classe média, deputado Rosemberg, ali na Federação, e que saía às 5h30 da tarde da Via Magia, entrava num buzu no Engenho Velho, saía, descia no Comércio, pegava um outro ônibus para Paripe e viajava espremida ali naquele buzu quente, sofrendo com a situação extremamente desgastante para poder chegar em Paripe.

Salvador sempre foi uma cidade muito apartada. Portanto, essa obra não é só uma mudança, uma obra de um transporte que chega, é uma obra de integração social. Com ela também se arrastam serviços públicos para aquela região, oportunidades de emprego, de renda para aquela população. Até a área do Subúrbio será impactada porque aquela região é belíssima, é uma região que tem esse mar calmo, a Baía de Todos-os-Santos, maravilhosa. Portanto, é muito importante. Eu quero agradecer, saudar o compromisso do governador Rui Costa com a cidade em que ele nasceu, que ele cresceu, um filho da Liberdade libertando seu povo da segregação. Então, esse é o assunto primeiro que me traz aqui.

O segundo: com muita tristeza, eu compartilho nesta tribuna um fato absurdo que aconteceu na manhã de hoje, na Universidade Federal do Recôncavo, quando um aluno se recusou a receber das mãos de uma professora negra a prova que ele teria que fazer, a nossa professora Isabel Reis. Isabel estudou comigo na Universidade Federal da Bahia, é uma militante, uma pessoa maravilhosa, tranquila, uma pessoa que sempre prestou um grande serviço à luta antirracista, uma menina que nasceu pobre, mas que cresceu, que dá orgulho a sua família, que fez mestrado, que estudou e que mostrou, sim, que é possível mudar a própria história, apesar de todos os paredões da segregação.

E hoje nós tivemos essa triste notícia, eu fiquei, deputada Maria del Carmen, pensando no que está acontecendo com o nosso país. De repente, o ódio ganhou uma dimensão, saiu do armário, as pessoas não têm mais vergonha de discriminar, de destilar a sua raiva...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) o seu ódio, o seu preconceito.

Ver um vídeo com uma sala inteira chamando um estudante de racista, ele sendo retirado da sala depois de se recusar, reiteradas vezes, a receber da mão da professora

negra aquela prova... Fica aqui o nosso manifesto de repúdio a esse ato e de solidariedade à nossa professora Isabel Reis...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Muito obrigada, deputada Maria.

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Samuel Junior, que trocou com o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr.^a Presidente,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Marcando o tempo, por favor, do deputado.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: (...) deputada Maria del Carmen, meus colegas deputados e deputadas, pessoal da imprensa e toda essa equipe de apoio, eu quero... Primeiro, subo a esta tribuna para agradecer a Deus pelos 100 anos da nossa igreja, nós tivemos uma linda festa, deputado Alan, no sábado agora, dia 7, lá no Estádio Arena Fonte Nova. Foi uma linda festa na qual nós recebemos caravanas de toda a Bahia, mais de 400 ônibus que se deslocaram do interior e vieram prestigiar a Igreja Assembleia de Deus, igreja centenária.

Conversava com o meu eterno presidente da minha Comissão de Saúde, deputado Alex, ele disse que esteve numa festa de 100 anos lá em Coité, mas foi a da Igreja Assembleia de Deus no Brasil, que completou 108 anos agora. Mas a Igreja Assembleia de Deus aqui na Bahia fez 100 anos, igreja essa, deputado Robinson, que se iniciou lá no povoado de Boca do Córrego há exatamente 100 anos. Hoje essa igreja está em todos os municípios do nosso estado, nos povoados e nos distritos.

E sempre digo, Robinson, que a igreja, lógico, não só a Igreja Assembleia de Deus, mas todas as denominações, ela é um braço do Estado porque a gente consegue pegar o cidadão que dava muito trabalho ao Estado e, com o poder transformador que transforma o homem, que nós pregamos nas nossas igrejas, a gente consegue tirar esse homem da margem da sociedade e devolvê-lo à sociedade, dizendo sempre a ele que dê a César o que é de César. Então, ele passa a ser um cidadão de bem e cumpridor das suas obrigações.

Eu quero aqui parabenizar todos os membros da Igreja Assembleia de Deus, uma igreja que tem quase 500 mil “assembleianos”, que lotou a Arena Fonte Nova; parabenizar a pessoa do pastor Valdomiro, que é o presidente dessa convenção, presidente da igreja aqui em Salvador. Mas eu não posso deixar também de fazer um agradecimento ao presidente desta Casa, que representou o Parlamento, deputado Nelson; ao meu Líder Rosemberg, que, apesar das grandes ocupações que teve no dia de sábado, fez questão de estar ali não prestigiando o seu colega, o seu liderado aqui nesta Casa, mas prestigiando a Igreja Assembleia de Deus; também ao deputado Júnior Muniz, que esteve presente, apesar, deputado Rosemberg, de sentirmos a ausência do governador do estado prestigiando não o deputado Samuel, tampouco o deputado Alex Santana (deputado federal), mas prestigiando a Igreja Assembleia de Deus, como eu

bem disse aqui, uma igreja que presta um grande serviço ao nosso estado. Também sentimos a falta do prefeito aqui da capital, mas que estava lá representado pelo vice-prefeito, que tem sido um grande amigo nosso, Bruno Reis. Lógico, também agradecer ao secretário Walter Pinheiro juntamente com a sua esposa, Ana Pinheiro, que estavam representando o governo do estado.

Eu quero parabenizar, deputado Targino, a nossa igreja, igreja centenária. E eu não tenho dúvida, deputada Olívia, que todos nós que estamos aqui nesta Casa... Sempre tem alguém lá que vota em todos vocês. Eu digo que a igreja, no último senso, tinha quase 500 mil “assembleianos”, e eu tive 64 mil votos. Então sempre tem uma pessoa que, às vezes, é ligada mais àquele movimento de professores, temos muitos professores, e tem simpatia pelo trabalho da deputada Olívia, pelo deputado Rosemberg, pelo deputado Luciano Simões, que sempre tem essa lembrança de lá.

Então, que a gente continue acreditando que essas entidades, essas religiões têm prestado esse trabalho ao nosso estado e feito esse papel. Fica aqui o nosso agradecimento. Quero dizer que nossa igreja, Robinson, continua sempre à disposição, até porque nós recebemos a orientação dos nossos líderes para sempre estarmos orando pelas autoridades, independentemente de agremiação partidária, de ideologia, de linha de pensamento. É uma obrigação nossa, professor Zé Raimundo, sempre estar orando pelas nossas autoridades, pelo presidente, pelos seus ministérios...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) pelo governador, pelo secretariado e por toda esta cidade.

Essa igreja está instalada nos 417 municípios do nosso estado e, como aqui eu disse, em povoados, em distritos, em fazendas, pregando que Jesus Cristo salva, ele, que tem o poder de transformar o homem.

Deus abençoe, minha presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados, pessoal da TV ALBA, da tribuna, da imprensa, do cafezinho, pessoal da segurança, turma da Taquigrafia, (Lê) “Bebê indígena de 9 meses morreu após esperar 40 minutos para ser atendido no Hospital Manoel Novaes, em Itabuna...” É mais um caso que quero relatar aqui e partilhar com a Bahia, deputada Maria del Carmen.

(Lê) “(...) O caso aconteceu no início da manhã do dia 25 de novembro. O menino se chamava Levi. Segundo a mãe dele, Bisma Nonato Alves, de 21 anos, a criança começou a passar mal no domingo (24).

O bebê foi atendido inicialmente no Hospital Arlete Magalhães, em Pau Brasil, cidade onde morava com a família na reserva indígena Caramuru/Paraguassu. A criança chegou na unidade de saúde com quadro de pneumonia.

Segundo Bisma, o hospital tentou liberação para o atendimento em Itabuna, mas não conseguiu. Ele foi encaminhado para a Maternidade Ester Gomes, que se negou a

recebê-lo alegando falta de regulação, mesmo a criança estando em um quadro, uma situação, de emergência. Por não conseguir atendimento, foi levado pela família para o Hospital Manoel Novaes. Lá, um grande absurdo, o médico atendeu a criança depois de uma espera de 40 minutos, o que já não adiantou, pois a mesma veio a óbito.

O nosso mandato fará uma representação judicial junto ao Ministério Público para que se apure essas denúncias de omissão de socorro no Hospital Ester Gomes e de negligência médica no Hospital Manoel Novaes...”

Eu queria perguntar para a sociedade baiana e brasileira: se fosse o filho de um fazendeiro dono de cacau, será que teria acontecido isso? Se fosse o filho de um empresário, teria acontecido isso? Agora, porque é um indígena, essa população é tratada com esse descaso pelos governos municipais daquela Região Sul da Bahia. É um descaso, é um absurdo. Eu espero que o Ministério Público tome as providências. Quero aqui me solidarizar com a família e com a causa indígena, porque nós não podemos aceitar esse tipo coisa na Bahia.

Queria também saudar a implantação do VLT pelo nosso governador, o governador Rui Costa, que é o melhor governador do Brasil.

O nosso governador assinou hoje a ordem de serviço para a implantação das obras do VLT. A cerimônia aconteceu na Calçada, com muitas lideranças do Subúrbio, muitas lideranças políticas, com o cônsul chinês, com os representantes das empresas.

(Lê) “O modal vai ligar a capital baiana até a cidade de Simões Filho, na Região Metropolitana. Ao todo, a obra de implantação do sistema terá um custo aproximado de R\$ 2 bilhões.

Além dessa obra estruturante, que vai ajudar a alavancar a mobilidade urbana na Região Metropolitana, centenas de empregos diretos e indiretos serão gerados.”, algo em torno de 15 mil empregos diretos e indiretos.

Deixo aqui os meus parabéns ao governador Rui Costa por sua luta, por sua dedicação.

E eu queria tratar de um aspecto importantíssimo do transporte urbano da capital baiana. É porque o povo de Salvador é muito maltratado, o povo aqui é carregado, nesses ônibus, como boi, não têm dignidade nenhuma, as pessoas não têm mobilidade urbana. E o governador Rui Costa, com todos esses investimentos, o metrô, as avenidas transversais, a Orlando Gomes, a 29 de março, agora o VLT, agora a extensão do metrô, isso tudo vai transformar a capital baiana para que, nos próximos 50 anos, ela possa atender o nosso povo com dignidade, que isso é o que é importante.

Os baianos agora andam de metrô com ar-condicionado, bem acomodados, com segurança e conforto. Vão poder agora utilizar o VRT nessas mesmas condições. É o governador que se preocupa com o povo da Bahia, que se preocupa com aqueles e aquelas que mais precisam.

Queria, por último, chamar a atenção também da sociedade brasileira para mais um ataque do Sr. Sérgio Moro e a Polícia Federal com essa tal de Lava Jato, com essa “Vaza Jato” ou essa “Frauda Jato”, que é utilizada como instrumento político para

perseguir a família do presidente Lula. Não sossegaram, prenderam-no ilegalmente, tiraram-no da disputa...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) porque ele iria ganhar as eleições. A justiça foi feita, e ele foi solto, e está no nosso meio. Agora começam a retaliação contra os seus familiares, e nós não vamos aceitar. Nós só vamos sossegar no dia em que Lula tiver a sua liberdade plena, que é a anulação desse julgamento fraudado que foi feito para incriminar o nosso líder e tirá-lo da disputa eleitoral, porque Lula é inocente, Lula não cometeu nenhum crime. O único crime que Lula...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) cometeu foi melhorar a vida daqueles e daquelas que mais precisam.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula); Concluindo, deputado.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Um forte abraço, minha presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores das galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, eu quero aproveitar este espaço hoje para convidar o nobre Líder do Governo, deputado Rosemberg, para uma reflexão sobre algo que está me trazendo bastante preocupação.

Eu conheço, como poucos, o mercado de revenda de combustíveis na Bahia. É um mercado que, ao longo do tempo, foi se transformando e hoje é um mercado, eu diria, marginal, mercado que está se especializando na atividade criminosa. Eu não quero, por omissão, deixar de trazer a preocupação com esse projeto que tramita na Casa, e que V. Ex.^a deve trazer à votação hoje, a reforma na forma de restituição do imposto ICMS cobrado a mais que a revenda.

Para que as pessoas e os outros deputados entendam, na revenda de combustíveis existe uma substituição tributária em que o revendedor paga o imposto antecipado à distribuidora de petróleo, porque é melhor para o estado receber o imposto na mão de 15 ou 20 distribuidoras do que receber na mão de mil e tantos postos de combustíveis. Isso é uma comodidade para o estado.

Para isso, o estado lança mão do estabelecimento antecipado do valor sobre o qual é cobrado o ICMS. Hoje está em torno de R\$ 4,80, mas existem combustíveis aí sendo negociados até, como em Feira de Santana, até a R\$ 4,44. Então, tem uma diferença maior, e o consumidor, através do posto do revendedor, paga a mais.

O que esse projeto quer é disciplinar, normatizar a forma de devolução desse dinheiro, pelo estado, ao comerciante que vendeu com um valor menor. Aí parece até uma coisa inocente, mas nesse mercado de combustíveis o que não há é inocente. O que a gente está vendo aí são redes que parecem exitosas, administradas por administradores formidáveis, com expertise, mas a *expertise* não é empresarial, é

expertise no crime. Porque, ainda recentemente, nós vimos dois postos na região de Feira de Santana onde a gasolina periciada pelo Ministério Público, pela Secretaria da Fazenda e pela ANP... em um dos postos, a gasolina tinha 90% de etanol. Então, na verdade, não era gasolina, era álcool batizado com gasolina e vendido como se gasolina fosse.

No outro, da mesma rede, só que em Anguera, a gasolina estava com 89% de álcool. E o pior, deputada Maria del Carmen, esse álcool não é comprado na usina com nota, esse álcool é comprado sem nota. O consumidor está perdendo porque a gasolina com essa mistura, com álcool, ela se torna menos econômica, mas o consumidor ainda perde menos do que o estado, que está perdendo todo o ICMS daquele...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) daquele etanol.

Então eu chamo a atenção: eu acho que esse projeto precisa atender o princípio da anualidade, qualquer modificação tributária precisa cumpri-lo. Talvez por isso, essa pressa para aprovar ainda este ano, deputado Rosemberg... Eu entendo isso, mas eu estou preocupado porque não estou deputado, apesar de ser Oposição, apesar de ser Líder da Oposição, para trazer prejuízos para o estado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) sem a minha manifestação.

Eu quero deixar, aqui, claro isso, porque isso vai dar problema lá na frente para o estado...

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Pastor Isidório pelo tempo de até 5 minutos. Com a ausência do deputado Pastor Isidório, concedo a palavra ao deputado... Ah! ele chegou! Chegou o deputado Isidório. Pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR ISIDÓRIO FILHO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, gostaria de, primeiramente, agradecer a Deus por mais esta oportunidade de estar aqui e, primeiramente, abrir o meu discurso lendo o Salmo 125, que diz que (lê) *“os que confiam no Senhor serão como o Monte de Sião, que não se abala, mas permanece para sempre”*. Com esse salmo, eu gostaria de aproveitar para parabenizar a centenária Igreja Assembleia de Deus, igreja que no último final de semana fez uma linda festa para comemorar o seu centenário.

É um século de história, um século transformando, resgatando vidas, e de histórias. História como a de meu pai, Pastor Sargento Isidório, que foi encontrado nas ruas, bebendo, se drogando, por uma senhora da Assembleia de Deus, e ali ele aceitou, pela primeira vez, aceitou Jesus e, a partir dali, mudou de vida. Foi através da Assembleia de Deus que meu pai aceitou Jesus, largou o alcoolismo, largou as drogas e muitas outras coisas que praticava naquele tempo.

História como a de minha mãe, que também aceitou Jesus na Assembleia de Deus há mais de 20 anos, dali foi participar do grupo das senhoras, das irmãs do círculo

de orações, foi ser dirigente do círculo de orações. E essa Igreja completou 100 anos. Histórias como essa temos por toda a Bahia. Por isso, quero aproveitar para parabenizar todos os pastores, são mais de 2 mil pastores em toda Bahia, os filhos dos pastores, todos os diáconos, presbíteros, todos os dirigentes e todas as dirigentes do círculo de orações da Bahia, todos os porteiros, todos os auxiliares, todos os que fazem parte dessa grande igreja e desse grande ministério.

E, é claro, parabenizar todos os irmãos, todos os membros, são mais de 500 mil membros em toda a Bahia. Uma igreja forte, uma igreja que é de todos, uma igreja que não tem dono. A Assembleia de Deus é minha, é do povo da Bahia, é de todos nós. São 100 anos de Assembleia de Deus, 100 anos de vitórias e 100 anos de conquistas. Parabéns, Assembleia de Deus, e parabéns a todos os “assembleianos”.

(Sr. Pastor Isidório Filho canta: “Assembleia de Deus, vem comigooo!”)

Parabéns a Assembleia de Deus!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Capitão Alden pelo tempo de até 5 minutos. Com a ausência do Capitão Alden, concedo a palavra ao deputado Marcelo Veiga pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELO VEIGA: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas e principalmente a imprensa aqui presente, hoje, presidente, eu vim fazer um apelo, mais um apelo da pureza da minha alma e da pureza das minhas convicções, eu venho falar hoje, mais uma vez, sobre o Rio Utinga, esse rio que sofre uma crise hídrica gravíssima na Chapada Diamantina, e isso vem sendo alertado há muitos anos.

Eu, desde 2014, muito antes de pensar em ser deputado, eu venho lutando, eu venho brigando contra esse grave problema que atinge toda a bacia do Rio Utinga no período de seca, como é o período de agora. O rio seca e deixa sem água o povo mais sofrido, deixa sem água o povo de Wagner, deixa sem água o povo de Lajedinho, o povo de Andaraí, o povo de Bonito. E isso me preocupa muito, me preocupa muito porque eu não estou vendo, eu não vejo, soluções. Soluções eu vejo, eu não vejo eficácia para resolver esse problema. É um problema grave que a população está sofrendo de uma maneira incrível, e na época da seca acontece a pior coisa: vem o Inema, com lacres indiscriminados, lacrando bombas de meio cavalo, lacrando bombas de um cavalo, deputado Rosemberg, com a qual a pessoa irriga meia tarefa de terra em que planta seu mamão, planta seu tomate, e isso não é solução definitiva.

Eu venho aqui suplicar para que as autoridades municipais, estaduais e federais resolvam, vejam que isso, de fato, é importante, e precisamos agir. O Inema precisa regularizar o uso da água, o uso da água está indiscriminado. Precisamos fazer barragens para perenizar o rio. O lacre anual não é solução. Eu venho aqui dizer e suplicar, mais uma vez, já participei de audiência pública, de reuniões na Cerb, na Embasa, enfim, diversos debates, mas a gente precisa tomar providências eficazes e efetivas para que o Rio Utinga não morra, para que o Rio Utinga continue ajudando a população pobre, que mais precisa dele para a sobrevivência.

Deputado Zé Raimundo, estamos num momento de desemprego, de calamidade na economia do Brasil inteiro. O Brasil vive uma época que nunca se viu antes. As prefeituras estão sufocadas. Quando o pequeno produtor produz seu próprio alimento, seja para sobrevivência, seja para vender, isso desafoga o município, isso desafoga a economia, tira um peso das costas dos governantes, mas o lacre prejudica, o lacre vai de encontro a isso.

Eu sei que Lajedinho sofre um problema de abastecimento de água muito grave. Já estão sendo feitos poços artesianos, a Embasa está em busca disso, já começou a fazer esses poços, mas temos que ter celeridade. O Rio Utinga, a bacia do Rio Utinga, clama por solução. É muito difícil para mim, um deputado jovem, chegar na região de Utinga, na região de Wagner e ver a população perguntar: “Deputado, o que eu vou fazer para sustentar a minha família, eu, que só tenho meia tarefa de terra para plantar o meu mamão, eu, que só tenho meia tarefa de terra para plantar o meu tomate? Estão aqui lacrando minhas bombas, estão confiscando bombas.”

Isso não é solução. Todo ano, começa a chuva, acaba a discussão, tudo fica aparentemente tranquilo, mas quando volta a seca, voltam os problemas, e a solução que a gente tem visto é só o lacre. Lacre não é solução. Os pequenos produtores estão sendo crucificados. A partir daí, a economia é sacrificada, os municípios são sacrificados, o próprio estado é crucificado.

Então, estou aqui mais uma vez lutando porque essa bandeira minha é antiga, desde antes de ser deputado, porque eu sei e eu vi, na pele, D. Quita, deputada Olívia Santana, uma senhora de 68 anos, ter sua bomba de meio cavalo lacrada e confiscada, ela, com meia tarefa de terra, plantando para sobrevivência. É uma agricultura... não é nem familiar, é de sobrevivência.

Então fica aqui registrado mais uma vez, nos Anais desta Casa, essa minha...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) luta que eu venho fazendo direto.

E, aproveitando também a oportunidade, gostaria de saudar quatro pessoas importantes do município de Antas, porque ontem eu vim aqui na tribuna, e não deu tempo de falar. Como eu disse, Antas é uma cidade onde eu tenho muitos amigos, é uma cidade com que eu tenho uma relação familiar. Então eu gostaria de saudar, rapidamente, o vereador Ricardinho; o ex-vereador, liderança, Júnior de Tota; o vice-prefeito, Valdivino Nunes, e o amigo, líder, ex-vereador Marcones.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Fica, aqui, a minha manifestação.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Rosemberg Lula Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, servidores e servidoras, primeiro, quero parabenizar o presidente Nelson

Leal, que hoje fez uma reunião com a imprensa, prestando, obviamente, esclarecimentos sobre a trajetória desta Casa de fevereiro até agora, e parabenizar todos os jornalistas que cobrem esta Casa.

Presidenta, eu ouvi atentamente o deputado Targino. Deputado, com relação a esse projeto do ICMS, na minha opinião, é um projeto muito mais de interesse dos empresários no sentido de atualizar a regulamentação com relação ao ICMS de diversos produtos cobrado pelo valor de pauta pela Secretaria da Fazenda.

É lógico que isso implica muito mais a área do comércio, principalmente na área de alimentos, em que há muitas promoções. Com isso, acaba que na venda do produto o ICMS deveria ter um valor menor do que o que é cobrado pelo valor de pauta.

É lógico que V. Ex.^a tem razão numa questão, quando diz respeito aos derivados do petróleo. O que há na realidade é um comércio marginal na área de derivados de petróleo. E não é esse projeto que vai alterar isso.

O que está alterando, na minha opinião, é o trabalho de fiscalização que o governo do estado, junto com a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, a ANP, a Fecomércio, os diversos órgãos que envolvem o comércio dos derivados de petróleo na Bahia, está fazendo no sentido de evitar essa fraude.

E, aqui, é bom também... Nós precisamos fazer um trabalho de conscientização da sociedade. Muitas vezes o consumidor está acostumado a colocar combustível num determinado posto. Então, há uma promoção rápida ali e o consumidor sai correndo, mas não sabe que aquela promoção é muito mais uma ação criminosa do que efetivamente uma promoção. Ali ele está consumindo um produto que às vezes não tem origem definida, como V. Ex.^a falou aqui em relação à aquisição do álcool. Há, às vezes, mistura, adulteração na própria bomba de combustível.

Então, eu acho que, sobre essa questão, deputado Targino, nós temos que fazer um trabalho aqui, no estado, no sentido de criar um mecanismo de proteção ao consumidor. Também nós temos que criar um processo educativo de fidelização do consumidor a determinados estabelecimentos, que ele tenha a sua relação de confiança.

Às vezes eu falo... Por exemplo, por questão de 2, 3 centavos você sai e, às vezes, gasta mais para fazer o abastecimento em outro estabelecimento do que naquele de sua confiança. E lá você acaba sendo lesado por algum tipo de crime praticado nessa venda marginal.

Esse projeto do ICMS não vai ampliar esse tipo de atividade clandestina, muito pelo contrário. O que eu acho que tem de ser feito, na realidade, é uma fiscalização...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) mais efetiva e a conscientização da sociedade.

Por último, quero fazer um apelo a todos os deputados e deputadas, para que a gente possa se debruçar nesses últimos dias – levando, inclusive, as diversas demandas e projetos aqui para uma força-tarefa – e votar os projetos de interesse da sociedade. E projetos, inclusive, de iniciativa dos deputados.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Que a gente possa apreciá-los ainda no decorrer desta semana e da semana que vem, deputada Maria del Carmen, que preside esta sessão, para que a gente possa encerrar este ano com a maior votação de projetos de iniciativa de deputados da história desta Casa Legislativa.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Eduardo Alencar, pelo tempo de até 5 minutos.

Depois do deputado Eduardo Alencar, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Srs. Deputados, Sr.^a Presidente, mais uma vez retornando a esta tribuna, para relatar o ocorrido hoje. Ao lado do governador Rui Costa, estavam lá diversos deputados: deputada Olívia Santana, deputado Robinson e outros. Alex Lima estava lá conosco.

Veio um filme na minha cabeça. Em 2014, o atual governador era pré-candidato a governador do estado e o governador era Wagner, hoje senador. Naquela época, em Simões Filho, na inauguração da UPA – em 2014 inauguramos aquela UPA – o discurso do governador atual, Rui Costa, era o compromisso de mobilidade, incluindo Simões Filho nesse projeto tão importante para a mobilidade de Salvador e Região Metropolitana.

Hoje, ele assinou a ordem de serviço para a implantação do Veículo Leve de Transporte (VLT) que fará a ligação da Cidade Baixa à Ilha de São João, que fica em Simões Filho, e para a estação do metrô que vai ser inaugurada muito em breve. O governador hoje teve a alegria e satisfação de ter dado essa ordem de serviço para um compromisso assumido naquela época, em 2014, como candidato.

Como foi importante a vitória dele naquele momento, porque é uma gestão de continuidade. Não podemos esquecer os méritos do ex-governador e atual senador Jaques Wagner, porque foi um projeto que se iniciou na sua administração. E hoje está sendo dado o primeiro passo para a conclusão dessa obra tão importante para todos nós.

Eu gostaria de agradecer ao governador e dizer que tem um ofício aqui, nesta Casa, já aprovado pela Mesa, em que peço a extensão até Simões Filho e que vá até Camaçari, porque entendo que é a solução definitiva para que o sistema de transporte alternativo, VLT, venha a solucionar os engarrafamentos, os ônibus cheios, trazendo melhoria de vida para o povo da Região Metropolitana. Tenho a certeza absoluta, presidente Maria del Carmen, de que o governador vai olhar para isso com bons olhos. E é tão importante para a nossa capital como é importante para a Região Metropolitana.

Eu gostaria, nesse momento, de deixar aqui minha alegria, minha satisfação e dizer: muito obrigado, governador Rui Costa, muito obrigado, ex-governador Jaques Wagner, porque tem-se que olhar para projetos de continuidade que são tão importantes para todos nós.

Tenho uma denúncia a fazer aqui. Nós temos o Condomínio Bela Vista II, que fica em Santo Antônio do Rio das Pedras. E lá existe a Pedreira Limoeiro. E essa

pedreira está trazendo um transtorno muito grande para os moradores do Condomínio Residencial Bela Vista II, porque está rachando todos os apartamentos, pondo em risco a vida de muitas famílias que lá residem. Esse condomínio foi inaugurado quando eu era prefeito, mas, hoje, a pedreira que existe próximo de lá não está obedecendo às leis que devem ser cumpridas rigorosamente.

Por esse motivo, peço que a Comissão do Meio Ambiente e a Comissão de Infraestrutura façam a notificação à Pedreira Limoeiro para que ela venha aqui para explicar o que está acontecendo no momento. Ao mesmo tempo, é importante que haja uma fiscalização no condomínio em parceria da Caixa Econômica Federal com a nossa Comissão de Infraestrutura para ver o risco que as famílias que moram lá estão passando.

Hoje, alguns moradores estiveram comigo aqui, na Assembleia, e me mostraram fotos dos apartamentos todos rachando, pondo em risco as vidas dos cidadãos. E se não tomarmos providência urgente, diversas famílias podem, hoje, estar correndo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

...sério risco de vida.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

O Sr. Marcell Moraes: Pela ordem, presidente.

Nobre presidente, antes de pedir minha questão de ordem, venho aqui comunicar ao povo da Bahia, esse povo guerreiro, povo dessa cidade do Salvador, que já foi a terceira maior...

Questão de ordem, Sr.^a Presidente! Eu tenho 5 minutos para elaborar minha questão de ordem, e no final eu informo qual será a minha questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Nós estamos encerrando. Enquanto tiver... questão de ordem tem que esperar o deputado terminar de falar.

O Sr. Marcell Moraes: O deputado terminou de falar!

Então, desculpe-me, deputado. Desculpe-me, desculpe-me, deputado. Peço desculpas.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não pode dar aparte. Durante o Pequeno Expediente não tem aparte, deputado.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Meu querido deputado...

Eu tinha acabado de falar, minha presidente.

Acho o seguinte, eu gostaria de, neste momento, agradecer por sua tolerância, mas o deputado pediu um aparte e, infelizmente, não pode ser dado.

Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcell Moraes: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, deixe Robinson falar por 2 minutos. Depois você entra e pede questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Robinson Almeida.

Por 2 minutos só, que faltam para acabar o Pequeno Expediente. Assim, contenta.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, galeria da imprensa, este mês de dezembro é um mês que entra para a história da Bahia. Um mês marcado por grandes acontecimentos que vão moldar o futuro do desenvolvimento econômico da Bahia.

Quero registrar aqui a ação do governador, já anunciando a contratação da empresa para a construção da nova rodoviária da cidade, a ordem de serviço para estender o metrô de Salvador por mais 5,5 quilômetros, chegando à populosa região de Águas Claras e Cajazeiras. E hoje o anúncio da ordem de serviço para a obra do VLT, o Veículo Leve de Transporte, o monotrilho que vai rodar no Subúrbio de Salvador. E, na próxima sexta-feira, o leilão para a construção da Ponte Salvador-Itaparica.

Então, dezembro de 2019 entra para a história da Bahia como o mês em que os anúncios colocados em prática pelo governo do estado vão reorganizar o desenvolvimento econômico da nossa capital, integrando duas importantes regiões, Cajazeiras e Subúrbio, a essa malha de mobilidade urbana criada...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) recentemente.

Além disso, vai possibilitar um novo desenvolvimento econômico no Baixo Sul, no Sul do estado e no Recôncavo Baiano por conta da ponte Salvador-Itaparica.

Parabéns, governador Rui Costa. Hoje a Bahia lhe agradece por ser o governador que deu maior atenção...

A Sr.^a PRESIDENTE (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (...) e maior investimento ao nosso estado.

Obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Marcell Moraes: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Marcell Moraes.

O Sr. Marcell Moraes: Sr.^a Presidenta, nobre deputados, quero saudar o deputado Robinson Almeida, que vem com notícias de 2019. Espero que essas obras saiam. Mas quero informar que 2019 já chega aqui com uma grande notícia para o povo da Bahia. Dizer que desde 2012, muito antes de 2012, lá para 2008, 2009, eu sempre sonhava com a construção do hospital público veterinário.

Virei vereador em Salvador e entreguei no meu primeiro dia de mandato um projeto de indicação, na época, para o prefeito ACM Neto, para construir o hospital público veterinário.

Vocês sabem que o papel do deputado é fazer leis que não gerem custos para o estado; o de vereador também. Proibido liberar. Então, eu não tenho emenda para fazer o hospital público veterinário, mas cobrava todos os dias ao governador Rui, ao prefeito ACM Neto e até ao presidente da República, se fosse possível. E lutamos, lutamos, lutamos incansavelmente. E eu sempre falei que estou na política por uma missão, não é por uma profissão, estou aqui por um ideal. E sempre falei que quando esse hospital público veterinário saísse seria um sonho realizado.

E agora eu informo ao povo da Bahia, esse povo querido, esse povo que me acompanha, esse povo que me deu 65 mil votos, sendo votado em 414 cidades do estado da Bahia, que vai sair o hospital público veterinário.

Já foi aberta a licitação para o hospital público veterinário aqui, em Salvador. Aí, quero parabenizar os protetores dos animais, quero parabenizar o secretário Léo Prates, quero parabenizar o prefeito ACM Neto. Foi aguerrida a nossa luta de 10 anos, tentando construir esse hospital público veterinário.

Então, até junho, deputada Fabíola, sai o hospital público veterinário de Salvador.

Lá atrás, quando eu era vereador de Salvador, eu falava que iria trazer o Castra Móvel, e ninguém acreditava. Trouxe o Castra Móvel. Hoje, temos dois, um da prefeitura e um com recursos próprios.

Eu falava de SAMU Veterinária e todo mundo também não acreditava. E agora estou falando do hospital público veterinário, que conseguimos trazer para Salvador. Já foi aberta a licitação. Atenção, empresários do Brasil! Corram, já abriu a licitação! O secretário Léo Prates já abriu a licitação para a construção do hospital público veterinário, uma luta nossa, uma luta antiga, uma luta que me emociona.

Eu acho que quando a gente entra na política é por uma missão, quando a gente entra na política é para deixar um legado. Isso é o que faz a vida crescer, é isso que nos honra. Eu acho que nada na vida acontece por acaso. Nós não estamos aqui por acaso. São 63 parlamentares que estão aqui por um ideal, e eu, no meu ideal, consegui: já foi aberta a licitação para o hospital público veterinário.

É como o nascimento de uma filha e de um filho. Eu tenho uma filha, minha filha Marcella. Eu esperei 9 meses para minha filha nascer. Hoje, ela tem 5 anos. Então, eu esperarei 7 meses agora, Bahia, 7 meses para sair o hospital público veterinário. Faltam 7 meses!

Emoção, deputada Fabíola, V. Ex.^a que foi minha colega vereadora de Salvador. Entramos lá juntos, entramos aqui juntos e nos reelegemos juntos. V. Ex.^a sabe porque eu falava todo dia. E eu cansava de pedir para o prefeito ACM Neto, eu cansava de, quando me encontrava com o governador Rui Costa nos bastidores, falar: governador, o hospital público. Eu sou oposição ao governador Rui Costa, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra.

São 200 mil animais abandonados. A população carente não aguentava mais. Recife estava na frente de Salvador, Pernambuco estava na frente da Bahia em relação ao hospital público veterinário.

É por isso que eu digo ao povo da Bahia que nossa luta continua, nossa luta aguerrida, esforçada, nossa luta que resulta em conquista em cima de conquista. Por quê? Deus é justo! Então, iluminou o prefeito ACM Neto, deu aquela sacudida e, agora, vai sair o hospital público veterinário de Salvador.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado...

O Sr. Marcell Moraes: Que sirva de exemplo para o governador Rui Costa, porque terá em Salvador, mas poderia ter em Vitória da Conquista, deputado Zé Raimundo,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado...

...poderia ter em Feira, em Amargosa, em Ruy Barbosa, em Santo Antônio, mas o governador da Bahia não quer. Não está cuidando da população, muito menos dos animais.

E o bait ao prefeito ACM Neto, desde 2012, o projeto de indicação de quando era vereador, vai sair o hospital público veterinário.

Então, é uma conquista. Obrigado ao povo da Bahia por essa confiança, obrigado ao povo da Bahia, porque o nosso mandato é sério, relacionado aos animais e ao meio ambiente...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado...

O Sr. Marcell Moraes: E minha questão de ordem, deputada, é para uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

Então, saudações ecológicas e que chegue logo o hospital público veterinário da cidade de Salvador. Sete meses! Faltam 7 meses para a inauguração do hospital público veterinário.

Todos juntos!

Obrigado, Bahia! Obrigado, meu Deus.

O Sr. Alex Lima: Questão de ordem! Questão de ordem!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Ainda no forte discurso do deputado Marcell Moraes, quero pedir a V. Ex.^a que zere o painel e faça contar o tempo regimental para a questão de ordem do deputado Marcell Moraes para a verificação de quórum.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por favor, marquem o tempo.

Há 18 deputados no plenário.

Existe um pedido de verificação de quórum do deputado Marcell Moraes. Solicito aos deputados que estejam em qualquer canto desta Assembleia, seja nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, na tribuna de imprensa ou em qualquer outro lugar dessa Casa, que deem presença, pois existe um pedido de verificação de quórum do deputado Marcell Moraes para darmos continuidade.

Esta sessão será interrompida dentro de alguns minutos. E para que a gente possa dar continuidade à presente sessão, já que temos, inclusive, projetos em pauta para a votação...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Pela ordem, Sr. ^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Há um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Marcell Moraes. Eu convido todos os deputados a adentrarem o plenário desta Casa para dar presença, para a continuidade da presente sessão. Solicitada a verificação de quórum.

Deputado Marcell, V. Ex.^a não deu presença. Se não der presença, cai o seu pedido de verificação de quórum.

Existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Nós temos hoje matérias importantes em pauta para votação e solicitamos a todos... Eu vou fazer a chamada nominal.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal.)

O Sr. Zó: Pela ordem, presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Zó.

O Sr. Zó: Presidente, eu queria fazer o registro aqui, hoje... apesar de ter sido um crime que aconteceu em Pernambuco, eu queria registrar aqui, hoje, pelo crime bárbaro primeiro, pela amizade, pelos pais serem juazeirenses, o crime da garota Beatriz, que completa 4 anos hoje. Um crime bárbaro!

Noticiam que foi em uma escola de Petrolina, mas a escola tem nome: Colégio Maria Auxiliadora, em Petrolina.

E tem 4 anos que ela foi assassinada com 4 perfurações de faca, e há toda uma dificuldade para se chegar ao assassino e puni-lo.

Queria fazer esse registro porque não há manifestação da Assembleia de Pernambuco em relação a esse assunto, e a gente quer cobrar que os nossos colegas deputados de Pernambuco, principalmente de Petrolina, possam se manifestar em relação a esse caso.

É um caso que tem 4 anos. Troca delegado, muda delegado, e a pessoa que, supostamente, pelo menos é isso que se noticia, deu fim às filmagens das câmaras de vídeo do local continua solta. E os pais da criança, anunciam, estão lá peregrinando, de justiça em justiça, de local em local, sem conseguir que os assassinos, que estão soltos e podem assassinar mais pessoas, sejam punidos.

Então, eu queria deixar o registro, em nome dos pais da menina Beatriz, desse crime bárbaro que aconteceu na cidade de Petrolina e que precisa que tenha um desfecho final, porque esse assassino solto pode continuar matando crianças, e matando outras pessoas também.

Então, eu queria deixar esse registro aqui, hoje, como juazeirense que sou, para que a Justiça de Pernambuco definitivamente coloque atrás das grades os culpados do crime bárbaro da menina Beatriz.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Bom, Sr.^a Presidenta, eu queria complementar a minha fala, e eu queria saudar e parabenizar o governador Rui Costa e dizer do orgulho de fazer parte do time do governador, porque hoje foi um dia histórico na assinatura de ordem de serviço do VLT.

Mas ele também anunciou que na sexta-feira vai ter na Bolsa de Valores, em São Paulo, a abertura dos envelopes para a construção da Ponte Salvador-Itaparica. É outra obra importantíssima, uma obra grandiosa e que, com certeza, vai mudar para sempre a vida do nosso estado e a vida do nosso povo.

Então, eu queria saudar o governador, dizer da nossa alegria, da nossa satisfação e da minha honra de ter participado desses momentos históricos aqui, na nossa capital.

Eu queria também...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Deputado...

O Sr. Jacó Lula da Silva: Pois não, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu queria chamar os deputados, fazer a chamada, deputado. Então, peço a V. Ex.^a que seja breve.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Pois não, fique à vontade.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Nós temos matéria para votação e só temos 16 deputados em Plenário.

Há um pedido de verificação de quórum do deputado Marcell Moraes. Eu solicitaria aos deputados para adentrarem o Plenário, aqueles que estejam em seus gabinetes, no cafezinho, na tribuna de imprensa ou em quaisquer outras dependências desta Casa.

Hoje, aqui, está movimentado, pois é o dia da entrega dos prêmios por desempenho dos deputados. Portanto, solicito a presença de todos.

E chamarei, agora, cada um deles.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Temos 22 Srs. Deputados. Daremos continuidade à presente sessão.

No Grande Expediente, o orador inscrito é o deputado Zé Raimundo, do Partido dos Trabalhadores, pelo tempo de até 20 minutos.

Ao se encerrar a palavra do deputado Zé Raimundo, nós suspenderemos a sessão para a entrega dos prêmios destaques.

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo, do Partido dos Trabalhadores, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem a nós pela *TV Assembleia*, assessores da Mesa Diretora, eu ocupo, Sr.^a Presidente, este horário do Grande Expediente em nome do meu partido para tratar de alguns temas, de alguns assuntos que eu considero relevantes nos planos nacional, estadual e local, especialmente o quadro geral deste país, o nosso país, da Bahia e também, evidentemente, alguns aspectos aqui do nosso cotidiano.

Eu começaria por alguns breves informes, ressaltando que há poucos instantes eu estava na Secretaria de Infraestrutura, no Departamento... ou melhor, na Superintendência de Infraestrutura, com o Dr. Saulo Pontes, e ele numa correria danada lá dentro do órgão porque estava preparando a documentação, preparando as informações, os dados para a licitação do projeto da Ponte Salvador-Itaparica.

Pela manhã, também o debate sobre o novo sistema de transporte VLT, que vai ligar o Subúrbio de Salvador, integrando a vida dinâmica da capital.

E em todos os lugares por onde a gente anda são informações positivas, especialmente informações da ação do nosso governo, da ação do governador Rui Costa.

E ao sair daquela reunião, abro o meu celular e vejo as notícias nacionais. É um contraste! Enquanto de Brasília só nos chegam notícias das trapalhadas do presidente da República, na Bahia, mesmo com esse quadro difícil, nós continuamos como um estado do progresso, um estado do desenvolvimento.

Hoje mesmo, daqui a pouco, estará sendo aberta a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Ontem, tivemos aqui a presença do governador Jaques Wagner, debatendo a agricultura... ou melhor, a economia solidária. Há poucos dias, tivemos no Parque de Exposições uma Feira da Agricultura Familiar, com a presença de órgãos do governo do estado, mostrando o crescimento, a evolução desse tão importante segmento da nossa economia baiana.

Por isso é que nós fazemos um balanço de que esse ano de 2019, estamos chegando ao final do ano, foi um ano de reafirmação desse projeto na Bahia, que começou com o governador Jaques Wagner, que, de forma democrática, procurou se apoiar nos movimentos sociais, nas forças vivas da democracia baiana, incorporando também atores que historicamente estiveram em outros projetos.

E a partir da gestão de Wagner a Bahia deslanchou. Evidentemente que naquele momento tivemos o apoio decisivo da nossa presidência, na época exercida pelo presidente Lula e depois com a Dilma. Mas Wagner inaugurou ali um modelo extraordinário de buscar as parcerias, de interiorizar o desenvolvimento, levando obras e ações para toda a Bahia. Foi assim com o nosso governador Rui Costa.

Estão aí em todos os lugares da Bahia projetos estruturantes, sobretudo isso que já foi dito aqui hoje – e esse dia vai passar para a história definitiva da Bahia –, o VLT e já os preparativos para a Ponte Salvador-Itaparica.

E muda completamente, revoluciona completamente o desenho urbano de Salvador. Salvador que é a capital com um dos maiores índices de desigualdades sociais,

Salvador que tem a maior população afrodescendente negra fora da África e que abriga uma potencialidade incrível de cultura e de desenvolvimento.

Por isso, gostaria de dizer que este ano foi um ano de dificuldades, mas foi um ano de reafirmação de princípios democráticos, de progresso e de desenvolvimento na Bahia. Ao contrário do quadro nacional, em que o presidente atacou e destruiu direitos históricos dos trabalhadores, como é o caso da legislação previdenciária. É o presidente que atacou e quer destruir o meio ambiente, um governo composto por pessoas que confundem Kafka com cafta, um presidente que tem entre os seus ministros, entre seus dirigentes pessoas que acreditam que a terra é plana, um governo que aposta no que há de pior na vida coletiva e na vida social: o ódio e a raiva. Estimula os anjos maus da nossa natureza, como diria contrariamente o Steven Pinker, liberando as possibilidades do armamento.

Enfim, um governo que meteu vergonha até aos seus seguidores. Até os seus seguidores estão envergonhados com as loucuras que o Bolsonaro faz, sobretudo no plano da política externa. Um governo que sinaliza para o aprofundamento da dependência nacional, destruindo os grandes ativos que foram, a duras penas, desde os anos 30, estabelecidos pelo governo Wagner, Vargas, melhor dizendo. Não foi Wagner nesse caso, não, foi Vargas.

As indústrias nacionais, a infraestrutura nacional, a indústria siderúrgica, a indústria petrolífera, os bancos estatais, naquele projeto de nação, mesmo sendo capitalista, mas que pudesse ter uma relação no mercado internacional com autonomia. Esse projeto nacional que foi mantido, a duras penas, mesmo com a Ditadura Militar torturando e matando, preservou em certa parte essa questão nacional. Mesmo Collor, mesmo Fernando Henrique Cardoso. Mas aí entrou o Lula, segurou, recompôs, reconstruiu o projeto nacional, sinalizando para uma grande infraestrutura da indústria do gás e do óleo. Uma indústria naval, uma indústria de alimentos que pudesse concorrer, colocar as nossas grandes empresas no mercado internacional.

Então vem um capitão desavisado, que foi expulso do exército, porque, na verdade, as grandes figuras do exército brasileiro, como Nelson Werneck Sodré, como aqueles que foram para a Itália combater o fascismo... Essa memória está sendo rechaçada, está sendo abandonada. O Luís Carlos Prestes, um líder de esquerda que veio das hostes do exército, o Marechal Lott que defendeu de forma aguerrida a democracia, que defendeu, de forma aguerrida, um projeto nacional. E esse capitão, que foi expulso do exército, está mandando e desmandando, fazendo asneira a torto e a direito. Esse é o quadro nacional. Mas já começamos a perceber um mal-estar nos setores da classe média, um reavivamento da juventude, e a nossa esperança é de que, no próximo ano, esse fogo de monturo venha à tona e as labaredas da liberdade retomem com muita força as universidades, no seio dos movimentos sociais, Sr.^a Presidente.

Portanto, queria dizer que este ano é confuso, mas é muito propositivo para o nosso projeto.

Um aparte ao nobre Líder Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Querido deputado Zé Raimundo, V. Ex.^a traz uma avaliação entre o caminhar do governo federal e o governo do estado da Bahia nesse contraponto. Na realidade, na contradição com o governo federal, que aqui na Bahia fechou a unidade de fertilizantes da Petrobras; aqui na Bahia transferiu diversos trabalhadores da Petrobras, do conjunto Pituba, para outros estados; o governo federal está colocando à venda a Refinaria Landulpho Alves para o próximo ano; aqui na Bahia, o governo federal não transfere os valores investidos pelo governo do estado da Bahia para as obras estruturantes... Hoje, há um débito de R\$ 500 milhões que o governo federal não transfere para o governo do estado.

E aqui o governador Rui Costa faz a transferência do terminal rodoviário para uma área que não será apenas uma rodoviária, mas uma interseção das diversas estruturas de mobilidade urbana da nossa cidade de Salvador; aqui na Bahia, o governo do estado – junto com a Assembleia Legislativa – conseguiu atrair empresários para retomar a atividade da fábrica de fertilizantes que o governo federal fechou. E o governo do estado – junto com as diversas ações que a Assembleia Legislativa fez de forma conjunta – atrai empresários que retomam a atividade de fertilizantes no estado da Bahia, o que evita o fechamento de 13 empresas no Polo Petroquímico de Camaçari. Aqui na Bahia, o governador falou ontem da ampliação do metrô e hoje falou da construção do VLT, o que vai criar uma relação moderna de mobilidade urbana daquela comunidade do antigo Subúrbio Ferroviário. Nós, agora, vamos deixar de chamar de Subúrbio Ferroviário para que possamos dizer que ali é a cidade de Salvador integrada, a partir do novo modal de transporte para a população da cidade de Salvador.

Então, é o governo do estado que faz uma mudança significativa na área da educação e na área da saúde. A área da saúde é uma revolução com as policlínicas, com os hospitais regionais, com os hospitais conveniados com as diversas prefeituras, para que se possa zerar o déficit de alta complexidade em diversos municípios, a exemplo do Hospital da Costa do Cacau. Ou seja, o governo do estado vai num caminho de aproximação e de cuidar da sociedade e o governo federal vai destruindo aquilo que os governos do PT construíram ao longo de 13 anos neste país.

Por isso, meu querido deputado Zé Raimundo, quero fazer essa interferência na sua fala, no sentido de ajudar a contextualizar ainda mais essa relação que V. Ex.^a fala.

Tenho convicção de que, para além da minha fala, Vitória da Conquista também precisa entrar numa volta ao seu desenvolvimento e eu tenho convicção de que o povo clama para que V. Ex.^a possa ajudar a trazer de volta o desenvolvimento para a cidade de Vitória da Conquista.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Agradeço o aparte do nobre deputado Líder, incorporo e divido esse informe, esse balanço do governo Rui no meu discurso. Mas, V. Ex.^a, nobre deputado, trouxe, portanto, novos dados para que a gente possa ter essa visão de conjunto do que tem sido a Bahia. Aproveito e me inspiro na sua informação, lembrando, inclusive, do Aeroporto de Vitória da Conquista, da Barragem do Catolé, do Hospital de Base, dos avanços no Oeste, no Norte da Bahia, no Sul da Bahia, lembrando da duplicação da rodovia BA Ilhéus-Itabuna, enfim, são muitas obras na Bahia inteira.

E aqui, como eu disse, me inspirando nessa sua informação, lembro que estaremos comemorando, nos próximos 3 anos, o bicentenário da Bahia. Na verdade, é um período, é uma conjuntura histórica que começa em agosto do próximo ano, com a famosa Revolução Liberal do Porto, que foi a partir dali...

O Sr. Alan Sanches: Sr.^a Presidente, com a sua benevolência e tolerância...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) Pois não.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Só farei esta questão de ordem porque é meu amigo, professor Zé Raimundo, que está ali. Só para fazer um entendimento para suspender a sessão, a gente ficaria... V. Ex.^a ainda tem 5 minutos para falar...

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Pois não.

O Sr. Alan Sanches: (...) que eu pediria a tolerância de V. Ex.^a, porque existem algumas pessoas que estão aí fora, inclusive os pais da deputada Fabíola Mansur – o Cerimonial me avisou sobre isso – e estou incumbido de pedir que a gente suspenda a sessão pelo período que a senhora achar conveniente, para que a gente retorne e V. Ex.^a, deputado Zé Raimundo, complemente o Grande Expediente. Acho que não há perda nenhuma para ninguém.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Mas são 4 minutos. Se V. Ex.^a quiser, eu concluo rapidamente. Fica melhor para não ter que voltar para o Grande Expediente. Pode ser?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Então conclua, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Eu concluo.

Para concluir. Portanto, eu dizia que me inspirando nesta informação do Líder Rosemberg, trago esse marco histórico. A partir de agosto do próximo ano, iremos iniciar um ciclo histórico do bicentenário. Começa com a Revolução do Porto, de agosto de 1820, portanto, bicentenário em 2020. Em seguida, virão as datas de 1821, todas elas decisivas: volta de Dom João para a Europa, para Portugal; a Constituinte, quando baianos foram eleitos, aliás, o primeiro processo eleitoral do Brasil, nobre presidente, vai completar 200 anos. Em seguida, 7 de setembro de 1822, o grito da Independência, em São Paulo, e depois o 2 de julho, aqui em Salvador, que libertou a Bahia.

Por isso eu já gostaria de apresentar a esta Casa uma indicação para que a gente possa fazer um calendário de comemorações do bicentenário da Independência.

Essa era a observação que queria fazer, Sr.^a Presidente, e, atendendo ao apelo, suspenda a sessão. Depois a senhora me retorna os 5 minutos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a, deputado Zé Raimundo, em realidade teria 5 minutos e mais 5, porque quando marquei o tempo de V. Ex.^a eram

25 minutos e eu só marquei 20 minutos. Agora estou avisando, se V. Ex.^a quiser utilizar depois, na continuidade. Porque está registrado isso e não quero...

Então, agora vamos suspender esta sessão pelo tempo de até 90 minutos para a entrega dos prêmios.

(Suspensão da sessão.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Declaro reabertos os trabalhos.

Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria para falar ou indicar orador...

O Sr. Targino Machado: Excelência, é o PSOL.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É. É porque o deputado não está presente, então passei para...

O Sr. Targino Machado: Ele passou o tempo para mim, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Hã? (Risos)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre Líder do PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Vou falar, Excelência. Quem é do mar não enjoa.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino, por 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, encareço a V. Ex.^a, de forma especialíssima, que acione as campanhas e faça uma chamada, quantas chamadas nominais sejam necessárias. Acione as campanhas novamente, Excelência, quantas vezes forem necessárias, para acordar quaisquer dos deputados que estejam presentes nos ambientes deste Parlamento, porque a festa acabou e precisamos voltar a trabalhar.

O Comitê de Imprensa já prestou as homenagens, os deputados homenageados já retribuíram as homenagens, agora precisamos trabalhar. E, para isso, Excelência, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Não é possível que o espírito natalino...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. Targino Machado: (...) contamine esta Casa, Excelência.

Precisamos trabalhar para comprar o queijo, o peru, os queijos e presuntos, os quitutes todos. Precisamos trabalhar, não só para comprar, mas também para merecer os uísques e os espumantes. Para merecer a boa vida que temos, precisamos trabalhar.

Então, por isso, Excelência, quero solicitar de V. Ex.^a agora, deputada Maria del Carmen, que acione as campanhas, que convoque todos os deputados. E eu,

pessoalmente, quero convocar os deputados da Oposição a se fazerem presentes, porque tem uma obstrução na Casa e estão presentes no plenário somente os deputados Luciano Simões, Tom Araújo, Tiago Correia e este deputado que fala no momento. Então, precisamos chamar a atenção de todos.

Os deputados do Governo estão ainda menos representados na Casa, porque...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem.

O Sr. Targino Machado: (...) somos 18 e agora temos cinco deputados porque acaba de chegar o deputado Sandro Régis. E os deputados do Governo, que são 45, tem apenas um, dois, três, quatro, cinco gatos pingados.

Então, Excelência, à exaustão. Aciona bem a campanha, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto, nosso Líder.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campanhas.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, primeiro queria aproveitar este momento para chamar para a Base do Governo o deputado Tiago Correia, porque, como ele substituiu o deputado Léo Prates na Casa – e Léo Prates agora foi para a Base do Governo, no PDT –, fico receoso de o deputado Léo Prates reassumir e tal... E aí, para a base de Rui... E, obviamente, como gosto muito dele, tenho um carinho imenso, já trago logo, já faço logo o convite para que a gente possa... Certo?

Mas, Sr.^a Presidenta, eu queria, atendendo ao pedido de verificação de quórum do deputado Targino, primeiro parabenizar os deputados Nelson Leal, Targino Machado, a deputada Fabíola Mansur e o deputado Alan Sanches pela escolha, extremamente democrática, muito sensível para os quatro deputados que foram considerados destaque na Casa nesse período. Sem dúvida alguma, se nós deputados tivéssemos que votar, certamente, votaríamos nos mesmos quatro deputados.

Então, quero parabenizar pelo trabalho que eles vêm desenvolvendo na Casa. E quero pedir a todos os deputados e deputadas que se façam presentes neste momento. Hoje vamos votar três projetos. Temos que votar dois projetos de iniciativa do Executivo, que estão com regime de urgência, e tem uma conta de 2016 do Ex.^{mo} Sr. Governador Rui Costa. E, obviamente, a depender das negociações aqui na Casa, podemos exercitar a votação de alguns projetos de iniciativa de deputados ainda hoje. Já estou com alguns projetos de deputados do Governo em mãos, que já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, queria convidar a todos os deputados e deputadas que se façam presentes, no sentido de tentarmos fazer uma agenda que possamos ir até o dia 18, votando todos os projetos que estão na ordem para o encerramento do ano legislativo. Vamos fazer um grande esforço. Espero a sensibilidade de todos os deputados para que possamos, cumprindo o Regimento da Casa, votar até o dia 18 todos os projetos que estão tramitando.

Então, queria pedir a V. Ex.^a que marcasse o tempo regimental, que soasse as campainhas, chamasse nominalmente cada deputado para atender a verificação de quórum de 21 Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas aqui na Casa.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe um pedido de verificação de quórum realizado pelo deputado Targino Machado e contestado pelo deputado Rosemberg Pinto, nosso Líder. Pedido de verificação de quórum com chamada de todos os deputados a este plenário para continuidade da presente sessão.

Então, convido todos os deputados que estejam nos seus gabinetes, que estejam no cafezinho, que estejam na tribuna de imprensa ou no saguão, ainda recebendo os cumprimentos e se confraternizando, para adentrarem o plenário desta Casa, pois temos três projetos em pauta no dia de hoje, na Ordem do Dia. Precisamos ter deputados suficientes neste plenário para a continuidade da presente sessão.

Queria, portanto, pedir que conte o tempo, os 15 minutos regimentais para a chamada nominal. Solicito que os deputados que estão no plenário deem presença.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal.)

Deputado Targino Machado, V. Ex.^a não deu presença.

O Sr. Targino Machado: O presidente que estiver incomodado com essa história de eu não dar presença, a gente vai fazer uma discussão a respeito do Regimento...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu sei, deputado, eu sei.

O Sr. Targino Machado: (...) Mesa Diretora não muda o Regimento.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com certeza, deputado.

O Sr. Targino Machado: Então, providenciem alterar o Regimento, porque todo deputado aqui é igual. Todos têm 15 minutos, no caso de continuidade da sessão, e todos têm 25 minutos para dar a presença, o que eu não posso é sair do plenário. Então, não vou aceitar isso. E para o presidente que se sentir incomodado, eu vou avisar a minha senha, porque ele vai logo lá e dá presença. Eu não sou obrigado a fazê-lo. E o que não está na lei, não obriga ninguém.

O Sr. Nelson Leal: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o nosso presidente, deputado Nelson Leal.

O Sr. Nelson Leal: Srs. Deputados, eu queria convidar todos para que se façam presentes, amanhã, no nosso plenário, porque temos uma série de projetos dos parlamentares que pretendemos votar. Então, é importantíssima a presença de todos. E, sobretudo, relembrando o acordo realizado na última sessão, só irão ser votados os projetos dos deputados que estejam presentes no plenário.

Eu conversei com os Líderes Rosemberg Pinto e Targino Machado e amanhã, pela tarde, nós vamos votar esses projetos. Tem que ter a presença mínima de 32 parlamentares porque não iremos dispensar o quórum. Tem algumas votações que são secretas, portanto só poderão ocorrer com o quórum de votação. Então, convido todos os deputados.

Já de comum acordo, nós iremos, inclusive, fazer a dispensa dos tempos dos dois lados. Não é isso não, deputado Targino?

O Sr. Targino Machado: Não.

O Sr. Nelson Leal: Ficamos acertados que os dois tempos de amanhã...

O Sr. Targino Machado: De amanhã?

O Sr. Nelson Leal: De amanhã. Não é de hoje, é de amanhã. Para votar os projetos dos deputados. Então, aproveito, mais uma vez, para convidar...

O Sr. Targino Machado: Excelência, eu não tinha sido avisado disso, não, mas V. Ex.^a...

O Sr. Nelson Leal: Não, V. Ex.^a conversou comigo hoje de manhã, deputado Targino. Eu sei que V. Ex.^a está brincando. É um grande gozador e um grande amigo.

Mas volto a dizer, além de estarem presentes agora no plenário, por favor, amanhã, quarta-feira, à tarde, convido todos os deputados para que a gente possa votar todos os projetos que tenham aí, quer de utilidade pública, quer título de cidadão, comendas ou projetos de lei. Enfim, todos os projetos que têm aí, vamos votar todos.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr.^a Presidenta...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Eu gostaria de aproveitar o tempo, enquanto os colegas deputados não chegam ao plenário, gostaria de reforçar o convite. Apelamos para que todos venham para o plenário registrar a presença porque temos projetos importantes e o ano está acabando. Então, faço esse apelo.

Mas eu queria mandar um recado, Sr.^a Presidenta, para a população da região de Jacobina, Senhor do Bonfim, Saúde, Caém e Pindobaçu. Porque a estrada que liga Jacobina, Senhor do Bonfim, passando por Saúde, Caém e Pindobaçu está muito esburacada. Os motoristas e aquela população estão muito revoltados e cobrando providências do governo. E eu queria informar para aquela população que o governo do estado conseguiu um empréstimo de 200 milhões de euros, algo em torno disso. Está tudo aprovado, toda a documentação, tudo autorizado pelo Senado Federal, mas, simplesmente, o governo federal não libera esse empréstimo para a Bahia, para o governador poder fazer as estradas.

Então, peço ao pessoal de Jacobina que solicite ao Sr. Prefeito, que é ligado à turma de Bolsonaro, que requeira ao Sr. Presidente que libere o recurso, que pare de perseguir a Bahia. Para o povo da Bahia tomar conhecimento, já são mais de R\$ 500 milhões em obras feitas pelo governo do estado, em parceria com o governo federal, e este não repassa esses recursos para a Bahia. A queixa deles é que o governo da Bahia fez as obras por que quis, porque a orientação do governo federal era paralisar todas elas. Portanto, quero deixar esse recado aqui para a população daquela região.

Aproveitando ainda o meu tempo, Sr.^a Deputada, gostaria de lembrar que hoje, 10 de dezembro, faz 71 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É uma data importante, porque essa declaração surgiu da necessidade de se acabar com as

guerras. Mas a maior guerra é a fome, que mata 30 milhões de pessoas por ano, em todo o mundo.

Temos 820 milhões de pessoas que não têm acesso decente ao alimento, que não conseguem comer três vezes ao dia. Enquanto isso, 75% das terras do mundo inteiro estão concentradas nas mãos dos grandes criadores de gado, que agora manipulam como querem o preço da carne. O capitalismo selvagem quer devastar tudo em nome do lucro. Mas a nossa luta por um mundo mais justo segue em frente, defendendo o acesso à água e o desenvolvimento da agricultura familiar, que é responsável por 70% do que chega a nossa mesa.

O agronegócio, que é responsável por grande parte da produção em nosso país, produz, por exemplo, soja e outros grãos que viram ração para animais. Sendo assim, quem garante mais de 70% da alimentação humana no Brasil é a agricultura familiar.

Gostaria de celebrar essa importante data, que não poderia deixar passar batida aqui nesta Casa, que é a Casa do Povo.

Para finalizar, quero parabenizar o deputado Alan Sanches, a deputada Fabíola, o deputado Targino e o deputado Nelson Leal pelas merecidas honrarias que receberam. Todos eles honram o nosso Parlamento.

É isso. Vou ficando por aqui, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe um pedido de verificação de quórum formulado pelo deputado Targino Machado.

Convido todos os deputados que estejam nos gabinetes, nos corredores, na tribuna de imprensa, na sala do cafezinho, no saguão, ainda apresentando os cumprimentos aos homenageados, a adentrarem o Plenário.

Só temos 17 Srs. Deputados presentes e precisamos de 21 para darmos continuidade à presente sessão. Temos três importantes projetos na Ordem do Dia a serem votados, e quanto mais depressa os deputados vierem para cá, mais rapidamente alcançaremos o quórum para a continuidade da presente sessão.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal.)

O Sr. Alex Lima: Sr.^a Presidente, contabilizando o voto do deputado Targino, já há quórum. Vinte já deram presença, com ele chegamos a 21.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Vinte e um Srs. Deputados. Vamos dar continuidade à presente sessão.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Targino Machado: Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois não, deputado.

Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: É o nosso tempo, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ah, o tempo de V. Ex.^a! Já estava no tempo do PSDB?

O Sr. Targino Machado: Não falei no tempo do PSDB porque pedi a questão de ordem.

O Sr. Alex Lima: Ele fez questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Então faça a sua questão de ordem, deputado.

O Sr. Alex Lima: Não, ele pediu uma questão de ordem no momento em falaria no tempo do PSDB.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É porque eu não estava aqui na hora.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Por 5 minutos cada, falarão os deputados Luciano Simões Filho e Sandro Régis.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa tarde, amigos deputados, boa tarde, D. Maria del Carmen, nossa presidente.

Inicialmente, parabenizo todos os deputados escolhidos como destaques pela imprensa. Começo pelo nosso Líder da Bancada da Oposição, deputado Targino Machado, para alguns uma grande surpresa pela calma, pela paciência, pela paz de espírito nas reuniões de Bancada e aqui no Plenário. Parabéns, Targino, pois está nos representando muito bem. Também o deputado Alan Sanches, Vice-Líder da Bancada da Oposição, que vem destacando-se muito aqui neste Plenário, com discursos fortes, sempre na cobrança do governo do estado e também em defesa do melhor prefeito do Brasil, ACM Neto.

Pelo lado do governo, a deputada Fabíola Mansur, que tem um trabalho forte nas comissões temáticas da Casa, apresentando sempre projetos de lei interessantes.

Finalizando, o presidente da Casa, deputado Nelson Leal, que foi eleito com 62 votos desta Casa, que também foi escolhido pela imprensa como destaque parlamentar.

Do outro lado, nós deputados votamos em membros da imprensa escrita, falada e ouvida. O jornalista Levi mais uma vez foi escolhido como destaque na imprensa escrita. Ele é um grande jornalista da Bahia, escreve muito bem, sabe muito e passa toda a sua credibilidade nas páginas do jornal *A Tarde*. Também foram destaques o jornalista Lucas, um jovem muito bom de comunicação que teve votação expressiva dos deputados; e Itamar, escolhido na parte de rádio. Ele, que tem um trabalho forte em Feira de Santana, vem acompanhando a Assembleia Legislativa há muito tempo e a cobre como poucos.

Foi um momento muito importante. Eu já ganhei esse prêmio na legislatura passada. É muito bom porque reflete a avaliação, pela imprensa, do trabalho dos deputados.

É dessa forma que o Parlamento age, mostrando os seus projetos com transparência. No seu discurso, o deputado Nelson Leal destacou não somente as mais de 2 mil proposições votadas aqui este ano, o que é um recorde na Assembleia Legislativa, mas também o trabalho forte realizado nas comissões temáticas. Entre as quais eu destaco a Comissão de Finanças – que faço parte e é presidida pelo deputado Robinho –, já que a gente conseguiu desengavetar muitos projetos de lei de legislaturas passadas que estavam lá parados.

Além de votarmos muita coisa na Comissão de Finanças, fizemos audiências públicas importantes, destacando-se as duas ou três realizadas com o secretário da Fazenda, Dr. Manoel Vitorio.

Também faço parte da Comissão de Assuntos Territoriais, que eu, pessoalmente, gosto muito. Esse colegiado é presidido pelo deputado Osni Cardoso, nosso ex-prefeito de Serrinha, que vem dando continuidade ao grande trabalho do deputado Zó. Debates importantes de questões antigas de vários municípios da Bahia estão acontecendo naquele espaço democrático e aberto às opiniões dos municípios em conflito. Ali também é ouvida a abordagem dos órgãos técnicos, como SEI e IBGE.

Estamos em dezembro, mês de encerramento de um ano de muita paz aqui nesta Casa. Realmente um ano tranquilo, sem grandes polêmicas e, graças a Deus, sem grandes conflitos aqui na Assembleia Legislativa.

Faço coro realmente que tenhamos um fim de ano muito tranquilo. Sabemos que em 2020...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que é ano de eleição municipal, os embates serão, com certeza, mais acalorados.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pelos 5 minutos finais, o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, estamos nos aproximando do final do ano legislativo, e aqui não podemos deixar de registrar, deputado Alan, o equilíbrio que esta Casa teve na pessoa do deputado Targino Machado, nosso Líder da Oposição, que soube, com muito diálogo, muita paciência, conduzir os nossos trabalhos. E também o Líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, que soube, no momento certo, flexibilizar para que o diálogo prevalecesse. Enfim, a Oposição defendeu seus ideais, questionou, fez as suas indagações e foi firme sob a liderança do deputado Targino Machado, mas jamais passamos do limite do respeito, do entendimento e do diálogo.

Isso se deve muito aos dois Líderes maduros e experientes que temos. Muitos achavam que deputado Targino Machado, na Liderança, seria o parlamentar que conhecemos aqui nesta Casa, ou seja, um deputado com rompantes e discursos fortes.

Continuou sendo o mesmo deputado Targino Machado de sempre, defendendo o que acredita, com sua linha, com a mesma postura, porém, numa versão modificada. Um Líder que soube escutar e conduzir a sua Bancada mesmo nos momentos em que tínhamos opiniões diversas. Então, deputado Targino Machado, quero dizer-lhe, como deputado que está no quinto mandato, que teve diversos Líderes, que também já foi Líder, que me senti muito bem representado pela Liderança de V. Ex.^a.

Fui Líder de minha Bancada durante 2 anos. Tive Paulo Azi, que é uma grande referência e presidente do nosso partido, como Líder. Também foram meus Líderes Elmar, que hoje é o Líder da Bancada do nosso partido em Brasília, e Leur. Então tenho condição de dizer que V. Ex.^a é um grande Líder da Oposição. Registro isso em público e digo que V. Ex.^a me representou em nossa Bancada.

E devo dizer ao deputado Rosemberg Pinto que sei que não é fácil – mesmo sendo do PT e Líder do Governo –, com uma Bancada tão grande, respeitar a Oposição. Soubemos dialogar sem a Oposição abrir mão dos seus conceitos, nem tampouco o governo abrindo mão dos seus. E o que isso representa? Representa o amadurecimento da Casa. É o projeto ganha-ganha: ganha a sociedade; ganha o Parlamento, mais respeito.

A sociedade começa a enxergar a Assembleia como um espaço de discussões produtivas, onde realmente se defende os seus interesses. E assim, mesmo com as suas diferenças ideológicas, tanto a Oposição quanto a Situação não deixaram de cumprir o seu papel.

Enfim, vejo 2019 como um ano produtivo para o Legislativo. Nesse sentido, não posso deixar de parabenizar o presidente da Casa, deputado Nelson Leal, que sempre teve, com seu temperamento muito equilibrado – um cara que não tem alternância de altos e baixos na sua postura –, papel importante na liderança da Mesa Diretora.

Fico feliz, deputado Targino, porque um deputado de quinto mandato, muitas vezes, tem de se renovar para buscar estímulos para estar neste Plenário...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) participando das discussões. Mas V. Ex.^a sabe que aqui estive todas as vezes que fui convocado. Até porque me sinto muito confortável nesse nível que V. Ex.^a e o Líder do Governo conduzem os trabalhos neste Parlamento. Que possamos ter em 2020 esse mesmo padrão que vocês dois conduziram a Assembleia Legislativa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, combinamos suspender os tempos, mas eu já havia acertado, antes disso, que o deputado Alex da Piatã falaria durante 6 minutos.

Então, quero manter aquilo que a gente já tinha combinado. O.k.?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Alex da Piatã pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa aqui presente, servidores desta Casa, todos que nos acompanham pela TV

Assembleia, faço questão usar esta tribuna para dizer que nos honra muito ser deputado da base do governo, tendo em vista o convênio firmado entre o governo do estado e os municípios para se implantar, através da Polícia Militar, as disciplinas militares nos colégios municipais.

Confesso que, de início, tive receio – o mesmo receio que ainda vejo muitos terem, inclusive professores e pais – de que o ensino público nos municípios fosse militarizado. Aí passei a acompanhar de perto em alguns municípios. Vou citar o exemplo de um dos primeiros municípios da Bahia em que isso aconteceu, Nova Soure, onde inicialmente houve algumas resistências.

Mas agora, quando o ano está acabando, eu posso vir a esta tribuna, Srs. Deputados, dar o meu testemunho da grande eficácia desse convênio, da grande eficácia desse programa, que tem sido um sucesso em mais de 70 municípios do estado da Bahia.

Lá em Nova Soure, no distrito do Raso, encontrei, por acaso, a diretora do colégio municipal onde foi instalado esse convênio. Ela me deu o testemunho de que antes os professores praticamente não conseguiam dar aula, pois ficavam minutos e mais minutos tentando arrumar os alunos, tentando encontrar um clima adequado de disciplina na sala para que pudessem dar as suas aulas.

Essa diretora também disse que os professores tinham essa resistência, com o temor de que pudesse haver uma interferência na metodologia, na pedagogia de ensino. E agora ela dá, emocionada, esse testemunho de que os professores não têm, absolutamente, mais nenhum problema com a disciplina. Entram na sala e conseguem dar aula com os alunos focados no assunto, prestando atenção, não modificando em nada a questão pedagógica, a metodologia de ensino. Pelo contrário, agora se consegue aplicar muito mais do que antes.

Ela também nos disse, diante da felicidade dos pais dos alunos, que a briga agora é para matricular seus filhos naquela escola. Ou seja, uma mudança. Ela ainda disse: “Alex, isso se reflete não somente na escola, mas também nas famílias. Acompanho há muitos anos, você não tem noção do tanto que os pais e mães têm dito que seus filhos mudaram e têm se comportado muito melhor em casa do que se comportavam antes”.

Às vezes, a gente vem aqui e enobrece obras e grandes investimentos em nosso estado. É justo. Mas eu diria que esse convênio é uma das principais ações do nosso governo do estado.

Tenho certeza de que essas crianças e esses adolescente vão dar uma resposta significativa na vida deles. E a sociedade vai sentir esse reflexo num futuro próximo, quando eles estiverem nas suas idades jovens, nas suas idades adultas. Na verdade, essa disciplina militar está ajudando essas crianças– nesse conjunto educadores/famílias – a alcançarem, nos dias de hoje, a disciplina que as gerações anteriores tinham em casa.

Portanto, meus parabéns ao comandante coronel Anselmo Brandão e a toda a Polícia Militar por estarem fazendo esse trabalho brilhante, sob o comando do nosso governador Rui Costa. E também meus parabéns a todos os prefeitos que aderiram a esse programam.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSL/Republicanos/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. (Pausa) Deputado Targino Machado, Líder da Minoria, é para V. Ex.^a indicar o orador no tempo do PSL/Republicanos/MDB.

O Sr. Targino Machado: PSL e MDB, é isso?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Isso.

O Sr. Targino Machado: Falará o deputado Tiago Correa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pelo tempo de 10 minutos?

O Sr. Targino Machado: Dez minutos.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr.^a Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, imprensa que nos acompanha, servidores desta Casa.

Sr.^a Presidente, trago uma notícia muito triste a esta Casa nesta tarde, que diz respeito à minha cidade natal, Vitória da Conquista – temos aqui alguns deputados conquistenses. Essa notícia, que saiu hoje num blog e vem sendo debatida no município, se refere à luta de estudantes, professores e funcionários do Colégio Estadual Adélia Teixeira. O deputado Zé Raimundo deve conhecer esse problema.

Saudoso Colégio Adélia! Na minha infância, quando estudava em Vitória da Conquista, sempre se dizia quando a aula terminava: “Bora todo mundo para a frente do Adélia”. Colégio grande, um ponto de encontro.

Pois bem, a luta de professores, funcionários, estudantes e pais continua, já que a Secretaria da Educação do Estado comunicou, há algumas semanas, que esse colégio poderia ser fechado e toda a comunidade escolar seria transferida para o Instituto de Educação Euclides Dantas, conhecido também como Escola Normal, outra unidade tradicional no município. Mas pensem que são dois colégios estaduais enormes, e toda a população de estudantes seria concentrada em apenas um espaço.

A comunidade escolar, deputado Targino Machado, não está aceitando essa proposta, até porque o governo do estado vem fechando, ao longo dos anos, diversos equipamentos no município de Vitória da Conquista. Os alunos querem continuar no Adélia Teixeira, colégio que tem uma boa estrutura.

Na verdade, a gente não entende por que o governo vem fazendo isso não somente em Conquista, mas também em Salvador. Alguns colégios estaduais já foram fechados, e já há o anúncio de que outros também serão fechados. A gente não sabe como o governo quer melhorar o IDEB do estado, que só vem caindo ao longo dos anos. Isso não sou eu que estou inventando, não; os números estão aí. É a pior educação entre as capitais do país, e vem numa decrescente. Os secretários da Educação vêm sendo trocados constantemente, e assim não se consegue ter uma linha de trabalho que possa fazer com que a educação evolua em nosso estado.

Nós vemos o IDEB aumentando em municípios, como em Salvador, onde aumenta ano a ano. Aqui, a rede de educação está melhorando, escolas estão sendo inauguradas, com o crescimento da oferta de vagas para os alunos. Por outro lado, a gente vê o estado na contramão em uma área tão importante e essencial para a vida dos baianos, que é a educação.

Ainda hoje conversávamos, aqui na Assembleia, sobre os principais eixos que poderiam provocar uma real mudança em nosso estado, que poderiam provocar, talvez, uma real mudança para melhor. Todos foram unânimes em dizer que a principal mudança seria educação, educação e educação. Mas não enxergamos no governo do estado essa visão. Não entendemos por que vem penalizando a educação em cidades de grande porte, como Vitória da Conquista, que foi governada pelo Partido dos Trabalhadores por 20 anos.

Se fôssemos elencar aqui os equipamentos públicos que vêm sendo fechados aos poucos na cidade de Vitória da Conquista, eu poderia citar vários. A Câmara de Vereadores daquela cidade está se mobilizando, os vereadores fazem discursos... ontem mesmo recebi o discurso de um vereador clamando pela manutenção desse colégio, Sr.^a Presidente. Vamos aqui clamar e pedir que vocês nos ajudem para que a Secretaria da Educação não feche o Colégio Adélia Teixeira, tão importante para Vitória da Conquista e, eu diria, para as outras cidades da região. Sabemos que Conquista recebe pessoas de toda a região que para lá se deslocam em busca de educação e saúde.

Então Conquista merece um tratamento diferenciado das outras cidades do estado. Digo isso não por ser minha terra natal, mas por ser um polo, Sr.^a Presidente. As cidades-polo, como Conquista, Feira, Itabuna, Jacobina, terminam congregando toda uma região, por isso devem ter uma atenção especial. Não devem ser penalizadas pelo governo. Este, ao contrário, deveria abrir novos colégios estaduais. Mas nós vemos o governo estadual, na contramão, fechando o Colégio Adélia Teixeira.

Vai aqui o nosso repúdio a esse ato. Somos contrários e vamos tentar sensibilizar a Bancada do Governo no sentido de intermediar uma conversa com o secretário da Educação para que essa ideia seja deixada de lado. E assim, em vez de fechar o Colégio Adélia Teixeira, que ele receba mais investimentos para melhorar ainda mais as suas condições, e desse modo os alunos possam receber o que precisam do Estado, que é a educação.

Mas, Sr.^a Presidente, eu queria também comunicar que o músico Luciano Calazans, na sua luta contra o autismo, vai realizar no Teatro Castro Alves, dia 15 de janeiro, às 20h, o show *Contrabaixo Astral*, que contará com diversos convidados, como Saulo, Gerônimo, Gilmelândia, Ricardo Chaves, Margareth Menezes, Magary Lord, Banda Eva, Armandinho – esses já estão confirmados – e outros. É importante destacar que 100% das vendas desse espetáculo serão em prol do Núcleo de Atendimento à Criança com Paralisia Cerebral (Nacpc), instituição que vem tentando reinserir esses jovens em nossa sociedade.

Então queria convocar a todos para participar desse evento *Contrabaixo Astral*. Quem não puder comparecer, que ajude comprando os convites e entregando a amigos, a parentes. Repito, vai ser no dia 15 de janeiro, às 20h, no Teatro Castro Alves...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Qual o valor do ingresso?

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr.^a Presidente, tem uns pacotes interessantes. Já que a senhora perguntou, devo dizer que, embora tenhamos artistas como parceiros, há custos operacionais, custos para divulgação e nenhuma lei de incentivo para fazer acontecer.

Então, tem uma cota de apoio de R\$ 5.000,00 e a contrapartida é citação em todas as mídias sociais e texto. Enfim, tem uma cota de apoio de R\$ 7.000,00 que a contrapartida são 14 convites para o espetáculo, citação em todas as mídias, temos ... Agora eu não tenho aqui o valor do convite, Sr.^a Presidenta, mais eu vou pegar ainda hoje e trago essa informação a esta Casa, inclusive me predisponho, se for o caso, a trazer os convites e quem tiver interesse eu posso repassar e encaminhar o que a gente conseguir arrecadar aqui para a NACPC, que é o Núcleo de Atendimento à Criança com Paralisia Cerebral.

E, quero lembrar também, que quem quiser contribuir de outra forma doando alguma coisa, doando outdoor, doando mídia, doando publicidade, enfim, qualquer coisa que possa ajudar esse núcleo, eles estão recebendo e eu queria ser o porta voz disso aqui e me coloco à disposição de qualquer deputado que queira ajudar e levar essa mensagem a Luciano e a todos esses músicos que estarão lá, no dia 15 de janeiro, às 20 horas no Teatro Castro Alves.

É isso que eu trago, Sr.^a Presidenta.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo ou da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PL /Avante/ Podemos/ PSB...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem deputado Targino Machado, Líder da Minoria.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, eu gostaria de, no momento caso haja a concordância do Líder do Governo, solicitar de V. Ex.^a que pudéssemos fazer uma interrupção da sessão por pelo menos 30 minutos, para que eu e o deputado Rosemberg, Líder do Governo, possamos ter uma reunião na Presidência, agora, porque está sendo gestado em bom tempo uma possibilidade de acordo, e eu acho que seria interessante termos agora esse tempo. Mas gostaria que primeiro V. Ex.^a ouvisse a concordância do Líder Rosemberg.

As taquígrafas já começaram aqui a um sorriso tímido, mas sorrindo, a possibilidade existe. Muito melhor do invadirmos aqui o recesso do mês de janeiro, não é verdade?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o Líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, eu acho que todo esforço, no sentido de buscarmos aqui um caminho consensuado, vale a pena. Então eu quero concordar que a gente suspenda a sessão por até 30 minutos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Até 30 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Obviamente, vamos ter essa conversa. Queria chamar para nos acompanhar o vice-Líder para que a gente possa estar junto, da mesma maneira Targino, verifica, e a gente dá um pulinho lá.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): A pedido do Líder da Minoria e com a concordância do Líder da Maioria nós suspenderemos a sessão pelo tempo de até 30 minutos, na tentativa de um acordo. Quero parabenizar ambos por esta capacidade de negociação e de buscar o consenso.

(Sessão suspensa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Reabro a sessão ordinária desta tarde e prorrogo a suspensão da mesma por até 30 minutos.

(Sessão suspensa.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Reabrindo a sessão ordinária, dando continuidade a sequência do Horários das Lideranças Partidárias, concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, eu vou usar todo o tempo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu quero chamar atenção dos Srs. Deputados para uma discussão que iniciamos lá na Presidência da Casa, a respeito de projetos de autoria dos Srs. Deputados que para existir o acordo precisa que o acordo seja integral. Eu não conheço meia gravidez, meio ladrão, nem meio acordo. O acordo ou é integral ou não é acordo. Pronto.

A Bancada de Oposição tem 10 projetos de iniciativa dos Srs. Deputados, desses 10 projetos, apenas oito precisam ir para acordo porque a Bancada do Governo já nos deve dois projetos, sem contrapartida de nenhum projeto do governo.

E quero dizer que a gente aqui quer fazer, quer legislar *interna corporis*, sem lei. A história é essa: “Ah! Já passou na CCJ!” A obrigação não é de o deputado aprovar na CCJ, a obrigação é da CCJ analisar e aprovar, até que se mude o Regimento, porque o Regimento fala que após 15 dias, não é? Encerrada a emenda, após 15 dias, por iniciativa de qualquer um dos deputados o projeto será remetido a requerimento de qualquer um, será remetido para a pauta, aí, da ordem do dia da Casa. Pronto.

Então, todos estes projetos, aqui, já têm muito mais de dois meses, muito mais de dois meses, de três meses, quatro meses, seis meses que foram apresentados, não é? E que ainda não foram, e não estou aqui julgando o mérito porque não foram, eu sei que têm uma quantidade grande de projetos na CCJ, mas os autores dos projetos não têm nada com isso, minha nobre deputada Maria del Carmen.

Então, todos os projetos aqui, já caducaram nas gavetas da Comissão de Constituição e Justiça e não foram analisados e aprovados. Pronto.

Então, qualquer um desses está apto para vir para ser votado nesta Casa a requerimento do seu autor ou de qualquer outro deputado.

Agora, a proposta do Líder Rosemberg é para ter acordo. Ele quer que se submeta as prerrogativas dos Srs. Deputados, ao crivo da Liderança do Governo, e isso não vai acontecer, porque aí não tem acordo. Não tem acordo porque eu não me sinto à vontade, nem com legitimidade e competência de ser censor da prerrogativa do deputado Robinson Almeida. Por conseguinte, não vou submeter à censura do Líder do Governo os projetos de iniciativa dos Srs. Deputados.

O Sr. Robinson Almeida Lula: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu gostaria que a Bancada do Governo tivesse o diálogo que eu tenho tido com a minha bancada. Em todos os projetos estão aqui escritos o.k., o.k., porque já foram analisados e discutidos na bancada. Inclusive, deputada Olívia Santana, eu vetei, por exemplo, o projeto do Capitão Alden, de Sandro Régis, porque achei que tinham alguma inconformidade. Vetei, e eles substituíram, até que chegasse em um que tivesse de acordo com os critérios que estabelecemos. Pronto.

Uma coisa é Capitão Alden e Sandro Régis submeterem lá, em sede da Bancada de Oposição, as suas prerrogativas; outra coisa é eu submeter ao crivo dos deputados da Bancada do Governo, até porque eu disse ao deputado Rosemberg, há pouco, que aqui precisava ter dois tipos de liderança aí no governo, o Líder dos deputados, que é o que eu sou na Bancada de Oposição, e o Líder do Governo, porque entendo que Rosemberg fica entre a cruz e a caldeirinha. Ele não pode agradar os deputados e puxar 100% para os deputados, porque ele diz, “mas se desagradar, o projeto de deputado desagradar o governo?”. Se desagradar o governo, o governo tem duas possibilidades, ou veta ou sanciona.

O Sr. Robinson Almeida Lula: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. Alex da Piatã: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TARGINO MACHADO: Estão inscritos.

Se o governador entender que um projeto não tem nenhuma desconformidade, ele sanciona, se for interessante; se não for, ele veta. Em vetando, volta para esta Casa, e esta Casa vai analisar se mantém ou derruba o veto. Pronto. É isso aí, essa é a liturgia. Não tem outra forma.

Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Cumprimentando-lhe, só para entender qual é a sua proposta.

Os projetos analisados pelas respectivas lideranças e submetidos ao plenário seriam projetos passivos...

O Sr. TARGINO MACHADO: Para serem votados. O que é acordo é para ser votado e aprovado, ou então não tem acordo.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Calma, Excelência, não concluí a pergunta ainda.

O Sr. TARGINO MACHADO: Estou me antecipando a V. Ex.^a.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Não concluí a pergunta, Excelência.

O Sr. TARGINO MACHADO: V. Ex.^a está com cerca-lourenço, eu já conheço V. Ex.^a.

(Risos no plenário)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Eu não cerco Targino; Lourenço, de vez em quando eu procuro.

Então, eu quero perguntar a V. Ex.^a, esse plenário é soberano ou não é soberano para decidir sobre as matérias que estão colocadas sobre ele? E se não há entendimento sobre o mérito, o deputado não tem a prerrogativa de votar a favor?

Espero, só para concluir, conhecendo o seu cuidado, conhecendo o seu zelo pela imagem da Casa e pela boa produção legislativa que provavelmente todos os projetos que V. Ex.^a escolher terão aprovação do plenário. Agora a prerrogativa do voto soberano dado pelo povo para cada deputado escolher de livre arbítrio sobre a matéria...

O Sr. TARGINO MACHADO: A resposta é fácil. Eu incorporo o discurso de V. Ex.^a a meu aparte.

A resposta é fácil, eu comecei a minha fala dizendo que não conheço meia gravidez, meio ladrão e não existe meia culpa. Existe acordo ou não existe acordo. A Bancada de Oposição tem comando. Pronto. Eu me responsabilizo pela censura e só eu, junto com ele, tenho o direito de fazer isso, porque lá eu sou líder dos deputados eu não sou líder de governo. Entendo a limitação do deputado Rosemberg, porque ele está entre a cruz e a caldeirinha. É por isso que alguns deputados do governo dizem aqui: “A gente consegue as coisas mais fáceis com o senhor, deputado, do que com o deputado Rosemberg” E eu digo sempre: é porque a tarefa dele é mais árdua, porque ele tem que agradar os deputados, mas também não pode perder de vista que tem que agradar o governo.

Com a palavra Alex da Piatã.

O Sr. Alex da Piatã: Deputado Targino, eu queria pedir o bom senso de V. Ex.^a para entender uma coisa. Quando o deputado Rosemberg faz um acordo, representando todos os demais deputados e liderados por ele e V. Ex.^a da mesma forma com seus liderados, de que vai ao plenário para votação, tudo bem. Mas quando faz um acordo que vai a votação e vai ser aprovado, eu vou explicar e espero que V. Ex.^a possa compreender, da minha parte, deputado Rosemberg, o senhor não pode fazer, eu não votarei, não aceitarei.

Porque vou colocar, aqui tem deputados que representam diversos nichos, diversas classes, que tem diversos debates, diversas afinidades, eu vou dar um exemplo

de V. Ex.^a mesmo. V. Ex.^a é médico, atua na área, de repente eu coloco um projeto de lei lá e convenço o deputado Rosemberg que é importante e V. Ex.^a entende que atinge totalmente essa sua classe dos médicos, que é prejudicial, e eu acho que V. Ex.^a pode votar contra, não vejo nenhum problema nisso. Ou como o senhor achar.

Então assim, eu queria pedir o bom senso de V. Ex.^a que eu sei nesse sentido de que assumirmos o compromisso, eu faço de tudo aqui e qualquer deputado aqui faz, eu sei disso...

O Sr. TARGINO MACHADO: Deputado Alex da Piatã...

O Sr. Alex da Piatã: Não, deixa eu concluir rapidinho. Peço a tolerância da presidente, por favor.

O Sr. TARGINO MACHADO: Então peça V. Ex.^a a ela.

O Sr. Alex da Piatã: Peço a tolerância da presidente, por favor, porque o assunto é relevante, é importante.

A Sr.^a PRESIDENTE (Maria del Carmen Lula): Eu sei que é um pedido feito por V. Ex.^a, já que é importante esse debate que a gente está fazendo no sentido de tentarmos chegar ao acordo que é interesse de todos nós.

O Sr. Alex da Piatã: Eu agradeço, Sr.^a Presidente, desde já.

Deputado Eduardo Salles aqui tem um nicho, um segmento da agricultura que ele atua fortemente. Se daqui a pouco... Deputado Sandro Régis já apresentou um projeto e V. Ex.^a entendeu... Mas se ele entendeu que aquele projeto não tem nada a ver, vai ser prejudicial ao eleitorado que ele representa, que ele defende ao contrário ele pode votar contra. Então eu acho que V. Ex.^a deveria ter essa tolerância. Eu acho que o acordo a votação, tudo bem.

O Sr. TARGINO MACHADO: Deputado Alex...

O Sr. Alex da Piatã: Agora nós delegarmos ao nosso líder de que eu vou votar a favor de qualquer projeto sem conhecê-lo, eu realmente como deputado não posso delegar...

O Sr. TARGINO MACHADO: Deputado...

O Sr. Deputado Alex da Piatã: (...) com todo o respeito, deputado Rosemberg, à sua liderança...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado Alex.

O Sr. TARGINO MACHADO: Deputado Alex, V. Ex.^a está me apartando. Eu quero responder a V. Ex.^a dizendo o seguinte: primeiro, eu estou falando da regra e V. Ex.^a está falando da exceção. Segundo, não aceito a comparação comigo porque eu não sou corporativista, não sou corporativista. Eu não tenho nenhum problema, nenhum problema, de respeitar a prerrogativa de um deputado, porque acima do Conselho Regional de Medicina, para mim, está o Parlamento e a democracia. E os deputados aqui representam todas as corporações e opiniões da Bahia.

Então, eu não estou aqui falando se o projeto de Eduardo Salles contraria o interesse de Marcell e vice-versa. Eu não estou. Porque eu estou administrando o macro, não estou administrando o micro. Eu estou aqui a convite do Líder do Governo e a

convite do presidente da Assembleia tentando um acordo. Se V. Ex.^{as} querem dificultar o acordo, problema de V. Ex.^{as}, o acordo não está feito. Pronto.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PT, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr.^a Presidenta, eu gostaria de usar 5 minutos desse tempo, até para fazer uma ilação à proposição do deputado Targino.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Rosemberg Lula Pinto. pelo tempo de 5 minutos.

V. Ex.^a tem 12 minutos, utilize o tempo que V. Ex.^a quiser.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Ok. Eu posso apartear aqui até ...se o deputado Targino também tiver interesse ou qualquer um dos deputados.

Sr.^a Presidenta, na realidade, na minha opinião nós estamos num empasse e fácil de resolver. A proposição para hoje não prever, inclusive, os projetos de deputados. A proposição é para que nós votemos os projetos de iniciativa dos parlamentares na próxima segunda-feira. Foi mais ou menos uma posição mais geral, um consenso na realidade em relação a isso.

Eu acho que nós temos até segunda-feira tempo suficiente para superar esta questão. Encontrar um caminho que possa atender as expectativas dos projetos dos deputados aqui. Eu só não acho que nós deveríamos antecipar os debates e tal.

Eu entendo o deputado Targino, ele tem a sua preocupação e eu respeito, mas eu não quero fazer um acordo para a minha bancada não votar a favor. Eu só posso fazer um acordo que a nossa bancada possa se sentir à vontade para votar a favor do projeto.

Da mesma maneira que entendo que o deputado Targino quer também dar à sua bancada o conforto de votar num projeto que não gere nenhum tipo de problema para as diversas posições.

Então, eu queria ponderar e dá uma sugestão a todos os deputados, independente de governo ou de oposição, o deputado Zó tem uma atividade marcada aqui, para a próxima sexta-feira, a entrega de um título de cidadão, uma honraria que já estava agendada há algum tempo. Com a sinalização das duas bancadas no sentido de que pudesse fazer isso ele marcou a data.

Então, a minha sugestão é que votemos esse projeto para sermos elegantes. Queria sugerir ao deputado Targino, que se tiver entre esses projetos alguma honraria, votássemos também junto com o projeto de Zó. Votaríamos um do governo e um da Oposição.

A gente votaria aqui para atender a questão do deputado Zó e nós, até segunda-feira, obviamente, encontraríamos uma solução para esse empasse com relação aos projetos dos deputados, no intuito de que os projetos que forem apresentados por acordo, na minha opinião, deva ser aqueles que todos possam estar a vontade para votar favoravelmente.

Eu queria dá essa explicação e, obviamente, o deputado Targino pediu um aparte e eu estou concedendo.

O Sr. Targino Machado: Caro líder, muito obrigado pelo aparte, mas eu só quero me concentrar numa coisa...

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Pois não.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a diz: não posso fazer um acordo e a bancada derrubar esse acordo, no plenário, com voto. Aí é que está a diferença. Eu só faço o acordo se for para aprovar e não para apreciar, porque eu não tenho número para derrubar. Então, o problema é que eu não posso colocar a Bancada de Oposição nas mesmas condições da Bancada do Governo, porque a diferença é numérica.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Isso.

O Sr. Targino Machado: Então, como eu não tenho condição de derrubar o projeto de V. Ex.^a, não vou aceitar fazer acordo permitindo a bancada dos senhores, que tem número para derrubar, votar contra os meus projetos.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Prontamente. Nós estamos em concordância com isso, por isso que é necessário uma preliminar para evitar que aconteça um caso como esse. O deputado Eduardo Salles, depois o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Eduardo Salles: Deputado Targino, deixa eu colocar, deputado Targino, para V. Ex.^a entender também um outro posicionamento. Deputado Targino, é importante que você entenda um outro posicionamento aqui que eu deixarei claro.

Entenda bem, um projeto de deputado, ele é colocado aqui e as pessoas, os demais deputados, podem votar sim ou não. Se uma bancada de oposição tiver um projeto bom, com certeza, os deputados da Situação vão votar. Não é questão de maioria ou minoria não. Nós aqui já votamos, inclusive, como V. Ex.^a disse, o projeto de Marcelino Galo foi aprovado aqui porque todos nós concordamos.

Eu tenho projetos da própria base, do próprio Marcelino Galo, que se tivesse, eu não votaria a favor. Então não é questão de maioria ou minoria de bancada, Targino. É, realmente, o que foi colocado por Alex da Piatã.

A Bancada do PP, também, uma bancada de 10 deputados, não tem a mínima condição de aceitar um acordo desse, porque nós não temos governabilidade, deputado Targino, sobre os votos dos colegas. É o que eu disse, é como você disse. É corporativismo? É verdade. Se vier algum voto, algum projeto eminentemente contra a agropecuária ou contra o setor produtivo, é lógico que eu vou votar contra.

Então, era só para apartear. Muito obrigado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Deputado Zé Raimundo, depois deputado Alex Lima.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Nobre Líder, só tentando entender e ajudar. Nós começamos esta legislatura com o espírito de ajudar o debate, de contribuir solicitando que as comissões se reunissem, aprovassem projetos.

A CCJ examinou mais de 120 projetos, mais ou menos de 1.300 que foram apresentados, aprovamos 54, talvez no último inquérito que eu fiz talvez 60 e poucos projetos aprovamos. O Líder Targino Machado, tem inteira razão.

O Regimento Interno diz que passado o período regulamentar os líderes mediante acordo podem colocar para votar as matérias, ou qualquer deputado pode requerer prioridade e encaminhar pela via regimental a aprovação do seu projeto. Aliás são dois mecanismos: o mecanismo individual, regimental e o acordo que é mais rápido.

Qual é o problema do acordo? É que por exemplo: tem projetos de colegas nossos que diz o seguinte: “As terras do Oeste podem ser registradas em tal, tal e tal”. Tem projeto aí transitando. Eu entendo que direito notarial é competência federal.

Tem projetos proibindo uma série de agrotóxicos. Eu pergunto: a gente vai aprovar na Bahia e deixar os outros estados utilizando esses defensivos agrícolas, agrotóxicos? Ou seja: tem matéria que não pode ser, absolutamente, acordada, mas V. Ex.^a tem inteira razão. O Líder Targino Machado. Chegando a um consenso aí não precisa, tem que votar a favor.

Se V. Ex.^a junto com Rosemberg fechou questão, aí tem que votar a favor. Aí a responsabilidade é de Rosemberg. Não importa se o governador Rui vai vetar ou não. Se ele fechou a gente obedece. Agora ele tem que ter a responsabilidade para não aprovar projeto...

Aqui tem outro projeto, solicitando que os hospitais, que o SUS, coloque lá a obrigatoriedade de oferecer partos cesáreos. Tem esse projeto aí tramitando. Então, veja, a gente vai aprovar um projeto desse? Não pode aprovar. Tem que ser discutido. Então, V. Ex.^a...

O Sr. Sandro Régis: Um aparte, V. Ex.^a.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Eu tinha cedido ao deputado Alex Lima, um minutinho só e depois o deputado Sandro Régis.

O Sr. Alex Lima: Eu serei breve, deputado Rosemberg. Apenas para registrar que eu concordo com o posicionamento do deputado Alex da Piatã, do deputado Eduardo Salles e do deputado Zé Raimundo. Apenas para sugerir a V. Ex.^a que continuasse na estratégia de que nós hoje, nos debruçássemos sobre o que está em pauta e votássemos os dois projetos que estão na pauta de hoje, e deixar esse assunto para tratar na semana que vem quando serão votados os projetos dos deputados.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: O. K, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Se você me permite e o deputado Targino vou dar uma sugestão aqui. Nossa bancada tem um líder que é o deputado Targino. A Bancada do Governo tem um líder que é V. Ex.^a. V. Ex.^a vem conduzindo juntamente com o deputado Targino todas as discussões dessa Casa no diálogo.

Sugiro que... V. Ex.^a tem até segunda-feira para sentar e chegar a uma equação, porque não adianta eu emitir a minha opinião, não adianta Eduardo emitir a dele, Zé Raimundo emitir a dele, que não vai se resolver. Quem tem a prerrogativa de resolver aqui são os líderes. E esta Casa tem plena convicção que vocês dois irão chegar a um denominador e irão trazer essa questão pronta para o Plenário.

Então, para a gente não ficar perdendo tempo com esse tipo de discussão aqui, que não vai chegar a lugar algum, eu peço a V. Ex.^a que V. Ex.^a depois sente com o líder Targino e se resolvam de uma forma correta, de uma forma jurídica. Para quê? Para que se resolva o problema e que segunda-feira todos os parlamentares sejam contemplados com os seus projetos aqui votados no Plenário da Assembleia Legislativa da Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: O.k., deputado Sandro. Na realidade, foi esse o encaminhamento que eu tinha iniciado aqui e o deputado Sandro Régis consolida com isso. Eu acho que pode ser, sem dúvida alguma. Eu e o deputado Targino temos tido sensibilidade para isso, eu acho que a gente pode chegar...

O Sr. Targino Machado: Tenho uma proposta a fazer aqui.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Pois não, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Da forma mais transparente possível, nós temos dois projetos de crédito à Oposição, sem contrapartida de projetos do governo...

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Isso, é verdade.

O Sr. Targino Machado: (...) porque foram aprovados quatro dos senhores e não foi aprovado nenhum nosso. Pronto! Tenho dois projetos aqui, já que a gente vai botar o de Zó, do deputado Zó... E veja como está razoável, eu estou passando pente fino nos projetos. O único desses 10 projetos que eu tenho dúvida é um projeto de autoria do deputado Paulo Câmara. Mas ele acabou de me informar aqui que já foi aprovado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) pela CCJ. Eu acho que a Assembleia padece de competência para aprovar esse projeto, com a devida vênia, viu, deputado Paulo Câmara? O projeto do deputado Paulo Câmara é o seguinte: obriga as concessionárias...

O Sr. Paulo Câmara: Mas, líder, o que é que tem a ver o meu projeto agora, só para eu compreender. Vai votar hoje?

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Não, eu sugeri...

O Sr. Targino Machado: Espere aí...

O Sr. Paulo Câmara: É, não entendi agora.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. Targino Machado (fora dos microfones): Eu vou sugerir agora a aprovação de dois projetos.

O Sr. Paulo Câmara: Mas já está sugerindo negando. Não entendi.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Nós combinamos para segunda, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Vai aprovar o de Zó, vai entrar o de Zó...

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Mas é um título. Eu propus, eu estou propondo...

O Sr. Targino Machado: Eu não tenho título.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (...) que a gente faça um título...

Se V. Ex.^a permitir, apenas por uma questão, sei que têm vários projetos, várias propostas de honorarias de diversos deputados e tal, da mesma maneira que a gente combinou aqui, o senhor teria no acordo mais um projeto. É apenas para atender a essa questão de Zó, da sexta-feira, e ficaria, vamos dizer, esse crédito de um projeto de honraria para V. Ex.^a, para a Bancada de Oposição, apenas...

O Sr. Targino Machado: Mas eu não aprovei de V. Ex.^a projeto de honraria. Eu aprovei projeto de lei e tenho dois projetos aqui que eu gostaria que entrassem hoje.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Não, não tem problema. É porque a gente tinha combinado que o único projeto seria essa honraria por conta da data que estava marcada para sexta. Mas também se V. Ex.^a achar que... Não sei...

O Sr. Targino Machado: Eu não tenho nenhum problema em aprovar o projeto do deputado Zó. Agora, está me causando dificuldades, eu estou com esses dois projetos represados, já tentei aprovar e sempre surge uma dificuldade. E isso aqui, eu não quero discutir, porque é um crédito que eu tenho dos senhores.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Certo.

O Sr. Targino Machado: Então eu tenho dois projetos aqui e gostaria de que fossem votados hoje. E não quero nenhum crédito de honraria por conta do projeto de Zó, não, porque nós demos a palavra a Zó. O que eu quero, por exemplo, é aprovar o projeto da deputada Fabíola Mansur, que está me agonizando, atravessado na minha garganta, porque eu dei a palavra em dezembro, em dezembro do ano passado.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Mas vamos colocar na segunda-feira! Na segunda-feira a gente prioriza esses dois projetos, na segunda e tal. E votamos os dois projetos que estão na pauta e o projeto do deputado Zó. Na segunda-feira nós vamos ter tempo. Eu confesso a V. Ex.^a, que vamos ter tempo, eu e V. Ex.^a, para sentarmos aqui amanhã e tal, no final de semana, para segunda-feira chegar aqui com uma grande combinação, para a gente coroar esse período de uma forma consensuada.

O Sr. Targino Machado: Vai votar então os dois, o de Zó e o de Samuel Júnior?

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Não, não. Olhe bem, foi o de Zó só que ficou acertado.

O Sr. Targino Machado: Só estou perguntando.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Não, não. Ele perguntou. E não ficou acertado isso. Eu só estou dizendo porque eu tenho o projeto do deputado Samuel, que é o meu grande companheiro aqui, ele tem divergência na bancada, e se eu for colocar e não for aprovado, eu vou sair daqui extremamente ruim, porque tem uma certa divergência, entendeu?

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ordem do Dia.

O Sr. Bobô: Sr.^a Presidenta, questão de ordem!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Bobô.

O Sr. Bobô: Eu queria colocar... Na realidade eu quero pedir a retirada do meu projeto e colocar sob a deliberação aqui do Plenário essa solicitação de retirada do projeto. Vou fazer um novo projeto em forma de indicação, debatendo alguns pontos importantes dele, que considero importantes, mas fazendo as alterações no texto base do projeto que iria para votação. Portanto, eu submeto a retirada do projeto, por favor.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Excelência, V. Ex.^a sabe que tem um rito regimental para que isso aconteça e creio que o nobre Carlos Machado já informou a V. Ex.^a. Isso é uma norma impositiva que não precisa ser solicitada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Quero submeter em votação ao requerimento verbal do deputado Bobô sobre a retirada do projeto que estava em primeira discussão e votação. O Projeto de Lei nº 21.160/2015, que obriga as empresas e indústrias instaladas no estado da Bahia, com qualquer tipo de isenção fiscal, a contribuir com programas relacionados ao esporte amador, olímpico, paraolímpico e programa de cultura.

Em votação. Os Srs. Deputados, que o aprovam...

(Intervenção fora do microfone.)

Estou submetendo a retirada do projeto de Bobô.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Targino Machado: Excelência, não preciso pedir. O que estou querendo dizer a V. Ex.^a e estou dizendo é que a Redação do Regimento prescreve que eu não preciso pedir quórum. É imposição do Regimento que para que ele retire seja aprovado por 32 Srs. Deputados.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Faremos uma verificação de quórum, deputado.

O Sr. Targino Machado: Se V. Ex.^a vai fazer uma verificação de quórum...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): E depois submeter à votação. Submeter à verificação.

O Sr. Targino Machado: Para submeter à votação vai ter que ter os 32 votos, para retirar.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Então primeiro vai ter que fazer a verificação de quórum para ver se nós temos 32 Srs. Deputados.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai ter que ter 32 votantes.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe um pedido de verificação de quórum para aprovação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidente, gostaria que V. Ex.^a obviamente, regimentalmente marcasse 25 minutos para... E convocasse, chamasse todos os deputados nominalmente, para que a gente pudesse...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Atendendo o pedido do nosso líder do Governo, deputado Rosemberg Pinto, solicito a marcação dos 25 minutos e convoco todos os Srs. Deputados que estão em todas as dependências desta Casa para adentrarem ao Plenário para dar presença, já que é necessário que a gente tenha 32 Srs. Deputados no Plenário para que a gente possa votar o requerimento verbal feito pelo deputado Bobô.

Então vou fazer uma chamada nominal. Já pedi para marcar o tempo, 25 minutos.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Solicito mais uma vez aos Srs. Deputados que estejam nas diversas dependências desta Casa que adentrem ao Plenário para dar presença para que possamos votar o requerimento verbal do deputado Bobô.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Temos 24 Srs. Deputados. Faltam oito deputados para adentrar ao Plenário e dar a presença, para que possamos colocar em votação o requerimento verbal feito pelo deputado Bobô. Trata-se da retirada de um projeto seu que estava na Ordem do Dia e que sobrestava a pauta.

Mais uma vez, solicito a presença dos Srs. Deputados que estejam em qualquer local desta Casa para adentrarem ao Plenário, para que possamos fazer a votação e dar prosseguimento à nossa Ordem do Dia, que ainda registra vários projetos que necessitam de aprovação nesta noite.

Faltam sete Srs. Deputados.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Deputado Vitor Bonfim, V. Ex.^a não marcou presença ainda.

Há 26 Srs. Deputados. Faltam seis Srs. Deputados.

Srs. Deputados que estão em quaisquer dos locais desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum para colocarmos em votação o requerimento verbal do deputado Bobô, que retira o seu projeto da pauta nesta data.

Faltam seis Srs. Deputados.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O Sr. Jacó Lula da Silva: Sr.^a Presidenta, pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): Pela ordem o deputado Jacó.

O Sr. Jacó Lula da Silva: Vou gastar aqui o tempo.

Queria aproveitar para convocar todos os deputados para se fazerem presentes. Mas eu queria...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Isso, porque estão faltando quatro deputados chegarem à Casa.

Eu queria saudar a prefeita Moema pelo seu trabalho e queria ressaltar algumas das atividades que a nossa prefeita está desenvolvendo em Lauro de Freitas.

(Lê) “Praça Jorge Amado – A Estação Cidadania e Cultura, construída na Itinga, já está pronta para ser entregue à comunidade. O equipamento teria sido entregue à população em julho deste ano, no entanto não foi autorizado pelo governo federal. A praça que leva o nome do escritor Jorge Amado conta com teatro, infocentro, biblioteca, salão de eventos, pista de skate, quadra poliesportiva e parque infantil. Aguardando autorização do governo federal...” para ser entregue à população de Lauro de Freitas.

Gostaria também de partilhar com a Bahia, Sr.^a Presidenta, enquanto os deputados não chegam – e convocando todos os deputados: por favor, venham ao Plenário. Estão faltando quatro deputados registrar presença para a sessão continuar –, queria também falar da (Lê) “Recuperação de Recursos do PAC Itinga – Os recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Itinga foram contratados na primeira gestão da prefeita Moema Gramacho, em 2008. Parte das obras previstas foram executadas até 2012, outra parte deixada com contrato assinado, em fase de licitação ou em análise na Caixa. Quando assumiu seu terceiro mandato, em 2017, a atual gestão encontrou as obras paralisadas. Os recursos foram recuperados e vão garantir a pavimentação de 22 ruas, construção de 104 unidades habitacionais e implementação de programa de regularização fundiária.

Lauro é referência em política alimentar na Bahia – Com mais de seis milhões de refeições servidas, o Restaurante Popular de Lauro de Freitas comemorou 11 anos de atendimento ao público no mês de outubro. O equipamento serve alimentação saudável e de baixo custo para pessoas com menor renda, trabalhadores, estudantes e idosos, desde a sua inauguração em 30 de setembro de 2008. O Restaurante Popular é uma das principais referências de segurança alimentar do município, que também conta com cozinha comunitária e banco de alimentos.”

Queria saudar a prefeita Moema pelo seu trabalho, pela sua luta para melhorar a vida do povo de Lauro de Freitas, em especial, daqueles e daquelas que mais precisam.

Vou ficando por aqui, minha presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Me associo a V. Ex.^a nos cumprimentos. E em uma dessas obras eu ainda estava na Conder, o PAC I.

Mais uma vez eu queria chamar todos os deputados que estejam nos seus gabinetes, que estejam em outros rincões aqui da Casa, no saguão ou em outros locais da Casa, para adentrarem ao Plenário para dar presença, já que temos uma solicitação, um requerimento verbal feito pelo deputado Bobô, retirando o seu projeto da Ordem do Dia. Precisa ser aprovada pela maioria de 32 Srs. Deputados a retirada desse projeto da Ordem do Dia, porque está sobrestando a pauta.

Então convido os Srs. Deputados que estejam nos diversos locais desta Casa para adentrarem ao Plenário.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Falta 1 deputado. Trinta e dois Srs. Deputados presentes.

Em votação o requerimento verbal feito pelo deputado Bobô, solicitando a retirada do seu projeto, o Projeto de Lei 21.160/2015. Os Srs. Deputados que o aprovam, continuem como estão. Aprovada a retirada da matéria.

Próximo projeto.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 23.644/2019, de procedência do Poder Executivo. Faltam os pareceres das comissões de Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Designo o deputado Zé Raimundo para relatar a matéria.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Sr.^a Presidente, nobres colegas deputados.

(Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.644/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, na forma que indica, e dá outras providências’.

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exm.º Sr. Governador do Estado, projeto de lei propondo alterações na Lei nº 6.677/94, objetivando ‘adequar a previsão temporal incidente sobre as contratações voltadas para o atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público às mudanças contextuais que implicam na atualização do ordenamento jurídico, mormente no que concerne ao provimento da melhor prestação do serviço à sociedade’, segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

A proposta, na prática, altera de 24 para 36 meses, prorrogável por igual período por uma única vez, o prazo para contratações pelo Regime Especial de Direito

Administrativo (REDA), de forma a atender ‘aos princípios constitucionais da eficiência e isonomia, garantindo a otimização, economicidade e igualdade para as contratações dessa natureza, ressaltando o compromisso do estado da Bahia com a consecução da melhor atividade administrativa’, ainda segundo a Mensagem Governamental.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver qualquer restrição quanto ao mérito, opino pela sua aprovação, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.”

Portanto, somos favoráveis pela aprovação do projeto, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Em votação.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Verificação de quórum no âmbito das comissões, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr.^a Presidente, por gentileza, gostaria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental para atender à solicitação de verificação de quórum do deputado Targino.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, deputado Rosemberg.

Marque o tempo regimental, 15 minutos, e vamos iniciar o processo de votação.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

Há quórum para a continuidade da votação.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho.)

Há quórum na comissão.

(A Sr.^a Presidenta procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.): deputados Robinho, Luciano Simões, Bobô, Diogo Coronel, 2; deputado Vítor Bonfim, 3; deputado Zé Cocá, 4; deputado José Raimundo, 5. Tem quórum.

Em votação o parecer do relator.

Os Srs. deputados que o aprovam continuem como estão. (Pausa) Aprovado com os votos dos deputados da Oposição que estão no plenário, mais o deputado Hilton Coelho.

Em discussão única e votação o Projeto de Lei n.º 23.644/2019, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei n.º 6.677, de 28 de setembro de 1994, na forma que indica e dá outras providências.

Há um requerimento de prorrogação da presente sessão pelo tempo de 600 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de prorrogação da presente sessão continuem como estão. (Pausa) Aprovado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Para discutir o Projeto de Lei n.º 23.644/2019, com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de 20 minutos. Por favor, marquem o tempo.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite, amigos deputados, amigas deputadas.

Tivemos, hoje, um dia importante na Casa, pois, sempre, ao final do ano, é votado, pelos jornalistas que acompanham as atividades parlamentares da Assembleia Legislativa da Bahia, a escolha dos deputados que mais se destacaram no Parlamento, seja nas comissões, seja no plenário.

Pelos jornalistas, foram escolhidos o deputado Targino Machado, que recebeu sua premiação hoje; o deputado Alan Sanches também fazendo parte da nossa bancada de oposição, também se destacou muito no trabalho dele no plenário como Vice-Líder da Oposição na Assembleia.

A deputada Fabíola Mansur, também, foi agraciada com um prêmio por sua grande atuação nas comissões e audiências públicas importantíssimas com temas sempre atuais. A deputada Fabíola Mansur, merecidamente, recebeu o prêmio, e fez realmente um discurso eloquente no recebimento.

O deputado Nelson Leal, presidente da Casa, também, com todo o mérito, recebeu o prêmio por transitar entre as Bancadas da Oposição e da Situação, se dando bem demais com todos os outros 62 deputados estaduais.

Por sua vez, os deputados votaram, também, naqueles membros da imprensa que cobrem as nossas atividades. O senhor Levi Vasconcelos foi escolhido, mais uma vez, como jornalista destaque para o meio escrito em jornais. Realmente, ele faz uma cobertura diferenciada das atividades na Assembleia, através da sua coluna de décadas, no jornal *A Tarde*. O jornalista Lucas, também, se destacou na mídia digital pela cobertura jornalística dos nossos eventos na Assembleia Legislativa. E o jornalista Itamar, nos meios de rádio, também acompanha muito as nossas atividades na Assembleia Legislativa.

Está em discussão o Projeto de Lei n.º 23.644/2019, de procedência o Poder Executivo, que altera a Lei n.º 6.677, de 26 de setembro de 1994, na forma que indica, e dá outras providências.

Vejamos, veio direto do gabinete do governador às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho; de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Foi datado na Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2019. A Mensagem de n.º 27/2019 foi data em 11 de novembro de 2019.

Está assim escrito.

(Lê) “Sr. Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação desta augusta Assembleia Legislativa do Estado, o anexo Projeto de Lei que ‘ altera a Lei n.º 6.677, de 26 de setembro de 1994, na forma que indica, e dá outras providências ’.

A presente Proposta tem por objetivo adequar a previsão temporal incidente sobre as contratações voltadas para o atendimento da necessidade temporária de excepcional interesse público às mudanças contextuais que implicam na atualização do ordenamento jurídico, mormente no que concerne ao provimento da melhor prestação do serviço à sociedade.

Atende-se, ainda, aos princípios constitucionais da eficiência e isonomia, garantindo a otimização, economicidade e igualdade para as contratações dessa natureza, ressaltando o compromisso permanente do t fitado da Bahia com a consecução da melhor atividade administrativa.

Conforme prevista no a.. 79 da Constituição Estadual, solicito que, na tramitação do Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência, aproveitando para renovar, a Vossa Excelência e aos dignos Pares, as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração.”

Assim assinou o governador Rui Costa.

Passo a ler o Projeto de Lei n.º 23.644/2019, que altera a Lei n.º 6.677.

(Lê) “Projeto De Lei Nº 23.644/2019

Altera a Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, na forma que indica, e dá outras providências.

O governador do Estado da Bahia, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 253 da Lei nº 6.677, de 26 setembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes modificações:

*“Art. 253-
.....*

§ 1º – ‘As contratações de que trata este artigo terão dotação orçamentária específica e não poderão ultrapassar o prazo de 36 (trinta e seis) meses, admitida uma única prorrogação, por igual período, podendo ser subdividido em etapas compatíveis com a necessidade do serviço a ser executado.

*.....
§ 3º - Poderá ser efetuada a recontração de pessoa admitida na forma deste artigo, desde que o somatório das etapas de contratação não ultrapasse o prazo de 72 (setenta e dois) meses.’ (NR)*

Art. 2º - As contratações sob Regime Especial de Direito Administrativo, em curso na data de vigência desta Lei, poderão, após atingimento do período máximo de 48 (quarenta e oito) meses, ser prorrogadas, uma única vez, por até 24 (vinte e quatro) meses, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, que demonstre a manutenção da necessidade temporária de excepcional interesse.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Há mais um requerimento de urgência para tramitação do projeto, assinado pelo Líder da Maioria.

Deputado Targino Machado, pelo que eu entendi, o governador tem como objetivo, através deste PL, ampliar o tempo dos contratos de Reda.

Parece que, hoje, na lei de 1994 que ele está alterando, o contrato é de 2 anos, renováveis por mais 2 anos. Segundo o texto atual, me corrija se eu estiver errado, ele quer mudar de 3 anos para mais 3 anos. É isso?

O Sr. Targino Machado: De 4 para 6 anos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: De 4 para 6, justamente. De 2 anos renovados por mais 2; de 3 anos renovados por mais 3.

O Sr. Targino Machado: Não! São 2 anos renováveis por mais 2 anos e, agora, mais 24 meses.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Ah, tá! Dois, mais dois, mais dois?

O Sr. Targino Machado: É!

O Sr. Euclides Fernandes: Deputado, me permita!

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Pois não!

O Sr. Euclides Fernandes: Primeiro, eu gostei muito da leitura de V. Ex.^a.

O Sr. Targino Machado: Porque, na verdade, na verdade, os dois podem prorrogar por mais dois. É?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: O Líder da Minoria permite eu fazer um aparte ao seu liderado?

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a manda nesta Casa; quando não manda na bancada de V. Ex.^a, manda na nossa. (Risos)

O Sr. Euclides Fernandes: Eu não entro nessa, não. Você está sendo muito inteligente. Eu não entro nessa, não.

Meu caro, primeiro, eu gostei muito da leitura de V. Ex.^a.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado.

O Sr. Euclides Fernandes: Vejam, todo o texto do envio do projeto de lei de S. Ex.^a, o governador do estado, V. Ex.^a, de maneira pausada, de maneira serena, procurou fazer a leitura para que todos entendessem bem o projeto.

Segundo, excelência, o Reda é um contrato provisório de Direito Administrativo para poder dar condição de não parar a gestão pública por falta de pessoal. Então, a sua origem...

O Sr. Alex da Piatã: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Estou prestando atenção.

O deputado Alex da Piatã se inscreveu para um aparte e, com certeza, será...

O Sr. Euclides Fernandes: O REDA é de Direito Administrativo. O objetivo é não parar a gestão pública, dentro das necessidades de pessoal. Então, ele foi constituído, na sua origem, por 2 anos, renovável por mais 2 anos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Isso, na lei de 94.

O Sr. Euclides Fernandes: Isso. Então, quanto a este projeto de lei, excelência, o governador, para dar mais estabilidade à gestão, manda o projeto de lei para poder ampliar o tempo de duração do REDA por mais 2 anos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Isso!

O Sr. Euclides Fernandes: É uma medida bastante certa, que eu acredito que V. Ex.^a, como um bom deputado, um deputado inteligente...

O Sr. Targino Machado: Me inscreva para um aparte.

O Sr. Euclides Fernandes: (...) e acima de tudo, tem o seu mandato sempre voltado para os trabalhadores, e dá sustentabilidade, o máximo possível, ao trabalhador. Tenho certeza de que V. Ex.^a, após a leitura que V. Ex.^a fez, entendeu bem o projeto de lei e vai ajudar a Liderança do Governo do estado, na pessoa do deputado Rosemberg Pinto, para que tenhamos, então, a aprovação deste projeto que está solidário, acima de tudo, aos trabalhadores.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, deputado.

Lendo com atenção, ele muda a lei de 1994 que, como bem foi lembrado pelo deputado, eram 2 anos, renováveis por mais dois. Bem, 36 meses significam 3 anos. Então, é a alteração do parágrafo primeiro. E a alteração do parágrafo terceiro, chegamos ao prazo de 72 meses. Então, são três mais três.

O Sr. Targino Machado: Presidente, vai alcançar os dois mandatos de ACM Neto.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Chegou ao nosso conhecimento da Bancada de Oposição...

O Sr. Targino Machado: Nem assim eu voto a favor deste projeto, viu, excelência, ou seja, nem beneficiando o futuro governador Antônio Carlos Magalhães Neto, pela razão de que eu não estou para defender aliados e companheiros políticos, mas estou para defender o povo da Bahia. Este é um projeto excludente.

Vejam, como disse o deputado Euclides Fernandes, ele tem se revelado como o deputado mais sabido desta Casa. Durante esta semana já aconteceu isso. Vejam, na ausência de Zé Cocá, ele assumiu esta tribuna e elencou uma relação enorme de obras que levaram o governador lá para fazer em Jequié, dando um *bypass*, tentando dar um *bypass*, que eu não acredito que ele consiga, porque Zé Coca, lá, está muito forte. Ele era o todo-poderoso de Jequié. Mas, de agora em diante, ele vai ter de tolerar Zé Cocá, pedir a bênção, pedir licença. E, hoje, empostando a voz, porque ele tem esse vozeirão bonito e grave, ele vem falar que este projeto vai possibilitar a continuidade administrativa.

Não é verdade. Este é um projeto que exclui oportunidades. Os jovens estão aí fora se diferenciando, agregando valor, estudando, participando de cursos preparatórios, esperando oportunidade de concurso público. Ao invés disso, a Assembleia vai dar oportunidades para os apaniguados políticos, para os protegidos políticos.

E, aí, novamente, eu tenho de bater palmas para o deputado Euclides Fernandes, porque isso não é à toa. Eu não acredito em almoço de graça. O deputado Euclides Fernandes deve ter, pelo menos, uns 5% desses 35 mil e tantos Redas. Por isso, ele está defendendo assim com unhas e dentes.

Mas eu quero dizer que eu respeito muito o deputado Euclides Fernandes, pois é legítimo ele fazer esta defesa, é legítimo ele pugnar, com S. Ex.^a, o governador, e levá-lo para Jequié para atender aos seus pedidos, lá, de obras. E quem está se roendo é o meu amigo Zé Cocá. Eu atribuía a ele a condição de deputado mais sabido desta Casa. Mas, sabido por sabido, Euclides Fernandes está na frente. (Risos)

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. Vítor Bonfim: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, Líder.

Com aparte o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. Vítor Bonfim: Deputado Luciano Simões, a participação de V. Ex.^a para tratar deste tema é muito importante, porque, como bem colocou o deputado Euclides Fernandes, a realização e a necessidade de contratação excepcionais existem.

O governador Rui Costa tem tido, em sua gestão, uma atuação destacada, sendo reconhecido como um grande governador, um grande gestor, realizado concursos públicos nas áreas de educação e segurança pública e a contratação pelo REDA (Regime Especial de Direito Administrativo) para casos excepcionais.

Obviamente, quando uma professora precisa sair por conta da sua licença maternidade, uma licença por doença, uma questão de um curso de mestrado ou doutorado, ela se afasta da sala de aula. É necessário que o estado faça esta reposição temporária nos quadros para evitar que falem professores em sala de aula.

Isso não significa necessariamente que o contrato terá duração de 36 meses. O prazo máximo de duração do contrato será de 36 meses. Ele pode ser um contrato de 1, 2, 3, 4 meses, chegando ao prazo máximo de 36 meses. Bem, como trata o parágrafo primeiro do projeto de lei, a prorrogação permite ao estado se programar e se planejar.

Então entendo ser de fundamental importância a aprovação do projeto de lei, na noite de hoje, para a educação da Bahia continuar avançando e ter a garantia de, quando do início do ano letivo de 2020, nós termos professores em sala de aula e toda a equipe de retaguarda.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, deputados Euclides e Vítor Bonfim, pelos esclarecimentos.

Eu entendo, Targino, que o grande argumento do governo é, justamente, o princípio da continuidade dos serviços públicos.

Mas eu gostaria, também, de levantar uma outra questão. Ainda falando de regime de pessoal do governo do estado, temos ex-prefeitos e futuros prefeitos aqui.

A gente debateu, na Comissão de Saúde, a forma de contratação de profissionais de saúde. Seja para as prefeituras, seja para o governo do estado, é muito cara a realização de concursos e manter os profissionais de saúde concursados. A gente já sabe da dificuldade de se colocar um médico ou um enfermeiro para fazer as 40 horas. E surgiram aqueles contratos de organização de serviços (OS). Esses são muito mais barato e, muitas vezes, um serviço muito mais eficiente.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O prefeito ACM Neto, por exemplo, está contratando vagas nas escolas para as pessoas que não podem pagar. Isso é muito mais barato você contratar uma vaga numa escola particular do que manter uma escola com todo o custo da máquina pública.

A gente está, aqui, na Assembleia, também, para fazer este debate e desmistificar várias coisas.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Só concluindo, Sr.^a Presidente, a contratação, através do Reda, com certeza, é mais prática, é mais barata e mais rápida do que a elaboração de um concurso público. Inclusive, Osni, eu vejo o instituto do concurso público uma coisa um pouco atrasada, uma coisa que pode ser renovada e melhorada.

Mas fica, aqui, a minha contribuição para a discussão deste projeto de lei.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jurailton Santos pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Targino Machado: Eu não sei o que V. Ex.^a vai falar, mas me inscreva, por favor.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Está inscrito já, deputado.

Boa noite, Sr.^a Presidente, colegas deputados, amigos da imprensa.

Quero, primeiramente, parabenizar Nalvinha Pelé que tomou posse, ontem, como secretária da pasta da Política para as Mulheres na nossa vizinha Lauro de Freitas. Ela, Nalvinha Pelé, é a nossa mais nova secretária, que faz parte do Republicanos.

Deputado Targino, eu sou pastor na Igreja Universal há 23 anos. Foi na Igreja Universal que eu cheguei com depressão e vários problemas. Nesses anos todos, presidente, eu nunca fui intolerante com nenhuma religião.

Tenho, na minha família, católicos, espíritas, umbandistas, kardecistas. São tios e tias. Nunca fui intolerante com nenhum deles, porque a religião não se discute, não se debate. Religião é uma questão de escolha pessoal da pessoa. É a pessoa que tem que escolher a religião dela, a quem ela quer servir, o que ela quer ser, o que ela quer fazer da vida dela.

E, hoje, deputados, eu recebi uma mensagem de um filme que a *Netflix* está exibindo, criticando a fé dos evangélicos e dos católicos, apresentando um filme onde o ator diz que Jesus é gay e Jesus tem um relacionamento com Satanás. *Netflix* está exibindo um filme de Fábio Porchat da turma da *Porta dos Fundos*.

Deputada Fabíola, é uma agressão. Isso é uma agressão à nossa fé. Eu, como pastor, nunca agredi a fé de ninguém. Nós tivemos, há uns meses atrás, uma audiência para discutir, na comissão, da qual eu sou o vice-presidente, deputado Osni, a questão da intolerância religiosa. E o meu posicionamento, deputada, não foi de intolerante não. Muito pelo contrário, pois eu apoiei, repito, eu apoiei, ali, o tema debatido.

E, hoje, eu me deparo com isso. Acessei, ali, a *Netflix* para ver se, realmente, era verdade. Meus colegas deputados, se vocês tiverem acesso ao referido *site*, vocês

podem acessar e vão ver a turma da *Porta dos Fundos* exibindo, através da plataforma do *Netflix*, uma agressão aos cristãos, uma agressão à fé dos católicos, uma agressão à fé dos evangélicos.

Nós temos o deputado Júnior Muniz, que é pastor; o Pastor Isidório, também que é pastor; o Samuel Júnior, que é pastor; o Capitão Alden que está ali também, que é evangélico; a deputada Kátia; a deputada Talita.

Isso é uma agressão.

Eu quero deixar o meu repúdio. Eu quero deixar a minha insatisfação, presidente, porque é inaceitável, no século que nós estamos, um ator criar uma peça, expor Jesus como gay, tendo um relacionamento sexual e os demais apóstolos...

O Sr. Alex da Piatã: Um aparte.

O Sr. JURAILTON SANTOS: No filme, os demais apóstolos são como bêbados.

Isso é uma vergonha, deputados!

Pois não, deputado.

O Sr. Alex da Piatã: O deputado Targino tinha pedido um aparte primeiro do que eu.

Eu quero me solidarizar, deputado, com a sua opinião. Concordo totalmente. Acho isso um verdadeiro absurdo. Eu vou fazer uma comparação. Inclusive... comparar... Jesus Cristo é incomparável e não teria condição de comparar com qualquer um.

Mas, em um filme, fazer uma insinuação com qualquer um já seria uma agressão, repito, já seria uma agressão. Eu duvido que qualquer um assim aceitasse. E imagine você fazer, independentemente da nossa fé, da minha fé católica, da fé dos evangélicos, de quem quer que seja, mas fazer com o maior símbolo de uma fé, que é a fé cristã, o maior símbolo do Cristianismo, uma agressão tamanha.

Eu acho que poderíamos... Inclusive, eu quero deixar a sugestão de que pudéssemos, inclusive, assinar uma moção de repúdio da Casa para quem produziu esse filme e para a *Netflix* que está reproduzindo isso.

Eu acho um filme desse um verdadeiro absurdo, totalmente desnecessário.

Nós, cristãos, deveríamos e devemos nos manifestar publicamente. As igrejas, totalmente contrárias. E se for o caso, eu já vi alguns pedidos, eu quero ter a certeza, melhor, e já recebi também, deputado Jurailton, no meu *WhatsApp*. Em se confirmando 100% disso, eu acho que se confirma, porque V. Ex.^a já foi lá e viu e já acessou de que pudéssemos fazer uma campanha contra a *Netflix* nos lares, nas famílias porque é um absurdo sem tamanho.

Então, quero que V. Ex.^a possa colocar, nos Anais desta Casa, o nosso aparte reforçando o seu repúdio.

Muito obrigado.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Obrigado, deputado.

Deputado, só para finalizar, isso não é liberdade de expressão. Isso é intolerância religiosa.

Nós somos, no Brasil, mais de 150 milhões de evangélicos. É inaceitável uma coisa desta, de a exposição de um filme que está agredindo e violentando a nossa fé. Nós não podemos, simplesmente, cruzar os braços, deputada Fabíola, minha presidente, e não fazer nada. Não podemos, simplesmente, ficar olhando um bando de atores, que se diz que isso é liberdade de expressão, agredindo a fé de todos, daqueles que são católicos, evangélicos, e ficar de braços cruzados.

Então, eu conto, aqui, também, com a sensibilidade de meus colegas, meus pares deputados, para nós podermos fazer, como o proposto pelo deputado, um abaixo-assinado, a fim de pedir à empresa Netflix a retirada do ar desta violência e desta agressão contra os evangélicos.

Com a palavra o deputado Targino para um aparte.

O Sr. Targino Machado: Caro deputado Jurailton, V. Ex.^a traz à tribuna um assunto que se reveste de uma seriedade muito grande. Iniciou a sua fala dizendo que não é crível a existência de preconceito.

Eu quero ampliar dizendo, caro deputado Jurailton, que eu sou contra qualquer tipo de preconceito e não só religioso. Gostaria de dizer a V. Ex.^a que a minha opinião pessoal não vai de encontro nem ao encontro da sua fé. Não se trata, como V. Ex.^a expôs, da opinião de um evangélico.

Aqui, não se trata de um parlamentar estar na tribuna da Assembleia, tendo qualquer tipo de preconceito contra o direito de criação e contra a produção intelectual, porque é isso que aqueles que defendem esse tipo de arte e esse tipo de cultura pregam, se ancorando na democracia de produção intelectual.

Eu quero dizer a V. Ex.^a que não podemos ter vergonha de falar, não podemos ter vergonha de desfilar o nosso credo, os nossos princípios religiosos, eu até discordo por vezes de alguns evangélicos, porque eles querem se autorrotular cristãos e ser cristão não é um privilégio de evangélico. Até o século terceiro depois de Cristo, aqueles que acompanhavam Jesus eram chamados de discípulos, após o século terceiro, passaram a sofrer a nomenclatura de cristãos.

Então, cristão é quem segue a Cristo, até porque os evangélicos só surgiram na época do século XVI, se não me engano, com o advento do cisma dentro da Igreja Católica no período de Lutero.

Se eu estiver cometendo algum assassinato à história,...

O Sr. JURAILTON SANTOS: A gente ajuda.

O Sr. Targino Machado: (...) V. Ex.^a tem autoridade de me corrigir. Mas de lá para cá eu tenho estudado e desenvolvido um respeito grande para com os evangélicos, embora seja católico e praticante, tenho por V. S.^{as} profundo respeito pela forma como V. S.^{as} exercem, de forma destemida e desbravadora, o exercício da fé, e isso faz com que os evangélicos estejam prosperando tanto.

Digo essas coisas para dizer a V. Ex.^a que o mal do mundo não são as drogas, como alguns querem dizer, porque a droga, no meu conceito, não são causa de nada,

são consequência da destruição das famílias, da destruição de sentimentos, da destruição de valores e da perda de princípios religiosos.

Hoje, as crianças já não são apresentadas a Deus infelizmente. As crianças estão sendo criadas sem um norte religioso de credo, e aí, tudo isso desaguou nessa sociedade sem norte, sem rumo. Querer explicar Jesus, querer explicar Jesus, querer discutir Jesus, é um absurdo que esses falsos intelectuais, e às vezes se dizem intelectuais, mas o intelecto deles não resiste a meia hora de prosa, porque quem é intelectual não anda fazendo essa pregação. Eu estou com V. Ex.^a em gênero, número e grau, porque a sua religião é uma escolha de V. Ex.^a, porque Deus nos deu o direito ao livre-arbítrio. Eu gostaria, se V. Ex.^a permitisse e a presidente também, de colocar aqui uma música que eu gosto muito, aprecio muito, que explica tudo.

Coloca o som aqui, por favor!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Amplie aí o som do deputado Targino Machado!

(Música reproduzida no celular.)

O Sr. Targino Machado: Ninguém explica Deus!

É isso aí, muito obrigado pela audiência que os senhores deram à música, e tenham certeza que nós deveríamos ter nesta Casa, aqui, um momento sempre para a discussão desse tipo de temática, porque isso só faz nos fazer crescer.

E, deputada Maria del Carmen, nós nos conhecemos há pelo menos 25 anos, e nenhum de nós de perto é 100% certo do juízo. Quando as lentes e os olhares se aproximam, a gente descobre defeitos, alucinações, psicopatias no outro. mas não ando procurando defeitos no outro, eu ando procurando os defeitos em mim mesmo, porque em mim eu posso corrigi-los.

Algumas religiões dizem que os mandamentos são 10, outras religiões dizem que os mandamentos são 300, outras falam em mais de mil mandamentos e eu resumo a ópera, deputado Jurailton, dizendo que se dois mandamentos só forem absorvidos e entronizados nas nossas vidas: “Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”, nós vamos mudar o mundo.

Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Obrigado, deputado Targino, pela canção também.

Deputado Zé Cocá.

O Sr. Zé Cocá: Deputado Jurailton, parabéns pelas suas colocações, eu quero aqui ser solidário a V. Ex.^a, acho, Targino, como falou bem V. Ex.^a, é o maior desrespeito brincarmos com o nome de Deus. Podemos, Jurailton, brincar com qualquer coisa nesta terra menos com o nome de Deus.

Como você, Targino, colocou essa música como bem disse Alex da Piatã ali agora, ninguém explica Deus. Você disse uma coisa, Targino, que me marcou e é verdade. Não existe nada, nada que deixou este mundo mais perdido do que está do que o abandono das famílias, do que o jeito que estão se criando os filhos, o jeito da normalidade, o jeito de que tudo pode. Eu não acredito nessa tese, eu fui criado com

rigor e crio os meus filhos nesse mesmo sentido, filho para mim tem hora de sair, tem hora de chegar, tem o que fazer, tem tempo para mexer no celular, tem que ter tempo para tudo, porque a Bíblia diz isso.

E para mim, Jurailton, isso não é uma questão de ser evangélico ou ser católico ou ser “a” ou ser “b”, é uma questão de ser crente a Deus. Eu tenho certeza que todo mundo que está aqui é e é uma aberração se se criasse um filme com a maior criatura da face da Terra, do planeta e do universo que é Jesus Cristo... se criar uma condição dessa. Não tenho nada contra quem é, quem não é, agora, sou totalmente contra brincar com o nome de Deus, com o nome de Jesus Cristo com essas questões.

E conte comigo, Alex fez a proposta aí da gente ir e conte comigo no que for necessário, que com Deus não se brinca.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Obrigado, deputado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Targino Machado: Caro colega Jurailton, a energia que V. Ex.^a trouxe para o Plenário foi tão maravilhosa que eu gostaria de pedir a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) V. Ex.^a com a autoridade religiosa que V. Ex.^a tem que encerre a sua fala com uma oração.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. JURAILTON SANTOS: Para eu fazer a oração eu preciso que todo mundo fique de pé.

Meus caros colegas se puderem ficar de pé, por favor. Deputado Samuel, deputado Jacó, os demais, as moças aqui sentadas, os colegas da imprensa aí em cima, por favor, por gentileza.

(O Sr. Deputado faz uma oração.)

Estão abençoados. (Palmas)

Obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, pela ordem!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, eu aproveito para agradecer ao deputado Jurailton essa oportunidade maravilhosa que nos trouxe aqui hoje e que a oração que ele proferiu possa ser elevada aos céus e que retorne sobre as nossas cabeças e das nossas famílias em forma de bênçãos, porque tenho a certeza de que disso todos nós precisamos, mesmo aqueles que se julgam ateus, mas na hora do sofrimento todo ateu tem um Deus. Ouviu, Fabíola?

Eu quero solicitar de V. Ex.^a tempestivamente uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. As taquígrafas já estão ali meio sonolentas...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será...

O Sr. Targino Machado: (...) não por que estão trabalhando muito, mas é porque elas precisam, o combustível que elas precisam é a emoção que emana do plenário, as discussões... Quando este plenário está repleto, eu vejo nos olhos a vibração...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado: Eu tenho 5 minutos, excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu sei.

O Sr. Targino Machado: Ainda tenho 3min 30seg. Senão vou ter que pedir a V. Ex.^a para recompor meu tempo.

Por isso, em homenagem à beleza que foi produzida aqui pelo deputado Jurailton, mas também pelo deputado Alex da Piatã, pelo deputado Zé Cocá, eu quero solicitar de V. Ex.^a que se esforce ao máximo, acionando as campainhas, fazendo tantas quantas necessárias forem chamadas nominais dos Srs. Deputados que, por ventura, se encontrem em quaisquer dos ambientes desta Casa. E, se não for suficiente convocar os deputados que se encontram dispersos nos vários ambientes desta Casa, que possa V. Ex.^a solicitar da assessoria do governo nesta Casa, que possa telefonar para os Srs. Deputados, um a um, para trazê-los neste plenário para garantir a continuidade da presente sessão.

Muito obrigado, nobre deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado; Agradeço a V. Ex.^a, embora V. Ex.^a esteja com muita pressa hoje. Isso não é próprio de V. Ex.^a. V. Ex.^a está com passagem marcada para algum lugar?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Hoje não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por gentileza, só marcar o tempo regimental.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito marcar o tempo regimental e solicitar aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas que estejam... Já zerou o painel, contar o tempo regimental para continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Solicito aos Srs. Deputados que estão nas dependências desta Casa... Existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão solicitado pelo deputado Targino Machado. Nós estamos em processo de discussão do primeiro projeto que está na Ordem do Dia e é necessário que tenhamos aqui no plenário 21 Srs. Deputados para continuidade desta sessão.

O Sr. Targino Machado: Deputada Fabíola, se eu tivesse pais vivos eu já teria acenado para o deputado Rosemberg e queria entender que preciso...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, 21 Srs. Deputados, conclua.

O Sr. Targino Machado: (...) preciso, deputada, que V. Ex.^a, no futuro, não fique com aquela dor, doída, amargurada no âmago, no coração, na alma de dizer assim: “Eu podia ter dito – eu já disse isso a deputada Maria del Carmen – eu podia ter dito a minha mãe, a meu pai mais vezes eu te amo, eu te amo, beijar mais vezes, mais vezes, mais vezes.” Esse é um exercício que precisa ser feito a diário...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Targino, já temos quórum.

O Sr. Targino Machado: (...) e por isso é que eu digo a V. Ex.^a, deputada Fabíola Mansur, que foi hoje homenageada e homenagem cheia de justiça, que V. Ex.^a não deveria estar aqui.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois é, mas está, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: E quem está obstruindo não é o Líder do Governo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Passo a palavra, agora, ao deputado Pedro Tavares pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas aqui presentes. Confesso ao plenário que eu fiquei surpreso quando vi chegar nesta Casa, deputado Euclides, esse projeto de lei, projeto de lei do Reda, onde você aumenta o tempo do Reda de 2 para 4 anos. Confesso que fiquei surpreso, porque nunca imaginei que o governo do PT, governo petista fosse apresentar um projeto como esse.

Deputado Targino Machado, que é um deputado da Oposição, acho que o mais experiente, tem mais mandatos, eu tenho certeza que o deputado Targino Machado viu muita gente que está aqui, hoje, no plenário ser contra o Reda, ser contra o aumento do Reda e hoje o governo está aqui mobilizando a sua base política, querendo passar o verdadeiro rolo compressor para aprovar um projeto.

O projeto, deputado Junior Muniz, V. Ex.^a que está no seu primeiro mandato, chega aqui nesta Casa fazendo um belo trabalho, um projeto que o PT sempre foi contra e agora, por conveniência, esquece todo o seu discurso e apresenta esse projeto e está aí fazendo de tudo...

O Sr. Luciano Simões Filho: Um aparte, nobre deputado?

O Sr. PEDRO TAVARES: (...) para aprovar esse projeto, mostrando que é o governo da conveniência, o governo que sempre lutou contra o Reda e, hoje, está a favor do Reda e querendo duplicar o tempo de permanência dos trabalhadores do Reda.

Então fica aqui, mais uma vez, o meu protesto contra a forma que esse governo administra.

Mas, antes de passar a palavra ao nobre deputado Luciano Simões que discorreu sobre todo esse projeto aqui, leu todo o projeto e tenho certeza que conhece como ninguém essa matéria, eu queria falar um pouco sobre Paulo Câmara que sempre me diz da questão das estradas. Eu vejo ali o meu grande amigo deputado Sandro Régis que é um grande e legítimo representante do município de Caém, votado em toda a região de Jacobina e Senhor do Bonfim, ele me mostrava agora há pouco que o governo do estado que mostra na propaganda que tem as estradas recuperadas, que as estradas

do interior estão bem, e o deputado Sandro Régis me mostrava que, na próxima quinta-feira, terá uma manifestação contra as péssimas condições da BA-131.

A BA-131, deputado Sandro, por que V. Ex.^a sempre passa para ir para o município o Caém. A BA-131 que liga o entroncamento da BR-324, ali indo para Jacobina, virando à direita, quem vai para Jacobina, passando por Caém, Saúde, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, o entroncamento de Campo Formoso, chegando até Senhor do Bonfim, mostra que governo da propaganda não é o governo da realidade. Mostra que essa estrada, que é uma estrada tão importante para o escoamento a produção, para a passagem dos enfermos, dos estudantes, para as pessoas que trabalham numa cidade, moram em outra e têm que utilizar diariamente essa estrada, infelizmente, está em péssimas condições. A população vem cobrando.

Eu tive a oportunidade de fazer uma indicação à Secretaria de Infraestrutura em 2015. Já estamos em 2019. Daqui a pouco tempo, chegaremos, deputado Euclides Fernandes, em 2020 e não tem nenhuma notícia da recuperação total dessa estrada. O que se vê, infelizmente, são buracos e mais buracos e a população é quem sofre com isso, a população que infelizmente tem sofrido, como eu disse, no seu dia a dia.

E, na quinta-feira, a população vai se manifestar, de forma pacífica, para mostrar ao governo do estado que precisa de atenção, sim, que aquela região não pode ser esquecida. Uma região tão importante, uma região que tem sido, nas últimas três ou quatro eleições consecutivas, uma das regiões que deram as maiores votações ao PT e, infelizmente, está lá a estrada toda deteriorada e a população sofrendo diariamente com essa estrada.

Também queria falar de outra estrada importante. Discutia, na semana passada, com a deputada Maria del Carmen que está com a gente na Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e conhece tão bem aquela realidade, que é a BA-001 naquele trecho que liga Valença até Camamu. Um trecho que na minha opinião, na minha visão é um dos grandes corredores rodoviários do turismo da Bahia. Uma estrada importantíssima, que liga, dá acesso a Morro de São Paulo, Garapuá, Boipeba, Barra Grande, enfim, vários e vários paraísos do nosso estado, lugares que são visitados por turistas não só de fora da Bahia, mas de fora do Brasil. Uma estrada importantíssima, que dá acesso a Itacaré que também é outro destino muito procurado, tão conhecido pelas belezas naturais, tão conhecido pelas praias, conhecido mundialmente pelo surfe, dá também acesso a Ilhéus, essa estrada está cheia de desníveis...

O Sr. Luciano Simões Filho: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. PEDRO TAVARES: Deputado Luciano Simões, só um segundo. (...) cheia de desníveis, com buracos...

O Sr. Euclides Fernandes: Deputado Pedro Tavares...

O Sr. PEDRO TAVARES: (...) com acostamento a fazer, com a sinalização a fazer e o governo não olha isso, deputado Euclides Fernandes...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite?

O Sr. PEDRO TAVARES: Só um segundo, deputado Euclides Fernandes. O governo do estado não olha isso, não olha uma estrada tão importante, uma estrada, como eu disse, para mim é o corredor rodoviário do turismo na Bahia. Uma estrada que todos os turistas, os visitantes que vão para Barra Grande, Boipeba, Garapuá, têm que pegar. E aí você chega na estrada e não tem acostamento, não tem sinalização, cheia de desníveis, cheia de buraco. É essa imagem que o turista que vem visitar os nossos paraísos leva da Bahia, um lugar em que falta a infraestrutura necessária para que você tenha acesso, de forma confortável, a chegar nessas praias tão importantes.

Fica aqui mais uma vez a minha manifestação contra a forma como se vem cuidando das estradas na Bahia.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a permite?

O Sr. PEDRO TAVARES: Antes de passar a V. Ex.^a, meu grande amigo, deputado de Jequié, Euclides Fernandes, queria ouvir o nobre deputado Luciano Simões, que agora há pouco discorreu aqui sobre esse projeto do Reda e tenho certeza...

O Sr. Euclides Fernandes: Mas Excelência, pelo Regimento Interno V. Ex.^a tem que respeitar...

O Sr. PEDRO TAVARES: Quem pediu primeiro, quem pediu primeiro foi o deputado Luciano Simões.

O Sr. Euclides Fernandes: (...) tem que respeitar de acordo com a ordem dos pedidos.

O Sr. PEDRO TAVARES: Pronto. A ordem do pedido foi o deputado...

O Sr. Euclides Fernandes: É questão de respeito com os caros colegas de V. Ex.^a.

O Sr. PEDRO TAVARES: Pronto. Com a palavra o nobre deputado e amigo Luciano Simões e logo depois, com o maior prazer o meu colega, amigo, deputado combativo de Jequié, deputado Euclides Fernandes, mas com a palavra o deputado Luciano Simões.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a insiste...

O Sr. Targino Machado: Deputado Pedro Tavares, eu lhe peço a gentileza de botar em primeiro lugar, com a aquiescência do deputado Lucianinho, o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Luciano Simões Filho: Eu peço ao deputado Pedro Tavares que coloque o deputado Euclides Fernandes, fala mansa, na minha frente.

O Sr. PEDRO TAVARES: Com todo prazer, o deputado Euclides como eu disse é um grande amigo, grande parceiro que eu conheço de muito tempo, muito antes de ser deputado, V. Ex.^a na época em que era vereador em Jequié, uma pessoa que eu estimo muito, é um prazer ouvir V. Ex.^a.

O Sr. Euclides Fernandes: Assim está melhor, V. Ex.^a tendo evidentemente essa consciência do respeito ao que primeiro pediu o aparte. V. Ex.^a atendeu evidentemente não a este deputado, mas atendeu os seus colegas, o Luciano Simões...

O Sr. PEDRO TAVARES: Não, não, o deputado Luciano Simões foi o primeiro a pedir, foi o primeiro a pedir, deputado Euclides.

O Sr. Euclides Fernandes: (...) e ao deputado, Líder de V. Ex.^a, o deputado Targino.

V. Ex.^a está aí no seu papel de Oposição, buscando, evidentemente, cada vez mais, desgastar a imagem de S. Ex.^a, o governador Rui Costa. Mas V. Ex.^a sabe que o governador Rui Costa, a sua recepção perante o povo da Bahia, hoje ultrapassa 70%, porque o povo da Bahia reconhece, em S. Ex.^a, o governador do estado, um gestor de primeira linha, um gestor competente, um gestor preparado que tem feito a diferença aqui no estado da Bahia.

No que diz respeito ao que V. Ex.^a colocou, aí nesse instante, o problema de estradas. Estrada é importante, Excelência, o saudoso Washington Luís, que foi presidente da República, colocou de maneira bem-posta a importância da estrada: “Governar é abrir estrada para dar condição do desenvolvimento econômico do país.” Agora, sabe V. Ex.^a que a Bahia é um território muito grande, muitas estradas e o governador não tem sido omisso na construção de novas estradas, abrindo as condições de mobilidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico das regiões. E tem também feito um grande trabalho na recuperação das estradas que estão precisando dessas medidas.

Ele tem dificuldades, o governador, porque S. Ex.^a, o presidente da República, a quem V. Ex.^a do DEM também está integrado, esse governo maldito que tem prejudicado a Bahia, acima de tudo, tem segurado, tem travado as verbas, empréstimos para a Bahia, no sentido de prejudicar essa gestão maravilhosa do governador Rui Costa.

Lamento, acima de tudo, que V. Ex.^a, um jovem preparado, um jovem que já está em vários mandatos, que tem evidentemente esse conhecimento do estado da Bahia e das coisas da Bahia, ir nesse caminho errado de querer atingir a gestão de Rui Costa sem ter nenhum fundamento, nenhuma sustentação.

Mas Rui Costa tem trabalhado bastante, principalmente no que diz respeito à conservação de estradas e abertura de novas estradas, sem falar na área da saúde, como os consórcios de saúde regional, levando o atendimento de qualidade na saúde para o povo baiano.

O Sr. PEDRO TAVARES: Eu incorporo seu aparte, deputado Euclides, mas V. Ex.^a me conhece há quanto tempo? V. Ex.^a sabe que eu sempre fiz um mandato aqui, mesmo sendo um deputado de Oposição, com muita coerência e muita responsabilidade. Sempre disse que o que quer for bom para a Bahia contará sempre com o meu apoio e o que eu achar que não é bom para o nosso estado contará com a minha luta, com a minha voz.

Quantas vezes eu já vim aqui e falei de algumas obras do governador Rui Costa? Não tenho dificuldade alguma, agora eu ando naquela estrada e é uma estrada que precisa, sim, de recuperação. V. Ex.^a é votado em Andorinha, ao lado de Senhor do Bonfim, V. Ex.^a quando vai para Andorinha, se pegasse aquela estrada, V. Ex.^a ia ter outro conceito do que V. Ex.^a falou aqui. É uma estrada que está em péssimas condições, é uma estrada que não existe, é uma estrada que está sendo cobrada frequentemente não só por mim, mas pela população inteira daquela região. Mas é a posição de V. Ex.^a.

Antes de passar a palavra ao deputado Luciano Simões, me permita passar a palavra ao deputado Sandro Régis, que conhece tão bem essa realidade que eu tentei mostrar para a Casa, que conhece tão bem aquela cidade, Caém.

Então eu queria passar a palavra ao nobre amigo e nosso parceiro, amigo de oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis: Deputado Pedro Tavares, primeiro eu quero aqui parabenizar V. Ex.^a não pelo seu discurso, mas, sim, pela forma com que vem conduzindo seu mandato ao longo de sua trajetória política nesta Casa.

Aqui eu parei para escutar atentamente o discurso do deputado Euclides Fernandes. Euclides, que é um amigo, o conheço de Jequié, é uma grande referência, mas o deputado Euclides Fernandes, ele poderia fazer esse discurso em Ibirataia, onde ele é votado, onde o governo já gastou milhões na recuperação da estrada de Ibirataia a Gandu, onde V. Ex.^a também é bem votado, e a estrada está pior do que era.

O deputado Euclides também poderia fazer esse discurso de Gandu para Itamari, de Itamari para Apuarema, e de Apuarema para Jequié, região em que ele tem todos os prefeitos. Eu não sei se ele teria a coragem de fazer esse discurso naquela região, onde não se tem mais estrada. As estradas, todas esburacadas.

Aí eu me pergunto: será que o deputado Euclides hoje incorporou algum santo? Porque o deputado Euclides é um deputado superbem votado naquela região, na região onde não tem estrada. Aqui estão o deputado Eduardo Salles, o deputado Pedro Tavares. Quando anunciou a recuperação da estrada Ibirataia-Gandu, o deputado Eduardo Salles foi em todas as rádios do Sul da Bahia, o deputado Eduardo Salles bateu 300 fotos na placa Gandu-Ibirataia, Ibirataia-Gandu.

E eu não sei se o deputado Eduardo Salles hoje tem coragem de ir na rádio falar da estrada. A estrada do governo Jaques Wagner...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Sandro Régis: (...) A estrada do governo Jaques Wagner, deputado Pedro Tavares, foi recuperada, Wagner não teve condições de voltar lá porque, antes de inaugurá-la, ela já estava toda esburacada. Agora, no governo Rui Costa, pior! Porque os buracos triplicaram. Já foi recuperada de... Vá dizer isso em Ibirataia, então, deputado Eduardo Salles, que é menos. Vá lá dizer, em Ibirataia. Eu desafio V. Ex.^a a dizer em Ibirataia.

Vamos tratar os assuntos com verdade, não é porque é governista que tem que puxar saco ou fechar os olhos. A estrada Ibirataia-Gandu é uma vergonha! Eu, aqui, desafio o deputado Eduardo Salles, o deputado Euclides, muito bem votados naquela região, a dizerem para o povo que a estrada está em sã tráfegabilidade. Eu desafio.

E o deputado Euclides, também quero vê-lo fazer esse discurso para a prefeita de Itamari, que vota e é liderada dele, e para o prefeito de Nova Ibiá, quero ver se ele tem essa mesma eloquência para dizer que as estradas de nossa região são esse “asfalto europeu”, como V. Ex.^a acabou de dizer.

Parabéns, deputado Pedro Tavares, porque, acima de tudo, o parlamentar tem que ter compromisso com a verdade.

O Sr. PEDRO TAVARES: Deputado Sandro, eu incorporo...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PEDRO TAVARES: (...) Espera aí, vai... Eu incorporo... Vamos ouvir o deputado Luciano Simões. O deputado Luciano Simões foi o primeiro deputado que pediu, aqui, o aparte. O deputado Luciano Simões discorreu esse projeto todo aqui, leu todo o projeto, conhece tudo desse projeto, eu queria ouvir o deputado Luciano Simões Filho. Deputado Luciano Simões Filho, um aparte com muito prazer.

O Sr. Luciano Simões Filho: Obrigado, deputado Pedro Tavares. Realmente, Targino, me emocionou agora o conhecimento do deputado Sandro Régis sobre aquela região do estado da Bahia. E silente ficou o deputado Euclides Fernandes, pela verdade que foi falada pelo deputado ex-Líder Sandro de Oliveira Régis.

Eu faço coro com os argumentos de V. Ex.^a e lembro aqui de alguns trechos em que passei nesse final de semana. Do entroncamento, ali, Paulinho, de Segredo, passando por Mulungu do Morro, Cafarnaum, não dá para passar de carro, só dá para passar de jêgo, e olhe lá. Você sai de Ibotirama, no entroncamento da BR-242, indo para Paratinga, para Bom Jesus da Lapa... Deputado Vitor Bonfim, que é costumeiro passante daquela região, sabe que está intrafegável. No entroncamento de Boninal, também na BR-242, Boninal até Piatã, não vai dar mais para passar. Não vai dar mais para passar.

A gente falou aqui de trechos de estradas de norte a sul do estado. Eu falei das BAs que fazem entroncamento com a BR-242...

O Sr. Alex da Piatã: Manda o governo federal pagar os 500 milhões que deve à Bahia, deputado.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Calma, deputados.

O Sr. Luciano Simões Filho: Deputado... Deputado Pedro Tavares...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Faltam 15 segundos para V. Ex.^a encerrar.

O Sr. Luciano Simões Filho: (...) 15, 10, 9, 8... Mas ainda tem a conclusão do deputado Pedro Tavares.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Sim, eu estou dizendo ao deputado Pedro Tavares.

O Sr. Luciano Simões Filho: O deputado Pedro é votado da divisa do Tocantins à divisa...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) à divisa do Espírito Santo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Acabou o tempo, deputado.

O Sr. Luciano Simões Filho: Aqui...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Acabou.

O Sr. Luciano Simões Filho: (...) todo mundo sabe disso. Nesse final de semana, ele estava em Mansidão...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Pedro Tavares, o tempo de V. Ex.^a terminou.

O Sr. Luciano Simões Filho: (...) e no outro final de semana, ele estava em Mucuri...

O Sr. PEDRO TAVARES: Só... Só... Só... Com a tolerância, aqui, da presidente, eu incorporo o aparte do deputado Luciano Simões Filho, queria muito ouvir o deputado Euclides Fernandes, mas infelizmente, deputado Euclides Fernandes, o tempo se encerrou.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Tiago Correia...

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente! Sr.^a Presidente! Pela ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu... eu sou daqueles que acham que precisamos ter aqui, todos merecem, um tratamento equânime. Eu estou aqui, absolutamente, deputado Alex Lima, solidário ao deputado Eduardo Salles, que foi multiplamente citado, pode ter sido até caluniado, difamado. E eu acho que, se o deputado Sandro Régis fez esse exercício verbal durante 10 minutos, atacando V. Ex.^a, nada mais justo do que a presidência da Casa conceder ao deputado Eduardo Salles 10 minutos para ele fazer a sua defesa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, V. Ex.^a...

Concedo a palavra ao deputado Tiago Correia.

O Sr. Targino Machado: Eduardo Salles.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) Tiago Correia.

V. Ex.^a jáá...

O Sr. Targino Machado: Eduardo Salles, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não! Está inscrito aqui...

O Sr. Luciano Simões Filho: Deputado Tiago Correia!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) O deputado Eduardo Salles não está inscrito, está inscrito o deputado Tiago Correia...

O Sr. Luciano Simões Filho: Deputado Tiago Correia,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Luciano Simões Filho: (...) uma sugestão: a gente poderia dar a sequência...
(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado: Deputado Tiago Correia!...

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. Targino Machado: (...) Deputado Tiago Correia, por favor, inscreva o deputado Eduardo Salles para o aparte.

O Sr. Luciano Simões Filho: E o deputado Euclides Fernandes também.

Agora surge no plenário o deputado Marquinho Viana.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Que se conte o tempo para o deputado Tiago Correia, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr.^a Presidente, venho denunciando nesta Casa o descaso do governo do estado com a cidade de Vitória da Conquista. Sr.^a Presidente, é a terceira maior cidade do nosso estado, cidade essa onde eu nasci, onde me criei, onde minha família toda reside. Meus pais moram em Conquista.

O governo do estado vem dando um tratamento, não sei se por Conquista ter sido governada por muito tempo pelo Partido dos Trabalhadores, mas um tratamento que não é justo, dada a importância da cidade para toda aquela região, Sr.^a Presidente, cidade essa que termina atendendo municípios do norte de Minas Gerais. Agora, com um aeroporto, o novo aeroporto de Vitória da Conquista, a frequência maior ainda é a de moradores de outros municípios, que buscam o aeroporto para poderem viajar, inclusive, com voos diretos para Belo Horizonte, para São Paulo.

E o governo vem dando um tratamento, eu diria, nada digno para um município do porte de Vitória da Conquista, anunciando agora, por último, o fechamento de mais um colégio em Vitória da Conquista, o Colégio Adélia Teixeira, que fica no cruzamento da Avenida Brasil, uma escola tradicional do município...

O Sr. Euclides Fernandes: Um aparte, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) uma escola que tanto serviu à população conquistense. Querem, inclusive, deputado Euclides, transferir todos esses alunos para a Escola Normal. Vou ressaltar, “Escola Normal” é o nome como nós conquistenses a chamamos, mas a Escola Normal se chama “Instituto de Educação Euclides Dantas”, inclusive, um xará seu. A Escola Normal não tem como abrigar os alunos do Instituto Adélia Teixeira, e o governo vem numa decrescente constante na educação do nosso estado, com um IDEB decrescente, um IDEB que, a cada ano que passa, vem atingindo notas piores.

Hoje a educação do estado é a pior do Brasil, veja só quantos secretários de educação já passaram pela Secretaria de Educação do governo do estado. Hoje o corajoso e competente secretário, Jerônimo... Queira Deus que consiga fazer um bom trabalho, mas acho que nem ele mesmo sabe quanto tempo irá permanecer no cargo. É uma secretaria estratégica e importante que não consegue levar um projeto adiante, dadas as interrupções atrás de interrupções dos seus gestores, que não conseguem levar à frente nenhum projeto importante.

(O deputado Alex Lima assume a presidência da Mesa.)

Se nós formos pegar aqui, Sr. Presidente, a história, veremos lá, ainda no ano de 2011, 19 de setembro de 2011: o governo da Bahia fechou três escolas do Subúrbio. O governo do estado anunciou o fechamento de três escolas no bairro de Periperi. Logo

no Subúrbio Ferroviário, Sr. Presidente. (Lê) *“Depois de fechar a Escola Cleto Araponga, o governo anunciou o fechamento da Escola Antônio Carlos Magalhães, uma das mais tradicionais escolas do Subúrbio. Além dela a Escola Filipe Busquet esta na relação para o fechamento em dezembro”*, de 2010. Em 2011, levou a cabo.

Pense, Sr. Presidente, apenas numa tacada o governo em Salvador, no ano de 2011, fechou três colégios. E aí se pergunta por que o IDEB na Bahia é negativo. Ora, essa é a política do governo do estado, ir fechando as escolas, principalmente nas cidades onde o prefeito é oposição ao governo. Veja que em Conquista agora, depois de 20 anos, quando conseguiu se libertar das amarras do Partido dos Trabalhadores ao ter um prefeito de outro partido, o governo do estado entrou em ação e começou a fechar os equipamentos públicos do município, perseguindo a gestão municipal. É o que acontece hoje em Vitória da Conquista.

O Sr. Luciano Simões Filho: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TIAGO CORREIA: Um aparte ao deputado Luciano.

O Sr. Luciano Simões Filho: É coisa rápida. Esse fenômeno do fechamento de escolas está acontecendo na Bahia inteira...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. Luciano Simões Filho: (...) A gente já levantou isso aqui algumas vezes, ninguém da Bancada do Governo fala nada. Tomara que Euclides tente explicar o que está acontecendo, porque está fechando, não tem justificativa para nada. É o retorno que a gente tem no interior. Para onde irão os alunos, ninguém sabe; para onde os professores serão realocados, ninguém sabe também.

A realidade é a que o deputado Tiago Correia está falando. A educação da Bahia é, fundamentalmente, o ponto fraquíssimo do governador Rui Costa, eu acho que isso vocês até hão de concordar comigo e com Tiago. São os piores índices, logo depois dos da segurança pública. E aí veio o novo secretário, que ele tirou da CAR e botou na Secretaria de Educação, Jerônimo, dizem até que vai ser o candidato a governador na sucessão dele, não sei. Jerônimo, que é o secretário da Educação. Mas como eles controlam – não é, Tiago? – os sindicatos, a APLB e tantos mais, a APLB não fala nada! Fechando escola em todo lugar, e você não houve nada, nem uma queixa.

Hoje a gente recebeu – não foi, Tiago? – um grupo de professores das universidades estaduais, largadas também. Querem dialogar com o governador; o governador fecha o diálogo. Deputado Zé Raimundo, nos ajude. O senhor foi reitor lá da... da... da universi... lá de Vitória da Conquista, não é?...

O Sr. TIAGO CORREIA: Da UESB.

O Sr. Luciano Simões Filho: (...) Ajude aí os seus colegas, pelo menos, a dialogar com o chefe do Executivo, porque foi o maior desespero – ou não foi? – o deles lá hoje. Os índices são um pior do que outro na educação.

Por que ele não fala o que vai fazer? Ajude-me.

O Sr. TIAGO CORREIA: Muito bem, deputado Luciano, queria, inclusive, incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento. Antes de conceder o outro aparte...

Comecei em 2011. Quando cheguei em 2018: (lê) *“Governo da Bahia fecha colégio estadual de 112 anos no município de Wagner. Com resultados de queda no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para o ensino médio, a Bahia tem sofrido com o encolhimento no setor de educação, na gestão do governador Rui Costa (PT)*

(...) Com 112 anos de história...”, deputado Euclides, “(...) o colégio é um patrimônio da cidade, além de ser fonte de renda para 43 profissionais contratados e concursados, atendendo a 600 alunos da cidade e zona rural. É um absurdo que o Governo promova um tipo de situação como essa sem consultar a comunidade. É preciso que o Governo esclareça o fechamento dessa instituição estadual de Wagner e de outras unidades, fato que vem acontecendo em todo o estado”...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) É um absurdo. Estamos aqui ainda em 2018, mas eu vou chegar em 2019. Antes concederei um aparte ao deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Euclides Fernandes: Nobre deputado Tiago, o governador Rui Costa, ele colocou nesse segundo governo dele... viu a necessidade de priorizar a educação. O lema do governador Rui Costa é que o patrimônio mais seguro que um pai humilde, lavrador ou operário urbano, pode deixar, pode legar para seus filhos é a educação. E essa é a grande meta do governador Rui Costa, este segundo governo dele é voltado para a educação.

Evidentemente que ele está fazendo uma nova estruturação dentro do setor educacional do estado. Em 2019, ele começou, de maneira intensa, esse trabalho para fazer essa nova configuração dentro de uma linha de qualidade de ensino, acima de tudo, dentro de uma linha também de valorização da escola do sistema militar. Ele sente a necessidade de introduzir o sistema militar... Bolsonaro, meu caro Paulo Câmara, aprendeu com Rui. Quando ele assumiu, Rui já estava avançando nesse sistema, nessa estratégia de levar esse sistema, levando a disciplina e a... levando a disciplina para a unidade escolar, e a qualidade de ensino.

Então, meu caro, fique despreocupado, meu caro deputado Targino. Despreocupe-se totalmente porque o governo do estado, o governador Rui Costa, a atenção dele, o foco dele é trazer a melhoria para a qualidade de ensino, trazer a estruturação do colégio do sistema militar para levar mais disciplina para os alunos das escolas públicas.

Parlamentar não identificado: Mas deputado Euclides...

O Sr. Targino Machado: Deputado Tiago! Deputado Tiago Correia...

O Sr. TIAGO CORREIA: Antes de conceder o aparte...

O Sr. Targino Machado: Não...

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) Antes de con...

O Sr. Targino Machado: Eu não quero aparte, não. Eu quero louvar o discurso de V. Ex.^a, que está revelando – revelando – no deputado Euclides Fernandes a vontade, o ímpeto de se tornar o Líder do Governo. Deputado Rosenberg que se cuide.

O Sr. TIAGO CORREIA: Mas... Com certeza, deputado Targino Machado. Mas, antes de conceder aparte...

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência.

O Sr. TIAGO CORREIA: Pois não.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu estou achando que o Líder da Minoria, Targino Machado, está querendo trazer um veneno aqui para o nosso Líder, que tem feito um excelente trabalho no comando da Liderança para o governo do estado. Não falo em nível de bancada. Inclusive, eu aproveito o momento... eu aproveito o momento para prestar aqui a minha manifestação pelo fato do setor da imprensa, na escolha do destaque do ano, não ter incluído Rosemberg Pinto, que tem feito um excelente trabalho na sua nobre missão de cuidar dos projetos do governo, porque nenhum projeto aqui foi derrubado no ano de 2019.

O Sr. TIAGO CORREIA: Com certeza, deputado Euclides...

O Sr. Sandro Régis: Só um minutinho, eu só quero aqui fazer...

O Sr. TIAGO CORREIA: Mas, antes de conceder o aparte ao deputado Alan Sanches, eu queria conceder um pequeno aparte ao deputado Sandro Régis. Retorno a palavra...

O Sr. Sandro Régis: O problema...

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) Na sequência, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Sandro Régis: Eu quero aqui corrigir o meu Líder, o problema do deputado Euclides não é com o Líder do Governo, é o chamado “efeito Zé Cocá”, em Jequié. O deputado Euclides está doido, com “efeito Zé Cocá”! Então vai ter de trabalhar triplicado agora para ficar bem com o governador e a primeira-dama...

O Sr. Euclides Fernandes: Deputado, é falta de argumento da Oposição. A Oposição não tem argumento, não tem sustentação e fica criando santinhos para poder... é... fazer contestação aos deputados...

O Sr. Sandro Régis: Pelo que se falou agora aqui, o deputado Euclides defendeu...

O Sr. TIAGO CORREIA: Mas, Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao deputado Alan Sanches, e retomando... retomando a minha fala, Sr. Presidente, após...

O Sr. Targino Machado: Deputado Tiago Correia!

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) após a colocação do deputado Euclides... Mas, deputado Euclides, como é que eu posso não me preocupar, deputado Euclides, com a educação em nosso estado, se o IDEB só recua? Ele não avança nada, ele só dá para trás. Eu até acredito que o governador Rui Costa, deputado e presidente desta sessão, Alex, acho que o governador Rui Costa tem vontade, sim, de acertar...

O Sr. Targino Machado: Deputado Alex! Deputado Alex, tem cardiologista aí no Serviço Médico?

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) tem vontade, sim, de levar a educação a outro nível, mas lhe falta, talvez, competência...

O Sr. Targino Machado: Tem cardiologista no Serviço Médico de plantão? Cuidado com a saúde, deputado Euclides Fernandes, está ficando rubro, vermelho, taquicárdico, sudorético. Tem cardiologista? V. Ex.^a pode me informar?

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima): O Serviço Médico está de plantão na Casa.

O Sr. TIAGO CORREIA: Deputado Alex! Deputado Alex, eu queria, por favor, que recompusesse meu tempo.

(...) Voltando, deputado Euclides, nós não podemos nos aquietar diante dos números. Contra os números, não há argumentos. O IDEB só cai ano a ano. Comecei em 2011, aí cheguei a hoje, 2019, matéria agora da semana passada: *“Alunos protestam contra o fechamento de Colégio Odorico Tavares...”*, aqui em Salvador, *“(…) secretaria nega”*. Os rumores do fechamento do Colégio Odorico Tavares rondam a nossa capital há muito tempo, presidente Alex. É um absurdo! Os alunos secundaristas estão revoltados, iniciaram uma série de protestos, inclusive, no entorno do colégio, que se encontra totalmente degradado, abandonado. É essa a situação da educação em nosso estado, deputado Euclides.

Eu acredito, sim, que o governador tenha vontade de melhorar, mas ele não está encontrando os meios, talvez não encontre as pessoas certas, talvez não encontre os conselheiros certos, porque a educação em nosso estado é horrível. E onde se reflete isso? Nos altos índices de criminalidade, nos altos índices de crianças fora da escola.

Capitão Alden já trouxe a esta Casa diversas vezes, nos seus discursos, os números dos jovens que são mortos pelo crime. A maioria está fora das escolas, não é isso, Capitão Alden? Esse é o retrato da educação do governo do estado da Bahia. E aí eu vou deixar a educação de lado e vou aqui, agora, entrar na infraestrutura...

O Sr. Marquinho Viana: Questão de ordem, deputado.

O Sr. TIAGO CORREIA: Deputado... Logo em seguida o darei, deputado Marcos Viana.

Deputado Pedro Tavares entrou aqui na área de infraestrutura, ele que é presidente da Comissão de Infraestrutura, que tão bem tem dirigido os seus trabalhos, trazendo importantes debates. Quantas vezes, deputado Pedro Tavares, já trouxe a esta tribuna a situação da BA-270, que liga o município de Macarani a Itapetinga? Mas não é só Macarani-Itapetinga; depois de Macarani, tem Itarantim...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. TIAGO CORREIA: (...) onde o meu colega deputado Sandro Régis sempre está presente. E depois, todo o acesso ao Norte de Minas Gerais.

O Sr. Targino Machado: Desculpe-me, deputado Tiago Correia...

O Sr. TIAGO CORREIA: Quantos caminhões de leite, de queijo?...

O Sr. Targino Machado: Presidente! Pela ordem, Excelência. Deputado Tiago Correia, me desculpe, mas chegou a hora fatídica, e V. Ex.^a tem ainda 5 minutos do seu tempo para solicitar à presidência, requerer à presidência dos trabalhos, através de uma questão de ordem, que proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, e que insista muito para que retornem a este plenário os deputados Euclides Fernandes e Zé Cocá.

Eu estou preocupado porque o ambiente da sala do cafezinho é muito exíguo, é muito pequeno para hospedar dois potenciais inimigos. Embora tragam nos rostos o sorriso, um amola a faca para enfiar nas costas do outro, porque os interesses são absolutamente divergentes.

O deputado Euclides Fernandes não se controla quando na presença do deputado José Cocá, ele vira uma biruta de aeroporto. É o vento que leva para um lado e para o outro.

Então, eu gostaria de solicitar a V. Ex.^a a verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, que V. Ex.^a possa zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos e, à exaustão, convidar os Srs. Deputados presentes em qualquer dos locais da Assembleia a comparecerem ao plenário, porque há um pedido de verificação de quórum. E mesmo que telegraficamente, por mensagem de *Whatsapp*, por telefonema, por recado, convide, de forma especial, o deputado Zé Cocá e o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. PRESIDENTE (Alex da Piatã): V. Ex.^a será atendido.

Peço que zerem o painel e façam contar o tempo regimental. E convido as Sr.^{as} e Srs. Deputados a se fazerem presentes, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Tiago Correia: Eu só quero que no retorno, Sr. Presidente, se a sessão se reestabelecer, que V. Ex.^a recomponha o meu tempo integralmente, os 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não!

O Sr. Targino Machado: Mantido o tempo. V. Ex.^a manteve... inclusive, parou o tempo em 4min38seg. É o tempo que resta ainda.

O Sr. Zé Raimundo Lula: E se não tiver quórum?

O Sr. Targino Machado: Se não tiver quórum... se não tiver quórum, eu tenho certeza que...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ou ele dá quórum ou ele perde o tempo.

O Sr. Targino Machado: Se V. Ex.^a quer obstruir, vamos obstruir.

O Sr. Zé Raimundo Lula: E se a sessão cair?

O Sr. Alan Castro: V. Ex.^a quer obstruir...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ou ele dá quórum ou ele perde o tempo.

O Sr. Targino Machado: Se cair, se cair...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas ele tem que dar presença, senão ele perde o tempo, deputado.

O Sr. Targino Machado: E quem disse que ele não vai dar presença?

O Sr. Alan Castro: Pela ordem, presidente. Presidente, pela ordem. Pela ordem.

O Sr. Targino Machado: Vai dar presença, sim.

O Sr. Alan Castro: Pela ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima) Pois não.

O Sr. Alan Castro: Eu acho que algumas vezes...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado Targino precisa marcar a presença.

O Sr. Alan Castro: Pela ordem, presidente. Pela ordem. Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado: Quem pediu fui eu.

O Sr. Alan Castro: Sr. Presidente, algumas vezes, nesse plenário, a gente fica perdendo um tempo desnecessário. Se foi solicitada a verificação de quórum, interrompendo o colega, o colega que está no plenário não tem que dar presença. Quem tem que dar presença é quem pediu.

E depois, quando retornar o plenário, quem vai estar... quem vai estar apresentando é o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Alan, quando o deputado estiver no uso da tribuna, ele não pode ser interrompido.

O Sr. Targino Machado: Eu vou ter que discordar de V. Ex.^a,...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não pode.

O Sr. Targino Machado: ...com o Regimento, para dizer que a qualquer tempo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A qualquer tempo se tiver algo...

O Sr. Targino Machado: A qualquer tempo, Excelência, é a qualquer tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino,...

O Sr. Targino Machado: Recorra aos universitários. A qualquer tempo, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): A qualquer tempo desde que tenha...

O Sr. Targino Machado: Não, não tem isso escrito aqui, não. Questão de ordem, a qualquer tempo. Vamos lá ver?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: Cinquenta e dois.

O Sr. Zé Raimundo Lula: O tempo partidário! Tem o tempo individual, o tempo é meu.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, não se pode interromper um colega para pedir verificação de quórum. Não pode pedir. A não ser, meu prezado Líder, que ele esteja falando algo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A comunicação inadiável é o único...

O Sr. Targino Machado: A comunicação inadiável é o que eu não posso fazer tendo um orador na tribuna, a comunicação inadiável. A questão de ordem, não, é a qualquer tempo, a qualquer tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Excelência, nós, aqui, vamos...

O Sr. Targino Machado: Vamos obstruir a sessão com essa questão.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos, vamos.

O Sr. Targino Machado: Vamos ao Regimento.

(O Sr. Deputado Targino Machado recorre ao Regimento.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu queria convocar, pedir a presença de todos os deputados, deputada Neusa, deputado Marquinho Viana, deputado Vitor Bonfim, Zé Cocá, deputado Hilton, para o pedido de verificação de quórum do deputado Targino.

Deputado Nelson Leal, por gentileza, só dar uma presençazinha...

Restabelecido o quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Restabelecido o quórum...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, porque o deputado, presidente... Rapaz, ele tentou ali...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Restabelecido o quórum...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Próximo orador...

(O Sr. Deputado Tiago Correia adentra o Plenário.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ah, eu vi na hora em que V. Ex.^a saiu...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, eu acho que a gente vai criar um precedente ruim na Casa. V. Ex.^a tem um mandato ou dois a mais do que eu aqui. Nunca antes ocorreu de se interromper um orador para pedir verificação de quórum. Eu acho que se nós...

O Sr. Targino Machado: Eu vou ouvir V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu acho que se nós começarmos a criar uma série de regramentos a nossa relação vai se tornar, em vez de harmoniosa, extremamente conflituosa. Em tese, o orador não deve ser interrompido quando está na tribuna.

Quando a gente vai ver o Regimento a respeito da verificação de quórum, ela pode ser utilizada... a verificação de quórum, não. A questão de ordem pode ser utilizada em qualquer parte da sessão. Até se alguém estiver utilizando a tribuna e, muitas vezes, pode estar atingindo a honra de um colega, ele pode ter esse instrumento para se defender.

Mas não é praxe da Casa interromper o orador para pedir verificação de quórum. Sempre, na regra da boa convivência, se aguardou o orador terminar, concluir o seu pronunciamento para depois fazer a solicitação de verificação de quórum. Sempre foi feito dessa forma.

Agora, eu não tenho dificuldade de também ir para o que manda o Regimento. E, aí, vamos também utilizar isso. Eu acho que a gente vai perder uma série de conquistas que a gente tem utilizado, inclusive como regra para a boa convivência.

O Sr. Targino Machado: Deputado, presidente, sem querer com V. Ex.^a polemizar, eu quero deixar claro aqui que é manso e pacífico... e lanço a V. Ex.^a o desafio de consultar as notas taquigráficas da Casa para ver quantas vezes já aconteceu questão de ordem na vigência de um pronunciamento.

Até porque não se pode abrir mão da necessidade contemporânea com o fato de se usar a questão de ordem como manobra política. E eu quis fazer a questão de ordem agora pela manobra política, porque os deputados haviam saído para lancha, para fazer, para acontecer, e é um direito nosso de fazer essa manobra política a qualquer tempo, Excelência! Isso sempre foi feito na Casa. Eu sou piolho de plenário e nunca vi...

Aqui de vez em quando aparecem incautos parlamentares, como o deputado Rosenberg, que diz que é proibido fazer questão de ordem no Pequeno Expediente. Não há essa proibição. E V. Ex.^a aqui é o guardião, V. Ex.^a não pode falar nesse sentido, porque V. Ex.^a é o guardião do nosso Regimento! O Regimento, bom ou ruim, é a nossa Bíblia! E V. Ex.^a, como magistrado, tem que zelar e preservar. Eu só não quero comparar V. Ex.^a ao STF, que é o guardião da Constituição. Mas V. Ex.^a entenda, por favor, que é um direito do parlamentar.

Foram 4min38seg que restavam do tempo de Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Retorno a palavra para o deputado Tiago.

Mas eu queria que nós criássemos um regramento a esse respeito. Nós temos algumas situações, deputado Targino, por exemplo, do tempo das questões de ordem, tem várias coisas que são omissas, várias. Nós temos uma série de situações que são omissas no nosso Regimento. Eu acho que seria bom nós criarmos regras e colocarmos inclusive... Não é só fazer o acordo de cavalheiro, acho que nós precisamos fazer alguns regramentos que facilitarão o andamento das sessões de agora por diante.

Volto a palavra ao deputado Tiago Correia, por 4min38seg.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, só para concluir a minha fala, a última informação que eu trago a esta Casa é sobre a apresentação de um projeto de indicação para a instalação de ciclofaixas exclusivas para treino, como fizemos na Avenida Centenário e na Avenida Magalhães Neto e que, hoje, funcionam tão bem.

E demos entrada nesse projeto, indicando as ciclofaixas para a Avenida Orlando Gomes e para a Avenida 29 de Março, esperando que a Transalvador muito em breve implemente essas áreas de treino, que funcionam das 4 às 6 horas, sem prejuízo nenhum ao tráfego.

E para o equilíbrio desta sessão e a harmonia desta Casa, eu vou abrir mão do meu tempo restante, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Agradeço-lhe.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Com a palavra o deputado Capitão Alden.
(Pausa)

Com a palavra o deputado Capitão Alden.

(Pausa)

Como não se encontra presente, com a palavra o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, senhoras e senhores que aqui nos escutam, que bom. Daqui para as 24 horas temos muito ainda que conversarmos, discutirmos.

Hoje aprendi que eu tenho um colega de nome Mário Augusto. Não sabia! O nosso deputado Jacó.

Mas, Sr. Presidente, vamos falar sobre REDA, que é o que interessa. Eu ouvi falar de tanta coisa aqui, hoje... Aliás, o que uma visita a Jequié não faz, hem? Meu caro amigo deputado Euclides, V. Ex.^a voltou reoxigenado, vibrante a esta Casa.

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMARA: Calma, no momento oportuno. Não vou dar agora, não. No momento oportuno, eu vou lhe dar o aparte. Vou lhe dar, calma, no momento oportuno.

Imagine se o governador não tivesse passado mal, não iria ter mais ninguém aqui, hoje. O deputado iria ter que fechar a fileira aqui. E ninguém fala mal do governador. Parabéns, deputado Euclides.

O Sr. Euclides Fernandes:- V. Ex.^a permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMARA: Quem viu V. Ex.^a mês passado e vê hoje! Jequié está de parabéns, aquele sol de Jequié está de parabéns, deputado Euclides!

Por favor.

O Sr. Euclides Fernandes: A relação pessoal de amizade e política é muito curta, é recente, mas...

O Sr. PAULO CÂMARA: Mas fraterna e respeitosa.

O Sr. Euclides Fernandes: Claro, não tenha dúvida. E eu tenho uma admiração por V. Ex.^a.

Agora, V. Ex.^a não conhece a minha história com o governador Rui Costa.

O Sr. PAULO CÂMARA: Não. Conheci agora.

O Sr. Euclides Fernandes: Não? O Rui Costa, desde a eleição de Jaques Wagner em 2006, desde 2007 que eu tenho uma relação política e pessoal com o governador Rui Costa. Ele, quando era secretário... você vê, secretário de Relações Institucionais, secretário da Casa Civil. Ele foi um gestor público, um político que me deu sustentabilidade.

O Sr. PAULO CÂMARA: Hammmm...

O Sr. Euclides Fernandes: Só para dar um exemplo para V. Ex.^a.

O Sr. PAULO CÂMARA: Por favor.

O Sr. Euclides Fernandes: ...na minha primeira eleição eu obtive 29 mil votos. Na segunda eleição, em 2010, V. Ex.^a pode verificar nas estatísticas do Tribunal Regional Eleitoral, eu passei para 63 mil votos, porque o secretário de Relações Institucionais me deu as condições de trabalho para que eu fizesse bem o exercício do meu mandato. E por isso eu avancei e, evidentemente, saí com excelente votação em 2010, e repetidamente até o mandato de agora, que estou exercendo.

Quero dizer a V. Ex.^a que não foi a minha viagem a Jequié, foi a postura da Oposição, dos Srs. Deputados da Oposição que estão com uma obstrução desnecessária, porque o projeto que está em pauta é um projeto bom, é um projeto que atende aos trabalhadores, é um projeto de Direito Administrativo para dar condição de gestão ao gestor. E, evidentemente, o que me motivou, o que me levou a contestar os oradores da Oposição aqui, que estão na sua missão de desgastar a gestão do governo do estado, foi o próprio projeto, que é importante para poder dar as condições de boa gestão ao governador Rui Costa.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, deputado.

O Sr. Euclides Fernandes: Excelência...

O Sr. PAULO CÂMARA: Só para concluir, senão V. Ex.^a vai tomar meu tempo todo e eu não posso falar...

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a não quer ouvir a razão...

O Sr. PAULO CÂMARA: Eu já incorporei, já incorporei!

O Sr. Euclides Fernandes: V. Ex.^a não quer ouvir a razão, V. Ex.^a corre do debate.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, deputado Euclides.

Mas vamos aos fatos do REDA, porque V. Ex.^a não conhece a minha história com o governador. Eu fui colega dele na Faculdade de Economia. V. Ex.^a não foi colega do governador.

O Sr. Euclides Fernandes: Eu estou dizendo da minha relação, não é a de V. Ex.^a.

O Sr. PAULO CÂMARA: Eu fui colega, como vereador, do governador! V. Ex.^a é novato na amizade com o governador. V. Ex.^a não conhece o governador como eu conheço, e aqui vou discorrer...

Vamos, agora, aos fatos que interessam: Reda! Se fala nesta Casa em renovação. E não vou, aqui, fazer nenhum tipo de oposição por oposição. Eu vou ler dados e fatos! Quando S. Ex.^a, o governador Rui Costa, assumiu em 2015 nós tínhamos, presidente Nelson leal, 15.528 cargos comissionados de Reda. Ao final da gestão em 2018, deputada Maria del Carmen, nós tínhamos 34.358 cargos de Reda.

Isso é administrar?! Isso é privilegiar o servidor?! Ou é massacrar o servidor público que há 5 anos não recebe aumento?

Dão esses carguinhos a apadrinhados políticos para poder fazer a gestão que ele tem e, como disse o deputado Tiago Correia, a pior educação do Brasil! A pior educação do Brasil está aqui, nesse governo que envergonha a todos nós.

Não sou eu quem está dizendo, não, deputado Jurandy Oliveira, V. Ex.^a com 10 mandatos, é o relatório do TCE! Isso aqui é do Tribunal de Contas do Estado! Isso aqui é de auditores e técnicos concursados. Aqui não tem nenhuma “falatória” nem nenhum proselitismo, deputado Mário Augusto, V. Ex.^a que está aí olhando de soslaio, aqui é relatório.

Aqui, como diz o relatório do Tribunal de Contas do Estado... E o que diz? Se esse governador fosse um governador que prezasse pela gestão, pela eficiência, gestão fiscal... Porque a propaganda do secretário Andrezinho... aí, diga-se de passagem, é unanimidade aqui, merece palmas tanto da Situação como da Oposição, é uma

propaganda fantástica. É a propaganda daquilo que quer mostrar, mas quando você vai para dentro, só as pessoas que estão no núcleo duro podem conhecer, porque os números são difíceis de conhecer.

O que diz, aqui, o relatório do TCE... ou alguém aqui vai contestar auditor do TCE! Ou alguém aqui vai contestar os nobres servidores, técnicos que têm muito mais capacidade e habilidade do qualquer um de nós deste plenário! Desafio a um deputado, aqui, discutir com auditor do TCE. Não se discute política, se discute números.

E o que aponta o relatório? Pela desaprovação. Está aqui, desaprovação. Tenha certeza de que se o Tribunal não fosse composto, às vezes, por indicação política, nós teríamos aqui uma conta rejeitada pela primeira vez da história da Bahia. Isso é motivo de vergonha, Sr.^{as} e Srs. Deputados! Isso aqui é motivo de vergonha para a Comissão de Orçamento, que aprova...

E digo mais, nenhum membro da Comissão de Orçamento tem a competência que esse auditor aqui tem. Nenhum! Desafio a discutir, qualquer deputado que seja, baseado em relatório, baseado em números. Não se tem!

O que diz o relatório? Eu não vou ler nem os 15 itens. O item “e”: ilegalidade, repito, uma ilegalidade identificada em despesas empenhadas no elemento 92, nas famosas despesas dos exercícios anteriores.

O que se diz aqui? Quem vem discutir aqui? Quem é que tem a capacidade de subir aqui para discutir esse relatório? Me apontem qualquer um aqui, agora. Me diga! Não tem, porque contra fatos, contra números não pode falar, minha gente. Tem que ir para o discurso político, dizer: “que o governador é, que o governador será, que o governador tem que ser”, Líder Rosemberg. Mas aqui, aqui, olhem, feito pelo TCE...

Não estou inventando número, não, Líder. V. Ex.^a sabe que eu sempre trato as coisas de maneira técnica e respeitosa. Não estou aqui fazendo nenhum tipo de politicagem.

Mas vou ler o item “g”, deputado Bobô, V. Ex.^a que foi digno e retirou o seu projeto. E eu vi V. Ex.^a, no primeiro semestre, querendo tanto que se votasse o projeto, e V. Ex.^a retirou em nome da boa vontade desta Casa. O item “g” diz: “descumprimento do limite máximo de 48.60, despesa de pessoal do Poder Executivo, conforme art. 20 do inciso II”. Descumprimento! Primeiro chama de ilegal, depois diz que descumpre. Esse é o governo da Bahia! Esse é o governo tamanho G do governador Rui Costa.

E a letra “h”, será que virá uma palavra diferente? Não vem, não, deputada Maria del Carmen! Lá vem de novo: descumprimento da meta do resultado nominal, na ordem de 3.53 milhões, previsto na LDO de 2018. Olhem que eu só citei quatro itens dos 16.

Não adianta me olhar com essa cara de assustado! Basta ir lá, no *site* do TCE, pegar o relatório e ler. Manda para as assessorias, pede ajuda aos universitários, vai ao advogado tributarista, pede uma ajuda.

Mas o fato é o seguinte: como é que o governador sai de 15 mil para 35 mil Redas? É isso que tem que ser esclarecido à sociedade. E já tinha sido apontada nas contas do governador essa irresponsabilidade do aumento dos Redas. E agora vem de

novo para esta Casa aprovar Reda, de novo validar o Reda! É dar um cheque em branco para o governador, é isso que esta Casa está dando!

Governar de maneira maquiada... E daí surgiram as pedaladas. Não se esqueçam que pedaladas a gente sabe como é o fim, quando começa a puxar o fio de novelo, não acaba mais.

Então, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é chamar com muita responsabilidade esse fato que a gente vai acabar... Uns vão votar a favor. Eu já quero adiantar aqui dizendo que vou votar contra. Mas, segundo o Tribunal de Contas do Estado, as principais irregularidades são (lê): “uso irregular de Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e as famosas ‘pedaladas’”. Segundo os auditores, o governador utilizou os recursos das contas vinculadas, recursos destinados para convênios, para o caixa único do estado, prática que pode ser considerada como ‘pedalada’, uma vez que mascara as contas do estado.”

Isso é relatório do TCE, deputado Osni. Isso aqui é TCE. E todos assim, olhando. Fazer o quê? Mas a Base do Governo é isso: tem que silenciar, tem que dizer amém e tem que votar. A não ser que o governador vá ao interior de alguém essa semana. Aí não. Aí volta aqui, meu amigo, com todo o gás.

Meu amigo, deputado Sandro Régis, ouvi atentamente o discurso do deputado Pedro Tavares falando sobre estradas. E vi também o alvoroço que se sucedeu. Não dá para acreditar numa propaganda de 7 mil quilômetros de estrada. Sete mil quilômetros de estradas pavimentadas é querer achar que não temos um pouco de massa cinzenta, deputado Alex Lima. Sete mil quilômetros de estradas? Eu queria só que se mandasse um relatório para esta Casa dizendo onde foram recuperados 7 mil quilômetros de estradas.

Porque, rapidamente, só em uma microrregião, o deputado Sandro Régis deu uma pincelada. Não vou nem para a região de Condeúba, Jacaraci, Mortugaba, porque ali é só poeira, estrada e cascalho, presidente Nelson Leal. Eu sei que na sua região, V. Ex.^a como presidente, as coisas devem estar asfaltadas, pavimentadas, pavimento de CBUQ de 7 cm, calçadas largas, pavimentação com base e sub-base. Mas a grande maioria dos interiores do estado da Bahia é esse desastre.

Já fiz aqui um apelo ao Líder Rosemberg: “Ajuda Maiquinique, pelo amor de Deus!” São três anos que a estrada está se acabando. Parece um queijo suíço, deputado Alan Sanches. Não existe estrada. Aí fazem uma maquiagenzinha ali para Itarantim, botam 13 quilômetros de estrada e botam uma placa, deputado Jurandy, que dá 15 por 25: “Obra tamanho G”. O que é isso, minha gente? Me bata uma garapa, como dizem alguns deputados desta tribuna. Não dá para esconder o sol com a peneira. Não dá, é demais! Em todo canto há uma falha e precisa ser reconhecida. Até porque o pouco de estrada que foi feita, foi feita com recurso Preamar, recurso federal na ordem de US\$ 200 milhões, aprovado...

A Sr.^a Maria del Carmen Lula: Premar.

O Sr. PAULO CÂMARA: (...) Premar, perdão. Obrigada pelo conserto, deputada Maria del Carmen.

Premar de US\$ 200 milhões, aprovado no final de 2017. E tinha o Premar II, com 200 milhões de euros do BEI, o Banco Europeu. Não deixaram, não. O governo ficou com nota negativa. O governo perdeu na prova. O governo foi para recuperação. O governo tirou nota C, foi pra CPAG. É por isso que não veio recurso, pela incompetência da gestão do governo que está aí. É isso que precisa ser dito.

O Sr. Alex Lima: Um aparte, deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Deixa só eu concluir a parte da CPAG, depois lhe darei com o maior prazer. V. Ex.^a fala: “500 milhões do governo federal”... Me diga onde é que estão esses 500 milhões. O que me lembro é que tinha um ministro da presidente Dilma que era baiano e que boicotou Salvador durante 3 anos com o BRT, nunca passou um centavo e ninguém falava nada. Três anos e meio que ele vinha, matracava, dizia que ia dar, era metrô, era BRT e não deu foi nada. Depois que saiu o que está aí que o recurso veio para Salvador. Agora, fala-se nos 500 milhões. Que 500 milhões, se não tiveram competência para pegar mais 200 milhões que já estavam pré-aprovados pela STN, a Secretaria do Tesouro Nacional? Perdeu porque tirou nota C, essa é a realidade. Faça o seu dever de casa, recomponha a sua estrutura fiscal, a sua estrutura de governo e vá se habilitar.

Pois não, deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Deputado Paulo Câmara, agradeço a oportunidade de apartear V. Ex.^a. Mas é apenas para esclarecer que o governo da Bahia é um dos governos que melhor saúde financeira tem. Agora, o que de fato ocorreu foi que o governo de que V. Ex.^a fez parte – o pior governo da história recente em nosso país –, do presidente Michel Temer, mudou os critérios para a nota para prejudicar os estados que não eram aliados ao governo federal no projeto de destruição do país.

Com relação aos R\$ 500 milhões, deputado Paulo Câmara, V. Ex.^a, que é um deputado extremamente competente, preparado, estudioso, dedicado ao mandato, é só verificar os repasses para obras com contrapartida federal, a exemplo do metrô. O governo federal tem dado um calote atualizado de mais de R\$ 500 milhões ao governo da Bahia. Isso tem feito muita falta, deputado Paulo Câmara. Agradeço a V. Ex.^a a oportunidade do aparte, mas é real, o governo federal deve à Bahia e aos baianos mais de R\$ 500 milhões.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, grande deputado Alex Lima, sabe o apreço que tenho por V. Ex.^a. Mas é engraçado que quando vai inaugurar a primeira etapa do metrô: “o metrô é nosso, o metrô é da Bahia!” E agora está faltando oxigênio, já não dá mais, já fica de bengalinha, capenga. Ah, vamos ver a vida como ela é. Para com isso. Para que está feio, para que está feio!

Vou concluir o relatório da CNT, é só o relatório, deputado Jurandy. Aqui não tem nada inventado.

(Lê) “Os dados são da Pesquisa Rodovias, realizada anualmente pela Confederação Nacional de Transportes (CNT).

O índice de rodovias classificadas como regulares caiu desde 2015, em que eram 36%, e chegou aos 34,8% atuais. Já aquelas consideradas boas há cinco anos (36%), após um pico de 38% no ano passado, fecharam este ano com um índice de 32%.

Extensão estadual

A malha viária estadual da Bahia com qualidade avaliada como ruim, regular e boa pela CNT diminuiu nos últimos cinco anos, enquanto aquelas péssimas e ótimas apresentaram crescimento.

A Bahia registrou um crescimento de 5,2% na extensão estadual considerada péssima de 2015 a 2019.”

O que isso quer dizer? Que a Bahia tem uma das piores malhas viárias do Brasil. Não sou eu que estou dizendo, presidente Nelson Leal, é o relatório da CNT, da Confederação Nacional de Transportes. Aí vem aqui me dizer que a Bahia é asfalto para um lado, asfalto para o outro? Em 2 minutos esse discurso foi desmoralizado, em 2 minutos.

Eu sei que os senhores não podem dizer. Sei que os senhores não podem nem vir aqui defender na tribuna, porque fica feio, porque a Oposição pode até pegar e colocar. E a gente quer o quê? A gente tem que contribuir. Como é que a Assembleia pode melhorar essa situação das estradas? O que a Assembleia pode fazer para que efetivamente chegue a estrada de Condeúba a Jacaraci? Para que possa fazer Maiquinique? Para que possa fazer a região que o deputado Sandro Régis falou ou a que o deputado Pedro Tavares foi para a rádio, divulgou e até agora não conseguiu? Mas vai conseguir. O vice-governador João Leão vai conseguir para ele.

A gente precisa disso: juntar. O que falar do Ideb se é o pior do Brasil? Não sou eu que estou dizendo, não, minha gente. Temos que ter um compromisso suprapartidário de melhorar a situação, porque isso me envergonha enquanto cidadão, enquanto deputado. Ver relatórios nacionais dizendo que a Bahia tem a pior malha viária, ver que o Ideb é o pior do país e ver que as contas do governo foram pedidas pela desaprovação. Aí vão dizer que é discurso da Oposição? Claro que não, deputado Alan. V. Ex.^a, que é de Salvador, que conhece bem, está pensativo, reflexivo, pensando na vida...

O Sr. Alan Sanches: Alan não.

O Sr. PAULO CÂMARA: Alan Castro, (risos) complete o nome. Mas, é a realidade. É a realidade.

E coloco à disposição para quem quiser pesquisar. Está tudo aqui, bem didaticamente, de amarelinho, sublinhado, se alguém tiver alguma dúvida também posso esclarecer, mas a verdade é que esse projeto do Reda é um grande cheque em branco para o governador continuar fazendo o que faz. Maquiando as contas, fazendo, efetivamente, com que as pessoas pensem que o governo está bem, mas na verdade o governo não está bem. É um sinal claro de que começa a falência do governo, aquele mito de gestor começa a quebrar o encantamento.

Peço a Deus que em 2020 a gente possa ter um pouco mais de serenidade nesse governo. Que ele não mande essas coisas de urgência, porque até, presidente Nelson Leal – vi V. Ex.^a dando uma entrevista –, acho que é o terceiro que manda, o que é até um ganho para a Casa... Quero parabenizar o Líder do Governo, o Líder da Oposição, o presidente, mas, ao mesmo tempo, para mim é uma prática que envergonha esse Legislativo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Não precisa disso. O governo do estado não precisa disso. Se ele manda isso em tempo normal e pede ao Líder que coloque na CCJ, a CCJ não irá se furtar em discutir. O que é vergonha para esta Casa é aparecer em plenário um projeto tão importante. Isso apequena esta Casa, diminui a capacidade de legislar de todos nós.

Não falo como Oposição, porque na Câmara Municipal de Salvador a primeira coisa que fiz com o prefeito ACM Neto foi acabar com urgência, e de lá para cá nunca mais teve urgência...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque uma Casa que se respeita faz valer o seu mandato.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o nobre deputado Tom Araújo.

O Sr. TOM ARAÚJO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Noite calorosa neste plenário, tantas discussões, debates entre deputados, principalmente quando o deputado Pedro Tavares começou a discorrer com relação às rodovias do nosso estado.

E eu quero parabenizar o deputado Pedro Tavares por ser um deputado extremamente atuante, e chegou a ser desrespeitado nesta tribuna, Pedro. Quero fazer a sua defesa e dizer que V. Ex.^a conhece muito bem o estado porque é votado nos quatro cantos da Bahia.

E quando V. Ex.^a cita os trechos e diz onde tem buraco, onde não tem, onde está intrafegável, V. Ex.^a fala com muita propriedade. E quero estender isso, estender à Microrregião do Sisal que também tem muitas rodovias que deixam a desejar. E pior. Lá, o governo recupera a rodovia e com 1 ano está praticamente deteriorada. E fico a me perguntar: por que joga dinheiro fora? Dinheiro público mal-empregado. Mal-empregado porque é uma farsa. Ou seja, o governo faz a recuperação, utiliza uma fortuna para fazer propaganda dos trechos que recupera, e se você tem uma rodovia, Pedro, vou citar Conceição do Coité a Cansanção. Você tem de Coité a Valente, e se faz o tapa-buraco. Enquanto isso, está se fazendo a recuperação de Santa Luz a Queimadas. Quando termina Santa Luz a Queimadas, que é um trecho, o trecho seguinte já está totalmente esburacado e aí começa a fazer o tapa-buraco e fica aquele cuscuz que as pessoas têm o desprazer de pegar uma estrada. Mas, infelizmente, o governo vem tratando dessa forma, que é uma forma desrespeitosa com o cidadão baiano.

Mas quero aqui, pegando o gancho no discurso do deputado Paulo Câmara – que falou com muita propriedade –, falar da competência dos técnicos do Tribunal de Contas do Estado. E, agora há pouco, acabei de ler que foi feita uma auditoria em cinco unidades hospitalares do nosso estado.

Aqui está: (Lê) *“Durante auditoria realizada entre 9 de setembro e 8 de novembro, em cinco hospitais da rede estadual, para verificar as condições nas áreas*

de atendimento ao usuário, estrutura física, acessibilidade, disponibilidade de equipamentos...” E vejo que faltam alvarás sanitários e há problemas no manejo de lixo hospitalar.

Onde é que estamos vivendo? Como é que um governo pode fazer propaganda de que a saúde pública do estado é bem tratada? Sendo que sabemos que essa conversa é totalmente inversa. É defender o indefensável.

Está aqui. E quero dizer que isso é um relatório, uma auditoria que foi feita pelo TCE. Está aqui e vou mais adiante. Aqui diz, deputado Rosemberg... V. Ex.^a que é Líder do Governo, que deve aproveitar esta sessão, que é enriquecedora para V. Ex.^a, para consertar aquilo em que o governo anda mal. Porque os deputados da Oposição estão fazendo o seu papel, aqui não é oposição por oposição.

E quero, inclusive, deputado Líder Targino Machado, V. Ex.^a que é médico... E mais adiante diz: (Lê) *“No quesito estrutura física, foram encontradas ainda pisos danificados, equipamentos de lavanderia fora de operação, deterioração de instalações físicas decorrentes de infiltrações no teto, portas quebradas.”*

E fico me perguntando: como é que o governo faz propaganda de que a saúde vai bem? Eu vejo, deputado Paulo Câmara, e percebo isso na pele dos baianos. Principalmente do interior e dos lugares mais longínquos, que muitas vezes estão lá esquecidos nos hospitais porque não conseguem vir a Salvador para ter acesso a média e alta complexidade, porque no interior esse tipo de atendimento é inexistente.

Muitas vezes as famílias, pais, mães, primos, parentes muito próximos e até mesmo amigos sofrem com aquelas pessoas que ficam à mercê de uma regulação que é danosa, uma regulação que faz com que as pessoas fiquem apelando para políticos para conseguir um atendimentozinho em Salvador, a possibilidade de poder continuar lutando pela vida ou não. Isso é muito triste, é uma situação deprimente.

Esta Casa deveria, inclusive, tratar dessa questão com muita seriedade. Temos que parar de fazer, de aceitar propaganda do governo de que tudo vai bem, de que as coisas estão de bem a muito melhor. Isso é uma inverdade. Ouvi aqui, e quando se bate no governo, muitos deputados... Eu respeito a todos os deputados do Governo, tenho uma relação muito boa com todos eles e sempre tive um trâmite muito bom, mas quero dizer a V. Ex.^{as} que não podemos ficar somente dizendo amém – principalmente os deputados do Governo – a quem quer que esteja no governo. Porque somos votados pelos baianos, temos de defender àqueles que nos escolheram para estar aqui.

Então, é realmente uma situação que a gente, muitas vezes, fica sem entender. O deputado Alan Sanches – eu o escuto aqui por diversas vezes – é médico e trata dessas questões da Regulação em nosso estado. Quero, inclusive, deputado Alan, lhe parabenizar por muitas vezes fazer o comparativo da saúde pública em Salvador, de como é tratada a saúde em Salvador e como é tratada em nosso estado.

E a prova está na auditoria feita pelo TCE. Não sei se V. Ex.^a teve a oportunidade de ler esse trabalho que foi feito pelos auditores do TCE, porque é realmente uma coisa que deve ser tratada aqui. Aqui é o palco do debate para a gente tentar melhorar questões que...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. TOM ARAÚJO: (...) dependem muito... Porque quando o pobre, a pessoa que está no interior está precisando de uma atenção melhor na saúde, a gente percebe que a saúde está doente, não é só o paciente que está lá no interior que está doente, não.

Eu, inclusive, já travei diversas vezes discussões a respeito do Planserv. O Planserv é uma coisa que vem acabando a cada dia. Limitar a quantidade de atendimentos daquele que participa do plano, que paga todo mês. Como é que você pode limitar a quantidade de vezes que uma pessoa adoece? Não pode. A doença vem contra a vontade da pessoa. E aí fico a me perguntar: “Será que você pode limitar a quantidade de consultas que o paciente pode ter?” O paciente liga para a clínica e não consegue marcar. Não marca porque as clínicas não atendem, o Planserv não paga àqueles que devem ser pagos: médicos, clínicas...

Agora, há pouco, tenho um funcionário que está precisando de atendimento médico. Ele está há 4 meses tentando marcar uma consulta. Liga para diversas clínicas e eles dizem: “Não, o Planserv não tem mais cotas, aqui a gente não consegue atender”. E eu fico assim: “Poxa, será que é possível? Será que dá para fazer propaganda e dizer que esse governo é bom quando trata as pessoas dessa forma?”

Eu imaginava, quando cheguei aqui, em 2011, que a população da Bahia iria acordar com o passar do tempo. Infelizmente, isso ainda não aconteceu. Mas não vai demorar muito para as pessoas perceberem que a propaganda não pode falar mais alto do que as ações, isso aprendi dentro da minha casa. A ação vale muito mais do que o discurso. O que vejo deste governo é muito discurso, pouca ação e muita propaganda. Isso é muito triste, muito triste mesmo.

Mas para conceder o aparte que foi solicitado pelo deputado Alan Sanches... Fica concedido ao deputado Alan o seu aparte.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Tom, na verdade, V. Ex.^a tem se tornado um estudioso da saúde. Também tive acesso a essa auditoria do Tribunal de Contas do Estado, que começa dizendo assim: (Lê) “Auditoria do TCE constata irregularidades em hospitais da rede estadual.”

Eu queria aqui o deputado Euclides, que tinha comentado por diversas vezes que a gente estava fazendo oposição por oposição, sem argumentos. Não é possível que depois que eu passe às mãos do deputado Euclides o relatório dessa auditoria do TCE, ele continue com esses argumentos, que são vazios.

Só vou ler um trechinho, deputado Tom, porque, posteriormente, vou me apresentar. Estou inscrito logo depois de V. Ex.^a. Diz assim:

(Lê) “Durante auditoria realizada entre 9 de setembro e 8 de novembro, em cinco hospitais da rede estadual, para verificar as condições nas áreas de atendimento ao usuário, estrutura física, acessibilidade, disponibilidade de equipamentos, condições de funcionamento e assistência farmacêutica, a equipe da Segunda Coordenadoria de Controle Externo, 2ª CCE, do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, TCE-BA, encontrou irregularidades em todas as unidades.” Irregularidades em todas! E ele quer dizer...

Deputada, se a senhora quiser se inscrever, a senhora se inscreva e vou adorar debater com a senhora. Mas se não for, a senhora tem que respeitar o meu aparte,

deputada Maria del Carmen. Mas encontrou em todas... Passarei também para a senhora, terei o prazer, o privilégio de entregar em mãos a auditoria deste Tribunal de Contas.

Então, essa falácia do governo do estado, de que tem feito policlínicas, para fazer exames... E os atendimentos e as cirurgias que dali necessitam, vão ser encaminhadas para onde, meu Deus? É esse o problema: a falta de planejamento da saúde do governo do estado, que acha que policlínica vai conseguir resolver o problema da saúde do baiano.

Muito obrigado, deputado Tom.

O Sr. TOM ARAÚJO: Incorporo o aparte do deputado Alan Sanches. Inclusive, deputado Alan, muitas vezes o deputado se sente até impotente. Não é papel do deputado resolver transferência de paciente, mas a demanda é muito grande no interior, de tantas pessoas que estão nos hospitais. O governo defendia muito que deveria se regionalizar a saúde do nosso estado ao invés de trazer pacientes para a capital e para os grandes centros, a exemplo de Feira de Santana. Ele queria construir hospitais regionais. Hospitais regionais.

E eu queria saber quais foram os hospitais regionais que este governo construiu na Bahia ao longo de 12 anos, porque a gente tem que contar desde o governo de Jaques Wagner, já que o projeto é o mesmo. Quando se fala, fala que é o projeto PT, fala que é o projeto do governo do estado, fala que é o projeto do ex-governador Jaques Wagner, que do governador Rui Costa é uma continuidade. E me pergunto: “Quais foram os hospitais regionais que esse governo conseguiu construir?” Eu não sei.

Na minha região, por exemplo, foi prometido um hospital regional para a Região do Sisal e não construiu um único hospital. As pessoas continuam tentando a transferência para Feira de Santana ou Salvador.

Vou deixar a cargo dos deputados de governo darem uma resposta em nome do governador Rui Costa. Mas parece que, neste momento, o governador fica sem defesa, todo mundo cala a boca, ninguém o defende, todo mundo caladinho. Mas não tem problema, não. A gente ainda tem mais três oradores nesta obstrução, e todos estão concedendo apartes, mas parece que os deputados governistas não querem dar uma resposta. O que vejo aqui é a disputa entre um deputado e outro. Isso é muito triste...

O Sr. Tiago Correia: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO: Está concedido um aparte ao nobre deputado Tiago Correia, meu amigo.

O Sr. Samuel Junior: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. TOM ARAÚJO: Meu querido amigo deputado Samuel Junior, agora vou de conceder um aparte ao deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Deputado Tom Araújo, eu queria parabenizá-lo pelo seu discurso equilibrado, sereno, questionador. Talvez pela experiência que V. Ex.^a tem na política, tendo sido ainda tão jovem prefeito de Conceição do Coité, sendo reconhecido pelo seu povo. Depois disso, foi eleito deputado estadual e vem tendo sempre reeleições, eu diria, muito fáceis, devido ao trabalho prestado ao nosso estado. E hoje

faz um discurso questionador, trazendo dados e informações das áreas de Infraestrutura, Educação e Saúde, relacionando os problemas do Planserv, que tantas vezes já foram debatidos nesta Casa. E faz isso mostrando as informações dos relatórios do TCE.

Vamos apreciar, provavelmente na semana que vem, as contas de 2016 do governo do estado. Contas essas muito questionadas pelo Tribunal, com diversos pontos de inconsistência, com diversas informações que poderiam, talvez, recomendar a reprovação delas. Vamos aqui questionar a Base do Governo para que traga as informações – como V. Ex.^a traz a esta Casa hoje –, principalmente, da área da Saúde. Deputado Alan trouxe aqui esse relatório, que vai ser incorporado ao discurso de V. Ex.^a.

Queria, no fim do meu aparte, parabenizá-lo pelo equilíbrio e pela serenidade com que V. Ex.^a traz os problemas a esta Casa, colocando tudo com muita seriedade, sem paixão, mas entendendo o mal que esse governo está fazendo para o povo da nossa querida Bahia.

Muito obrigado.

O Sr. TOM ARAÚJO: Incorporo o aparte do deputado Tiago Correia.

Continuo, deputado Tiago, fazendo um apelo aos deputados de governo para que provoquem o governador do estado da Bahia, Rui Costa, e o secretário da Saúde.

Cheguei a parabenizar o secretário aqui, na semana passada, por ser um homem extremamente distinto, educado, que trata bem a todos que lá chegam. Só que não resolve uma questão que as pessoas vêm sofrendo o tempo inteiro. Muitos me dizem: “Ah, a Regulação é nacional, é no Brasil inteiro. Não adianta você falar mal da Regulação do estado, porque o que acontece aqui acontece também em Pernambuco, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas.”

Tudo bem, mas aqui é onde eu vivo, aqui é onde vivem as pessoas que confiaram a mim o voto, aqui é onde vivem as pessoas que já me deram três mandatos e é aqui que eu tenho de vir para defender essas pessoas. Façam alguma coisa. Governador, tome uma providência!

Foi dito que iam regionalizar a Saúde, que iam construir hospitais no interior para tentar resolver essa questão da transferência de tantos pacientes. Por que não resolvem? Por que não dão uma resposta? O que é mais prioritário? A prioridade é gastar dinheiro com propaganda, é gastar dinheiro com marqueteiro de renome, que consegue fazer uma maquiagem tão grande a ponto de as pessoas serem enganadas.

Temos de demonstrar aqui a insatisfação das pessoas, principalmente das mais carentes. daquelas pessoas que precisam, num momento difícil, do atendimento médico especializado, da atenção e do respeito. Mas vejo que esse governo trata os baianos com desrespeito, na medida em que não procura resolver uma questão elementar para salvar vidas. Quando deixa a saúde doente, está deixando as pessoas ainda mais fragilizadas.

Esse é o meu registro, deputado Targino. Gostaria de que V. Ex.^{as} prestassem muita atenção e escutassem os mais carentes, os menos favorecidos, porque esses, sim, têm de ter defesa.

O governado não precisa ter como prioridade a propaganda. A sua prioridade deveria ser as pessoas, aqueles que o colocaram lá. O governador foi reeleito com 75% dos votos. Será que não dói na consciência dele deitar na cama, botar a cabeça no travesseiro e imaginar que a propaganda vale mais do que as ações?

Menos discurso, governador, e mais ação.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu queria saudar o presidente e os colegas aqui presentes.

Bem, gente, eu queria que o deputado Euclides estivesse aqui agora – já falei isso no meu aparte – para que a gente pudesse debater, eu sendo aparteado por ele, que questiona os argumentos da Oposição. Quando os deputados Paulo Câmara e Tom trouxeram os relatos da auditoria do Tribunal de Contas, não trouxeram argumentos da Oposição somente. São fatos, e contra fatos, gente, não há argumentos.

A gente trouxe uma auditoria que saiu agora, fresquinha, publicada nos sites do Tribunal de Contas do Estado, mostrando que todos – todos! – os hospitais da rede estadual avaliados apresentaram irregularidades. Diversas irregularidades na infraestrutura, no piso, no teto, no funcionamento, na falta de alvará sanitário. É essa a qualidade que o governo do estado e o secretário da Saúde, por tabela, vêm dando aos baianos.

Saiu nesses dias, acho que na semana passada, uma publicidade do governo do estado. Na verdade, a gente sempre fala que o grupo de marketing do governo do estado – o deputado Robinson conhece muito bem, já que foi secretário de Comunicação – é imbatível.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Um aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: Está inscrito, darei daqui a pouco. Deixe somente eu esquentar o tamborim.

Pois bem, eu até imprimir essa propaganda, que saiu em diversos jornais de grande circulação, em blogs, etc., para mostrar àqueles não tiveram acesso. Primeiro, lembro o que algumas pessoas dizem sobre o marketing do governo do estado: “É imbatível”, “são inteligentíssimos”, “joia”.

Vejam o que dizem sobre o que eles fazem com o dinheiro do povo, com o nosso dinheiro. Estamos pagando para fazerem essa propaganda que não é equivocada; é enganosa. Usam o nosso dinheiro para enganar a nós mesmos.

“O governo do estado transformou a mobilidade em nossa capital”. Ora, qualquer menino de ginásio sabe que “transformou” é passado, ou seja, já foi feito. Eu falei: “Poxa, que mobilidade é essa que foi transformada?” Aí vem logo de cara: “Etapa 3 do metrô até Cajazeiras”. Eu perguntei: “Onde é essa estação, deputada Maria del Carmem? Quero usar esse metrô para chegar a Cajazeira”.

Eduardo Salles, está escrito aqui “transformou”, ou seja, já mudou tudo.

Aí eu não fiquei satisfeito e fui ver o que estava escrito numa bolinha dessa propaganda: “Transformou a mobilidade. Salvador é outra”. Aí botam “VLT do Subúrbio – do Comércio a Simões Filho”.

Pensei: “Quero pegar esse trem. Onde está passando esse trilho? Onde é?”. Aí os deputados... pelo amor de Deus, gente, não tem criança aqui, isso é para enganar. Será que é necessário gastar o nosso dinheiro para enganar? Pelo amor de Deus, deputado Eduardo Salles, deputada Maria del Carmen, que é engenheira e já trabalhou na Conder.

Mas senti falta de uma coisa nessas bolinhas do “transformou”. Só faltou botar aqui a bolinha da Ponte Salvador-Itaparica. Porque também é mobilidade. Onde está?

Pelo amor de Deus, será que precisa disso? Aí vem assinar, hoje, a ordem de serviço. Obra, quando começa, a gente não sabe quando vai terminar. Tem uma programação...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Dois anos.

O Sr. ALAN SANCHES: Calma, deputado, calma. Eu disse que a gente não sabe quando vai terminar. Pronto. Pode encontrar alguma coisa no meio do caminho, pode ter de fazer um aditamento nessa licitação, a gente não sabe. Então pode ser que nem ele consiga entregar para o sucessor dele, que será ACM Neto.

Mas eu diria o seguinte a vocês...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a está inscrita. Se os deputados permitirem, eu gostaria de ouvir primeiro, quebrando um pouquinho o regimento, a deputada Fátima, que sempre fica gritando muito quando eu falo aqui. Mas hoje ela vai me apartear, eu permito.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Deputado Alan Sanches, obrigada pelo aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: A senhora é bem-vinda.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Só vou fazer uma pergunta: o senhor quer que aconteçam essas maravilhosas obras na cidade do Salvador – o VLT e a ponte – para garantir a acessibilidade ao nosso povo?

Só isso.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito! Vou fazer um bate-bola. Primeiro, só para corrigir um pouquinho para que todos tenham o entendimento. A senhora falou acessibilidade, mas entendi que a senhora quis dizer, na verdade, mobilidade, não é? Acessibilidade seria outra coisa.

O meu questionamento não foi se eu desejo, se eu aceito, se eu quero ou se eu concordo. Questionei a mentira descabida desse “transformou”. Se a senhora chegasse para mim, deputada Fátima, daqui a 2 ou 3 anos, e a gente já tivesse esse terceiro tramo do metrô chegando a Cajazeira e o VLT já estivesse lá em Simões Filho, aí eu estaria de acordo. Mas no papel, na assinatura?!

Na verdade, antes de assinar o papel eles já estavam dizendo “transformou”. Pelo amor de Deus, aí é tentar ludibriar as pessoas. Só que a Bahia também tem gente que estuda, tem gente inteligente, tem gente esperta. Não é só de um lado. Sempre digo o

seguinte: o ruim do esperto é achar que só tem esperto de um lado. Tem sempre gente inteligente dos dois lados.

Dando segmento, eu queria, primeiro, passar a palavra ao deputado Robinson, se ele quiser. Até porque ainda tenho mais uma coisa a falar, então o senhor poderia falar depois.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Agradeço.

Quero colocar para V. Ex.^a duas questões que me parecem relevantes. A primeira: o senhor, tão ocioso na questão da saúde do povo de Salvador, poderia explicar por que 1,8 milhão de soteropolitanos não têm a Atenção Básica de saúde? Por que, das 600 unidades do Saúde da Família necessárias para atender os 3 milhões de baianos, apenas 237 estão implantadas? O senhor poderia explicar por que Salvador é a última capital do Brasil na Atenção Básica de saúde? E não vale o senhor olhar para o retrovisor, porque desde 2012 o prefeito está na cadeira, então não pode culpar o passado. Tem de falar do presente. Já são 7 anos, e ele não consegue implantar 10 unidades do Saúde da Família por mês, que seria a média para atingir toda a população baiana.

Quanto ao segundo ponto, parece-me que é uma questão de semântica. Como o senhor disse, o seu convívio com a área publicitária não é tão intenso, talvez isso tenha atrapalhado a sua reflexão.

Deputado Alan, o senhor acha mesmo que o governo do estado não transformou a mobilidade urbana de Salvador? O senhor andava nesta cidade há 10 anos? O senhor sabe o que são 33 quilômetros de metrô na cidade? O senhor sabe que esta é a terceira capital com a maior malha metroviária? O senhor conhece a Pinto de Aguiar? O senhor conhece a Orlando Gomes? A 29 de Março? A Gal Costa? A revolução na mobilidade urbana não para.

Transformou e está transformando. Vão ser acrescentados agora o VLT e mais 5,5 quilômetros de metrô, no trecho que vai de Pirajá até Águas Claras e Cajazeiras. Por tudo isso que o reconhecimento do povo de Salvador é dizer que o governador Rui Costa é o maior prefeito que já governou esta cidade.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputado Robinson, primeiro, eu não consegui pegar tudo – até tentei, mas a minha inteligência não permitiu – do que V. Ex.^a falou sobre a saúde.

Pois bem, quando você já sai com o carro acelerado, chega mais rápido ao fim de linha. E aí é bom lembrar que V. Ex.^a entregou a ACM Neto – digo V. Ex.^a, porque foi o seu grupo político do PT – a Atenção Básica com 18%. Sabe o que é isso? Aí eu vou dizer a V. Ex.^a, que é muito inteligente: se a gente pegar os 2,9 milhões e alguma coisa de habitantes, 18% significam pouco mais de 500 mil pessoas atendidas pela Atenção Básica...

O Sr. Eduardo Salles: Um aparte.

O Sr. ALAN SANCHES: Foi assim que o PT largou; foi assim que ACM Neto absorveu. E hoje já estamos em quanto? Quase três vezes mais. Em 7 anos, completados agora, quase três vezes mais. Nós já conseguimos modificar...

O Sr. Alex Lima: Um aparte, Excelência.

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a também está inscrito.

V. Ex.^a fala que se modificou tanta coisa, mas será que precisavam apelar para a mentira, para a enganação? Será que era preciso gastar o dinheiro do povo, o nosso dinheiro, para enganar? Eu queria saber onde eu posso pegar o VLT. Essa propaganda foi antes de assinar o papel, ou seja, quando saiu a propaganda nem o papel estava assinado. Então me faça uma garapa, porque não é assim que se vai ganhar a eleição.

O Sr. Alex Lima: Um aparte, Excelência?

O Sr. ALAN SANCHES: Mas gostei, porque ficou todo mundo ouriçado. O tema é bom! Mas vou jogar outro assunto aqui para que V. Ex.^{as} possam apartear. Estou esperando o deputado Jacó, porque ele também gosta.

Na verdade, Salvador ontem amanheceu... até liguei para um colega, o deputado Alex Lima, mas não consegui falar. Aí pensei: “Ele está com dor de cabeça”...

O Sr. Alex Lima: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a está inscrito, deixe-me...

O Sr. Alex Lima: Agradeço.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) somente concluir, senão o meu tempo pode ir embora. Eu darei o aparte.

O deputado Alex é amigo meu, por isso eu conto essa intimidade dele. Falo porque tenho intimidade para isso. Pois bem, essa dor de cabeça foi por causa de uma pesquisa que saiu. As pessoas ficaram atordoadas.

O que acho mais bacana é que quando sai uma pesquisa positiva para um lado, essa pesquisa está boa. Se bota Feira de Santana com o amigo Zé Neto na frente, essa pesquisa está correta. Mas quando chega a Salvador, Bruno dá uma disparada na frente. Aí querem saber quem fez essa pesquisa, falam que quem encomendou foi a prefeitura, quem encomendou foi Bruno. Não. Essa pesquisa, feita com todo o rigor, é da *Record*.

Acho que vocês não vão questionar o que sai na *Record*. Se agirem assim, quando outras pesquisas derem algum disparate, perderão a credibilidade. Então a *Record* jamais arriscaria o seu nome; os sites da mesma forma.

Venho falando há 1 ano que Bruno Reis é um monstro para trabalhar. Isso as pessoas, mesmo que não gostem de Bruno, acompanham porque têm essa curiosidade ou então para se manter informados do que a turma está fazendo. O Bruno é um monstro para trabalhar e isso está refletindo na pesquisa, na aceitação, no conhecimento das pessoas. Ah! Bruno ainda é desconhecido! Com certeza, gente! Ainda não conseguiu ir para uma majoritária, disputou só com ACM.

O Sr. Alex Lima: Com o aparte, Excelência.

O Sr. ALAN SANCHES: Mas só que com Neto ele não tinha a mesma visibilidade, quando ele era o vice até o momento, do que terá agora.

O Sr. Alex Lima: Com o aparte, Excelência.

O Sr. ALAN SANCHES: Vou responder pela sétima vez, deputado Alex, V. Ex.^a está inscrito.

O Sr. Alex Lima: Agradeço.

O Sr. ALAN SANCHES: Não adianta ficar com essa técnica de tentar desvirtuar o raciocínio.

O Sr. Alex Lima: Não, eu quero contribuir apenas com o discurso de V. Ex.^a

O Sr. ALAN SANCHES: V. Ex.^a vai contribuir. Pela oitava vez eu vou dizer que V. Ex.^a está inscrito!

O Sr. Alex Lima: Eu te agradeço.

O Sr. ALAN SANCHES: Calma, deputado!

Vejam bem, gente. Quando o nosso candidato... Eu disse uma vez que nós ganharíamos, que a gente ia dar uma surra de votos, pode escalar o time de vocês que o nosso está escalado, e era com o Bruno Reis, eu falo isso há um ano! Bruno! Imagine o candidato aqui em Salvador? Salvador desse tamanho, quase um milhão e meio de eleitores, e nós temos o nosso candidato, Bruno Reis, vai virar o ano com 20%. Bruno Reis vira o ano de 2019 para 2020 com 20% das intenções de votos e o segundo colocado tem que juntar...

O Sr. Targino Machado: Já passou!

O Sr. ALAN SANCHES: Já passou de 20%. E quando se olha pelo retrovisor, o 2º colocado tem 9 e o 3º tem 8. Se se somar, não dá os 20% de Bruno, vai ter que pegar o do 4º. Só que o do 4º não é candidato porque já está na Sedur, é o amigão Pelegrino, que não está. Sendo dessa forma, gente, pelo amor de Deus! Mas Pelegrino errou. Pelegrino errou quando deu uma declaração dizendo que a soma dele dava mais do que a da gente. Primeiro, porque não pode fazer essa matemática. Mas se você pegar a de Márcio Marinho e pegar também a de Geraldinho, a gente já foi para 28% e 29%. Se pegar dos outros... Ou seja...

O Sr. Targino Machado: Bruno ainda não foi anunciado candidato e já passou de 20%.

O Sr. ALAN SANCHES: E aquela estratégia que o Lula teve com a Dilma, a Dilma do Lula, alguma coisa assim. Não, foi o nome simples de conhecimento do candidato Bruno Reis, não foi Bruno com ACM Neto! Foi Bruno Reis! Então significa que Bruno já é conhecido, já é escolhido, sem o apoio de ACM Neto, por 20% do eleitorado. E quando não se fala o nome, Bruno já bate – me parece que na espontânea – quase 7% que Bruno já bate. Ou seja, vamos trabalhar. Como o governador disse que está muito preocupado, ele afirmou: “Vão gastando sola de sapato que eu não vou escolher candidato nenhum, quem quiser que vá se viabilizar.” Esse foi o discurso do governador do estado.

Mas eu queria dar um aparte ao deputado. Eu queria só pedir a sua brevidade para eu poder dar também ao Alex.

O Sr. Eduardo Salles: Prezado amigo deputado Alan Sanches, primeiro, gostaria de dizer a V. Ex.^a que eu acho que V. Ex.^a devia ter muito orgulho, porque hoje você é um dos deputados mais votados desta Casa em Salvador, e destaque também hoje aí para a imprensa. Eu queria colocar, claramente, que eu tenho uma votação pequena em Salvador, mas tenho hoje a certeza de que toda a oposição, independente de bandeira

partidária, tem muito orgulho quando as coisas acontecem no nosso estado e nomeadamente em Salvador.

Eu, esta semana, tenho tido um orgulho muito grande, sabe Alan, em dois momentos, aliás em vários momentos.

O momento da estação rodoviária. Porque quem vem do interior sabe e você sabe que, muitas vezes – você como médico foi ao interior e voltou de ônibus – ficava horas aguardando aqui na rodoviária seu ônibus chegar.

O Sr. ALAN SANCHES: Ainda estou.

O Sr. Eduardo Salles: A partir de agora você vai ter uma construção de um novo equipamento que vai estar interligado...

O Sr. ALAN SANCHES: A partir de quando vão entregar?

O Sr. Eduardo Salles: Amigo, tudo tem que começar...

O Sr. ALAN SANCHES: Tudo é ...

O Sr. Eduardo Salles: Tudo tem que começar, são R\$ 120 milhões, amigo.

Depois de um terminal desse maravilhoso, eu vou para uma obra de 5 quilômetros a mais do metrô, um tramo que vai mudar a vida de milhares de pessoas que moram na periferia da cidade. Então essas pessoas terão condições agora. Depois, hoje, pela manhã, deputado, um VLT... Você disse ali, modifica, tenho que terminar e só dizer a você o seguinte: modifica e transforma. Como? Hoje, você tem trens que simplesmente andam a 30...

O Sr. ALAN SANCHES: Eu queria pegar o VLT que ele disse que já existe.

O Sr. Eduardo Salles: A velocidade de 30, 40 quilômetros, você vai passar a uma velocidade de 90 quilômetros por hora, você vai...

O Sr. ALAN SANCHES: Vai, vai, vai...

Eu quero saber o agora, qual foi a transformação de agora.

O Sr. Eduardo Salles: Claro, deputado, tudo começou...

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, deputado.

Com o aparte o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima: Deputado Alan Sanches, brevemente queria saudar V. Ex.^a pelo prêmio, pela justa homenagem no dia de hoje e contribuindo aqui com o aparte do deputado Robinson Almeida, apenas para o bem da verdade relembrar alguns fatos e deixar a pergunta para V. Ex.^a.

Quem o prefeito ACM Neto apoiou no segundo turno em 2008? Eu respondo: João Henrique de Barradas Carneiro. Quem foi o chefe de gabinete do prefeito João Henrique? O senhor Leonardo Prates. Quem foi a dobradinha do deputado federal ACM Neto em Salvador? Maria Luíza Carneiro, mulher do prefeito João Henrique. Quem o prefeito João Henrique apoiou em 2012? O prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto.

Então a baixa cobertura de saúde básica da família é culpa única e exclusivamente do prefeito de Salvador Antônio Carlos Magalhães Neto e do seu antecessor, seu aliado João Henrique.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. ALAN SANCHES: Só falta agora o deputado Alex Lima dizer que o assassinato do servidor Neylton também foi do governo ACM Neto. Porque todo mundo sabe ali, aquelas duas moças do PT e do PCdoB, que estavam naquela secretaria, que era a subsecretária Aglaé, com a outra Tânia, com não sei o que “pererê”. Eu não me lembro bem como era esse fato. Só falta V. Ex.^a dizer também que é o ACM Neto.

Acho que V. Ex.^{as} aqui frequentam Salvador mesmo com o voto, deputado Eduardo Alencar, voto pouco ou voto muito...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pouco voto ou muito voto, mas V. Ex.^{as} sabem que a cidade... Eu acho que o deputado Robinson, a deputada Fátima, o deputado Alex, têm um orgulho enorme de dizer: eu faço parte da capital, da melhor capital, que tem a melhor gestão. Não é a oposição que está falando...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: (...) é o mundo que fala, é o mundo que fala que Salvador tem a melhor gestão de todas as capitais.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, eu queria informar que, especificamente para deputados que fazem parte da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle que vai ter reunião conjunta, amanhã, às 11h30. Comissão conjunta amanhã às 11h30. Importante a presença de todos os Srs. Deputados para votarmos o Orçamento.

O Sr. Targino Machado: Quais são as comissões, Sr. Presidente?

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Quais são as comissões que têm que estar presentes?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): As Comissões de Finanças e Orçamento e Constituição e Justiça.

Deixe-me ler aqui rapidamente...

O Sr. Targino Machado: Não era às 10h30, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Reajustamos o horário, deputado, a pedido dos Srs. Parlamentares.

Deputado Zé Raimundo, deputado Paulo Câmara, deputado Alan Sanches, deputado Antônio Henrique Jr., deputada Ivana Bastos, deputado Paulo Rangel, deputado Samuel Junior, deputado Vitor Bonfim, deputado Alex Lima, deputado Euclides Fernandes, deputado Robinson Almeida Lula e deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Esses deputados todos vão falar ainda, Excelência?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, deputado. São componentes da Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, a Comissão de Finanças e Orçamento: deputado Robinho, deputado Luciano Simões Filho, deputado Bobô, deputado Diego Coronel, deputado Tiago

Correia, deputado Vitor Bonfim, deputado Zé Cocá, deputado Zé Raimundo Lula, deputado Jacó, deputado Jânio Natal, deputado Marcelo Veiga, deputado Targino Machado.

Então eu convido a todos para amanhã, às 11h30.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Passo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, a imprensa que ainda nos acompanha até altas horas, pelo jeito vai entrar pela madrugada acompanhando a nossa sessão. Subimos nesta tribuna para discutir o Projeto de Lei n.º 23.644/2019, que tem por objetivo alterar a Lei Estadual n.º 6.677/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, especialmente em relação ao Regime Especial de Direito Administrativo, o famoso Reda.

O projeto consiste basicamente na perspectiva de ampliar para, simplesmente, seis anos a permanência de professores, educadores e educadoras, em condição, que nós sabemos que é uma condição de precarização, tanto da sua situação enquanto profissional, como do ponto de vista da sua tarefa enquanto educador, dada a situação de descontinuidade. Ou seja, de sacrifício da perspectiva de carreira, já que a cada momento em que esses contratos vão vencendo os estudantes, aquela escola, aquela unidade escolar vai perdendo aquele profissional.

Portanto, alguém que poderia fazer 10, 15 anos, tratando e aperfeiçoando a qualidade da unidade escolar, não vai ter essa oportunidade. E, ao longo de uma trajetória de precarização, de salários mais rebaixados, de incerteza imediata e incerteza futura, especialmente neste momento em que o governo Jair Bolsonaro simplesmente destrói a nossa seguridade social.

Então, nessa situação de incerteza do ponto de vista do profissional e descontinuidade pedagógica, que representa o regime de Reda, o governo pretende abrir a possibilidade de se sair de um período máximo de 24 meses para um período de simplesmente de 36 meses. Ou seja, abre a possibilidade de no máximo 4 anos, 48 meses, 24 prorrogáveis por mais 24, para 36 meses, ou seja, por três anos.

Então, é uma situação que se nós olharmos, compararmos, por exemplo, com o tempo necessário para se adquirir a estabilidade no serviço público, a gente vai ver um profissional do Reda que vai permanecer na rede por um tempo duas vezes maior do que o necessário para se completar a estabilidade no serviço público, veja a situação.

Então, o que deveria ser uma mão de obra temporária, como define a lei, uma situação em que a mão de obra deve ser contratada a partir do quesito da excepcionalidade, em situações como surtos epidêmicos, recenseamento e pesquisas, situações de calamidade pública e outras situações previstas em lei, essa condição vira, praticamente, uma condição de permanência. Essa que é a realidade.

Então, esse projeto leva à perspectiva de se radicalizar um trajeto que se começou há alguns anos, por quê? A lei, originalmente, falava de uma situação de 12 meses renovável por mais 6 meses. Ou seja, o máximo que era permitido ao trabalhador, uma trabalhadora, especialmente da área de educação, a permanecer, pela lei original, na originalidade da lei do Estatuto do Servidor Público era de no máximo 1 ano e meio, originalmente era isso, 1 ano e meio. Isso caminhou para um ano prorrogável para dois

anos, depois dois anos prorrogável para quatro. E agora o governo quer prorrogar para seis anos, ou seja, nós vamos transitando para essa condição do trabalhador precarizado que tem uma longuíssima permanência no serviço público.

Isso no contexto da educação é uma situação trágica. E aí a gente não tem como deixar de fazer uma avaliação nesse primeiro ano. É o primeiro ano do discurso do governador Rui Costa em relação à prioridade absoluta para área de educação. Aliás, discurso dado desta tribuna. O discurso do governador Rui Costa foi de que a educação seria prioridade, inclusive em relação à saúde. Não vamos esquecer, na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa, esse foi o discurso do governador Rui Costa.

Quem analisa esse discurso, minimamente, não precisa ser um analista atento para perceber que o governador pretende mostrar uma posição extremamente decidida em relação a essa prioridade, quando se faz um paralelo com a área de saúde. Ao dizer que a educação vai ter mais prioridade que a área da saúde, o governador que dar uma ênfase extrema a essa prioridade por um motivo muito simples: a saúde é uma questão de vida ou morte. Se a educação vai ter mais prioridade que a saúde é porque o governo, realmente, está muito decidido a fazer essa prioridade.

E qual o balanço que nós temos nesse primeiro ano da prioridade absoluta para a educação no estado da Bahia? Eu diria que o primeiro quesito marcante do comportamento do governador e do secretário Jerônimo Rodrigues também, infelizmente, é a marca da ausência de diálogo, do autoritarismo, de uma política privatista que chegou ao final do ano, inclusive, afirmando a perspectiva de colocar OSs nos espaços escolares com tudo que nós sabemos do que significam essas chamadas Organizações Sociais.

Por exemplo, na área da saúde, protagonistas de fraudes, de manipulação, de mascaramento da realidade, de assédio moral em relação aos trabalhadores. Essa é a vida dos trabalhadores da saúde no estado da Bahia, de todas as áreas, de quem é enfermeiro, de quem é técnico, de quem é médico. É uma situação de opressão generalizada e de negação do direito à saúde no estado da Bahia através desse processo disfarçado – e eu nem diria disfarçado, porque é tão generalizado que já é escancarado – de privatização da saúde no nosso estado, como dizem as lideranças dos diversos sindicatos da área da saúde, claro, a base que eles representam.

Então o governo tomou a posição de levar isso para a educação também. Isso é sinal de prioridade, deputado Jurandy? Essa é a prioridade que o governador Rui Costa vai dar à educação? Privatizar as nossas escolas? Como se não bastasse um processo de enxugamento que é a régua e o compasso do neoliberalismo hoje no país. Aliás, o prefeito ACM Neto já vem fazendo esse enxugamento desde muito tempo, criando uma situação, um clima, de que o enxugamento e o fechamento de escola é o mais racional, é o bom senso, é a racionalização de recurso.

No município de Salvador, não se pode fazer isso com a população que precisa de creche. E, hoje, está tendo a creche de tempo integral negada pela rede municipal. Uma população que, em grande medida, ainda sofre com o analfabetismo e tem a educação de jovens e adultos negada pelo prefeito ACM Neto.

O governador Rui Costa segue no mesmo caminho. Hoje pela manhã, me parece, que o deputado Targino subiu aqui a esta tribuna. Aliás, não, foi o deputado Tiago Correia que trouxe uma matéria da *Metrópole*, se não me engano, falando do fechamento de escolas de que ainda não teria tido uma declaração pública do governador, que a situação do Colégio Odorico Tavares estaria indefinida. Mentira! Hoje, numa audiência com o Ministério Público, a representação da secretaria disse com todas as letras: “Nós vamos fechar o Colégio Odorico Tavares”. E através do processo de debate, de intervenção do Ministério Público, saiu da reunião para levar...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) para a secretaria a proposta de não se fechar uma escola que tem os maiores Ideb da Bahia, o que é muito grave porque o Ideb da Bahia, já foi dito aqui desta tribuna, é o pior do Brasil. Mas o governo está...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: Um momento, deputado Alan Sanches, eu vou passar a palavra para V. Ex.^a.

Hoje, foi dito com todas as letras que a posição do governo, ao contrário do que tem dito nos veículos televisivos, na imprensa escrita, ao contrário do que tem falado, a intenção do governo é de fechamento do Colégio Odorico Tavares.

Daqui a pouco eu volto a esse tema. Um aparte ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Hilton Coelho, V. Ex.^a como sempre é conhecedor de muitas matérias do nosso estado. Estava ali quase em frisson quando Tiago estava falando, fazendo o pronunciamento, e V. Ex.^a também. O Odorico Tavares é uma das 19 escolas, que eu soube, que estão já para ser fechadas. Aí eu digo: qual é a política do governador Rui para a educação? Quando ele começou a dizer: “Olha, a educação...”, quando ele entrou no governo, “(...) vai ser a minha...”

Deputado Rosemberg... (pausa). Obrigado.

Ele começou a visitar as escolas para dizer que era prioridade. Mas a prioridade da educação não é visita do governador e, sim, a resolução das coisas. Mas a solução que ele traz, quando a gente tem a pior, a pior educação do Brasil, a pior de todas as capitais, é fechamento de escola. Sem dizer nem o que é que vai se fazer. Ou seja, não tem planejamento, não conversa com o sindicato, não conversa com as pessoas, não conversa com a comunidade escolar e faz simplesmente isso. Um ato autoritário que vai piorar ainda mais a educação em nosso estado, infelizmente.

Muito obrigado.

O Sr. HILTON COELHO: Exatamente, deputado Alan. Eu queria inclusive solicitar que V. Ex.^a dissuadisse o prefeito ACM Neto a mudar também essa política, porque o fechamento de escolas está na cidade de Salvador. E não podemos gerar uma espécie de consenso, de legitimação da ideia de que se deve agir com desprezo em relação aos nossos adolescentes, aos nossos jovens e às nossas crianças.

É isso que a gente tem visto com essa ideia neoliberal de racionalização, que esquece a necessidade de investimento no presente da nossa sociedade. Não é no futuro, não, porque as nossas crianças não são o futuro do Brasil, elas são o presente. Quem

tem o contato direto com a área de educação sabe da genialidade das nossas crianças, que está sendo ceifada por essa política neoliberal que se generaliza em governos com traços conservadores, como do prefeito ACM Neto e do governador Rui Costa também nesse campo da educação.

Então, o que nós vimos hoje na mesa de negociação foi esse comportamento, esse posicionamento lamentável de sinalizar, de dizer claramente que vai haver o fechamento do Odorico Tavares, uma escola referência. E nós temos consciência de que o Odorico Tavares é um exemplo emblemático, porque com toda a qualidade... E aqui quero falar dos profissionais do Odorico Tavares, que apresentaram... Eu acompanho isso. Acompanhei, deputado Eduardo, acompanhei, desde o ano passado, como vereador, o drama do Odorico Tavares. A prática do governo tem sido uma prática deletéria. Existe uma situação de dificuldade nas escolas, situação de violência, de degradação do espaço escolar, de desestímulo da nossa juventude, algum nível de esvaziamento. Como é que o governo tem dialogado com isso? Ele analisa o mapa, se tiver algum nível de esvaziamento da escola, por mínimo que seja, o governo começa a provocar com o bloqueio das matrículas.

São dezenas e dezenas de escolas que relatam que chegam lá no sistema... Porque hoje a família pede a matrícula através diretamente do sistema, ela vai na internet e solicita a matrícula do seu filho. Ou o próprio estudante faz essa solicitação. Então, chega no sistema da Secretaria de Educação e não encontra vaga naquela escola que ele se matricularia, que, não por acaso, é a escola que o governo pretende fechar. Com o bloqueio da matrícula, automaticamente a família, o estudante, vai procurar, eletronicamente, outra escola. Então, o governo faz uma análise perversa das possibilidades de emplacar a ideia de que aquela escola está esvaziada e que, portanto, não existe condição de fazer aporte de recurso público naquela escola que, simplesmente, pelo acaso, pela desistência da juventude por um motivo transcendental, aquela escola virou um vazio.

Isso nós vimos na trajetória de várias escolas. E o Odorico Tavares é um triste espetáculo dessa manipulação administrativa que a Secretaria fez desde o ano passado e consolidou nesse ano. Esse ano os estudantes que entraram, todos os estudantes que entraram no sistema para tentar se matricular no Odorico Tavares viram a mensagem eletrônica: “Procurem outra unidade, porque não existe disponibilidade de vagas”.

Isso aconteceu no Odorico Tavares e, com certeza, está acontecendo nas escolas que o governo pretende fechar de maneira imediata e, principalmente, naquelas que o governo está criando as condições para fazer, no ano que vem, o que está fazendo hoje com o Odorico Tavares e diversas outras escolas da rede estadual. Então, a situação é muito grave em relação à qualidade do ensino estadual na Bahia e esse projeto só vai criar uma situação de maior precarização da qualidade da educação pública na Bahia.

Nós precisamos atentar para isso. Não é possível que, ao lado de uma política do governo de fechamento de escolas, transitem pelo nosso estado simplesmente 33% dos nossos jovens fora das escolas. Isso é uma vergonha: 33% da nossa juventude está fora do espaço escolar e o governo está fechando escolas. Nós não podemos conciliar com isso.

Os dados de homicídio na Bahia são piores que os dados de São Paulo e do Rio de Janeiro. O que é que nós estamos reservando para nossa juventude? É uma situação de desespero social, para que, com uma política de segurança de extermínio, um governo que vai negando direitos – principalmente a esperança de um espaço escolar digno –, que as pessoas, a nossa juventude entenda de que o seu potencial vai poder ser realizado. Isso é fundamental, não é à toa que a Busca Ativa tem revertido casos de vulnerabilidade social. Os dados mostram isso.

A permanência no espaço escolar é um fator de proteção da nossa juventude em relação ao extermínio. As pesquisas mostram isso em diversos estados. Vocês podem pegar os dados do Ceará em relação a essa situação.

O jovem que está no espaço escolar tem uma possibilidade muito menor de entrar no processo de marginalização, tem uma possibilidade muito menor de ser vítima da ação brutal da polícia dos diversos governos – e o governador Rui Costa não tem diferença nesse sentido – do que aqueles que estão fora do espaço escolar.

Então, eu apelo aqui...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) só para concluir, Sr. Presidente: nós não podemos votar nesta Casa projetos que precarizem ainda mais a educação no nosso estado. Nós temos que ter uma visão de retirada da Bahia dessa condição do estado rico com o povo oprimido e miserável. E isso passa, necessariamente, por educação, que seja ensino, que seja pesquisa, que seja extensão, que seja...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Para concluir Sr. Deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) tudo, menos uma educação com um forte peso de mão de obra de trabalhadores e trabalhadoras da educação precarizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado José de Arimateia. Pelo tempo de 9 minutos, deputado José de Arimateia.

(Intervenção fora do microfone.)

Nove minutos, Zé.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, 9 minutos não dá nem para começar. (Risos) Vou falar ainda no outro projeto.

Mas Sr. Presidente, eu venho a essa tribuna nesse momento, para fazer aqui um apelo.

O Sr. Targino Machado: Deputado José de Arimateia. Nós estamos aqui a lamentar, porque o deputado José de Arimateia ficou por último e nós vamos ficar privados do melhor orador entre nós.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Não chega a isso, não, Excelência.

O Sr. Targino Machado: Se os senhores quiserem abrir mão de mais 10 minutos para o deputado José de Arimateia. Está bom até 11 horas? Pronto.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Mas, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para fazer um apelo aqui aos Srs. Deputados: nós precisamos urgentemente cancelar... Você, meu amigo que nos assiste através da *Tv Assembleia*... Nós estamos fazendo aqui um apelo em todo o Brasil: você que ama a família, você que crê que Deus existe, que Ele é o criador dos céus e da terra, precisamos urgentemente cancelar a assinatura da *Netflix*. Urgentemente.

Olha o que é que eles estão fazendo: pelo impedimento do filme de Natal da *Netflix* e *Porta dos Fundos*, por ofender gravemente os cristãos. Isso é um absurdo, Sr. Presidente. Até que ponto o ser humano, mesmo aquele que é ateu, ele chega a esse ponto de querer colocar na cabeça do cidadão que o Sr. Jesus era homossexual. Isso é um absurdo!

(Intervenção fora do microfone.)

Não, mas é pouco. Você já cancelou a sua? Se você não cancelou é porque você concorda. Quem não cancelou concorda. Isso é um absurdo. Olha, já estão aqui as assinaturas: 463 mil pessoas que representam famílias, já fizeram, estamos fazendo abaixo-assinado.

Então eu venho aqui, mais uma vez, juntamente com você que defende, que crê na palavra do Senhor, não é placa de igreja, não é placa de religião. Nós não estamos aqui falando, deputado líder do Governo, de religião, não. Nós estamos falando aqui daquele que é o criador dos céus e da terra.

(Intervenção fora do microfone.)

Mesmo assim ainda é pouco. Deputado Jurailton teve essa coragem. Por que os demais não tem essa coragem? Nós não estamos aqui defendendo a denominação “a”, nem “b”, nem “c”. Não! Nós estamos aqui mostrando que não cabe, de maneira alguma, uma atitude como essa do povo brasileiro concordar com esse tipo de falta de respeito com aquele que não tem nada a ver. Não tem nada a ver. Deus não tem nada a ver com as discussões, com as indiferenças. Pelo contrário, ele deixou o livre arbítrio, sim, mas não para poder esculhambar, como estão fazendo.

Isso é uma falta de respeito, uma falta de moralidade, esse tipo de comportamento desse segmento que está aí, levando e querendo impor dentro dos lares, no meio das famílias, Sr. Presidente.

Então, eu quero aqui deixar o meu repúdio. Já cancelei. Quero dizer aqui para vocês da *Netflix*: já cancelei. Já cancelei, estou recebendo aqui de minuto em minuto o cancelamento. Para vocês aprenderem a respeitar, respeitar os direitos de cada cidadão. Isso é uma ofensa ao povo, uma ofensa aos cristãos e isso é uma ofensa ao Deus todo poderoso, o Deus de Israel.

O outro assunto, Sr. Presidente, que eu trago aqui: eu participei nesta noite da abertura da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Essa conferência começou hoje termina amanhã, onde vários municípios, mais de 300 municípios,

estavam presentes. E todo mundo está esperando, deputado José Raimundo – cadê o deputado Zé Raimundo? – aquela boa notícia: que o governo do estado possa presentear...

(Intervenção fora do microfone.)

O governo do estado.

Essa dívida, Sr. Presidente, que o governo do estado tem, não é só ele que tem essa dívida, não. Os partidos aqui desta Casa, que estão aqui representados pelos Srs. Deputados, têm essa dívida com os idosos. Sabe por que, deputado Zé Raimundo? Porque a maioria dos municípios da Bahia não organizou, ainda, o Conselho Municipal do Idoso. Então como é que nós podemos ter um Fundo Municipal do Idoso funcionando em cada município? Como é que nós podemos ter, presidente, se o estado da Bahia é um dos estados da federação que não tem ainda, não criou...

O governo do estado era para mandar agora, nessa votação que vamos fazer. Até a próxima semana nós estaremos votando o Orçamento. E já era para estar aqui sendo colocado, junto com o Orçamento, esse projeto, para que o governo possa organizar o Conselho Estadual do Idoso, que não está funcionando, está incompleto. Já vem do governo Wagner, está no governo Rui e, pelo que estou vendo, Sr. Presidente, vai continuar do mesmo jeito.

Então eu peço aqui, mais uma vez, deputado presidente Nelson Leal, que V. Ex.^a interceda. Peço ao governador – talvez a assessoria dele esteja assistindo: governador, pague essa dívida que V. Ex.^a tem com os idosos da Bahia! Só depende de V. Ex.^a.

V. Ex.^a tem uma dívida grande, herdou essa dívida do governo Jaques Wagner. E agora como é que V. Ex.^a, tendo essa oportunidade com o apoio da sua Base e com o apoio também da Oposição nesse projeto, para que o Fundo Estadual do Idoso seja implantado... O estado da Bahia está em falta com os idosos. O estado da Bahia não está mostrando o respeito para com os idosos.

Então, para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex.^a, até segunda-feira, V. Ex.^a que está fazendo aqui... Hoje mesmo foi homenageado, recebeu esse troféu. Olhe a responsabilidade! É mais uma marca da sua gestão aqui de interceder. Já pensou falar para a Bahia que foi o deputado presidente, na gestão do deputado Nelson Leal que foi aprovada aqui a aplicação do Fundo Estadual para o Idoso?

É uma coisa que não vai ter nada. Pelo contrário, o governo vai receber recursos. O governo vai receber condições de poder fazer acontecer as políticas públicas para os idosos.

Então era isso que eu gostaria de...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) deixar, para concluir, Sr. Presidente. E dizer: *Netflix* vai fechar, porque os cristãos do Brasil merecem respeito.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo Lula: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, eu, também, gostaria de reforçar essa compreensão do deputado José de Arimateia. Quanto a esta matéria, nós já discutimos aqui. Fizemos uma audiência pública. O projeto já está nas mãos do nosso secretário Manoel Vitória, na Casa Civil. Trata-se de um fundo para receber doações de imposto de renda da pessoa física e da pessoa jurídica, Sr. Presidente.

Então, este é um apelo que nós fazemos aos líderes partidários, qual seja, à chegada desse projeto, possamos aprovar ainda este ano. É só a criação do fundo. Já tem o conselho. Isso não custa nada para o governo. É algo simples. Eu criei vários fundos constitucionais em Vitória da Conquista. É preciso incentivar, porque se trata de uma fonte para apoiar as políticas públicas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, nesta breve questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Encerrado o encaminhamento.

Em votação.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, quero solicitar uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Segundo o Regimento, pela ordem, Sr. Presidente. São 25 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marcarei os 25 minutos. Chamarei os nossos parlamentares para que se façam presentes.

Pela ordem o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu, apenas pedi para marcar o tempo regimental e chamar os deputados e as deputadas, como V. Ex.^a já anunciou.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

Lembro, Srs. Deputados, que nós vamos votar, agora, este projeto de lei. Depois, iremos votar os dois projetos que têm...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem uma urgência na frente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, V. Ex.^a e o deputado Targino assinaram duas dispensas para votar esses projetos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como os projetos estão com dispensa e o voto é secreto, e como a gente precisa do quórum mais alto, nós vamos colocar os dois projetos. Vamos votar. Logo depois, vamos votar o ICMS. Inclusive...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem uma urgência, para a gente não abrir um precedente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nenhum dos três projetos vai ter discussão, deputado. Qual é a diferença? Será uma sequência atrás da outra. Como tem dois projetos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Está seguindo a ordem da pauta pela urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas veja só, se tem a votação... Se nós estamos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A Oposição diz que não vai fazer e tal, mas...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É muito mais prático votar. A ordem não importa. Os três projetos vão ser votados um atrás do outro.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, concordo integralmente com V. Ex.^a, até porque assinei uma dispensa de formalidade. E quando se assina uma dispensa de formalidade, se coloca na frente de tudo. Inclusive...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não. Esta será a regra de dispensa de formalidade? Então todos vamos colocar na frente. É isso?

O Sr. Targino Machado: Me permita falar. O senhor mantém a minha palavra, deputado?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É por acordo, deputado. Nós estamos votando por acordo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Se a regra é esta, eu não tenho problema, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É por acordo, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, eu não tenho nenhum problema.

Veja, o deputado Targino está dizendo que dispensou formalidade e que ele vem à frente dos outros. Se essa for a regra...

O Sr. Targino Machado: Eu não estou dizendo não. Eu...

Presidente, garanta a minha palavra.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, eu só estou tentando explicar que nós estamos votando esses três projetos. Nós não tínhamos acordo para votar o REDA, porque...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não teve urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Calma, deputado. Nós não temos acordo. A Oposição está obstruindo. Está em um processo de obstrução que é legítimo. Não concorda? Mas quanto aos outros projetos, apesar do posicionamento continuar contrário ao da Oposição, nós acordamos em votar. Como dois dos projetos são por votação secreta, nós estamos priorizando os de votação secreta.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, eu não tenho problema. Eu só quero que fique...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Rosemberg, se nós tivéssemos, a gente já tinha votado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente, eu não tenho problema. Eu só quero que a gente mantenha a mesma regra. Sem problema. Toda vez que tiver dispensa, a gente vem. Não tem problema.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Não, não tem problema nenhum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O. k., pronto.

O Sr. Targino Machado: Presidente, eu não gosto de discutir o óbvio, porque a palavra óbvio já é autoexplicativa. A dispensa de formalidade tem, até, o condão de colocar matéria para ser votada quando existe algum projeto obstruindo a pauta, sobrestando a pauta. Pronto.

Então não precisaria V. Ex.^a estar discutindo, porque quando assinamos a dispensa de formalidade, já foi com a consciência de que precisamos votar. E não é só pelo sentimento de fraternidade e solidariedade com os companheiros deputados, não, o deputado Zó e o deputado Samuel. Porque o que acontece é que se não votarmos agora, antes do projeto do ICMS, depois que se votar o projeto do ICMS, esvazia o plenário e os deputados não vão conseguir ver seus projetos aprovados. É só uma questão de razoabilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum formulado pelos deputados Targino Machado e Rosemberg Pinto.

Eu convoco e convido todos os deputados que estejam em quaisquer dependências deste Poder para que se façam presentes ao plenário, porque há um pedido de verificação de quórum de votação.

Solicito zerar o painel e marcar o tempo de 25 minutos.

Por favor, Srs. Deputados. Comecem a marcar.

(Procede-se à verificação de quórum de votação.)

Já temos as presenças dos 32 Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição.

PROJETO DE LEI Nº 23.644/2019

**Altera a Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994,
na forma que indica, e dá outras providências.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 253 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, passa a vigorar com as seguintes modificações:

“**Art. 253** -

.....

§ 1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação orçamentária específica e não poderão ultrapassar o prazo de 36 (trinta e seis) meses, admitida uma única prorrogação, por igual período,

podendo ser subdividido em etapas compatíveis com a necessidade do serviço a ser executado.

.....

§ 3º - Poderá ser efetuada a recontração de pessoa admitida na forma deste artigo, desde que o somatório das etapas de contratação não ultrapasse o prazo de 72 (setenta e dois) meses.” (NR)

Art. 2º - As contratações sob Regime Especial de Direito Administrativo, em curso na data de vigência desta Lei, poderão, após atingimento do período máximo de 48 (quarenta e oito) meses, ser prorrogadas, uma única vez, por até 24 (vinte e quatro) meses, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, que demonstre a manutenção da necessidade temporária de excepcional interesse.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo projeto a ser votado é o...

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, Sr. Presidente, registre o voto do Psol.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Hilton, só tem os dos deputados de oposição e V. Ex.^a se encontra no bloco, porque só há de situação e oposição.

Mas contarei sempre, de agora por diante, o voto separado do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: É porque nós somos Oposição de esquerda, Sr. Presidente. (Risos) Pode marcar aí. (Palmas)

Parlamentar não identificado: O deputado Targino é oposição de direita, é? (Risos)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, olha, vou fazer a votação rápida dos dois projetos. Vou pedir ao deputado Vítor para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Vítor Bonfim para relatar o Projeto de Resolução n.º 2.724/2019, de autoria do deputado Samuel.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, venho a esta tribuna relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Resolução n.º 2.724/2019, que concede a medalha do Mérito Dois de Julho à ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, e dá outras providências.

O parecer é pela constitucionalidade e legalidade da presente proposição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o parecer proferido pelo relator. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora, no plenário, o voto é secreto.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marquem os 25 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aprovado pela comissão...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Agora no plenário...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu quero encaminhar, repito, encaminhar o voto “sim”, da Oposição!

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que deveremos votar “sim”.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Marquem os 25 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, ainda é possível declarar o voto do Psol? Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente, é possível indicar o voto do Psol?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pode.

O Sr. Hilton Coelho: Então, queria, rapidamente, marcar, em função do fato de a votação ser secreta, nós faremos questão de declarar o voto contrário do Psol a este projeto.

Reconhecemos a importância do mandato do deputado Samuel, as disputas que ele faz nesta tribuna, sempre enriquecendo o debate.

Mas nós, do Psol, não poderíamos deixar de nos pronunciar em relação ao significado desta ministra, especialmente, os retrocessos que têm sido impostos em relação à política voltada à questão de gênero.

Nós estamos vendo, aí, o problema do feminicídio se generalizando com tamanha força no Brasil e com extrema brutalidade. Nós percebemos o desmonte da política que vinha sendo feita no sentido de se fazer uma disputa em relação a esta situação.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado, encaminha o voto. É para encaminhar.

O Sr. Hilton Coelho: Nesse sentido, nós queremos deixar bastante evidenciado que o nosso voto será um dos votos contrários.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Srs. Deputados, já têm 39 votos. “Vumbora”... Está faltando o deputado Jurandy. Jurandy já votou, Rosemberg já votou, Alan já votou. Tem mais alguém para votar aí? Fabíola!

Encerrada a votação.

Proclamo o resultado. São 30 votos “sim”; e 14 votos “não”.

Aprovado o Projeto de Resolução n.º 2.724/2019. (Palmas) **(Publicado no DOEL em 31/01/2019)**

O Sr. Zó: Presidente, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o Projeto de Resolução n.º 2.801/2019. Para relatar o...

O Sr. Zó: Presidente, presidente, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zó, deixa V. Ex.^a na hora de encaminhar a votação.

O Sr. Zó: Não. É porque o projeto é meu. Eu queria só argumentar e pedir o voto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deixa no encaminhamento. Eu passo para V. Ex.^a.

Com a palavra o deputado Vitor Bonfim para relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Vitor, por favor, para relatar a matéria.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, venho a esta tribuna, na noite de hoje, relatar, no âmbito das comissões, o Projeto de Resolução n.º 2.801/2019, de autoria do deputado Zó, que concede a Comenda Dois de Julho à cantora e compositora Fernanda Noronha.

O parecer é pela legalidade e constitucionalidade da presente proposição, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zó: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões.

Os senhores deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em votação no plenário.

Antes da votação, porém, o deputado Zó quer fazer a defesa do seu projeto no encaminhamento.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Zó para encaminhar.

O Sr. ZÓ: Presidente, como a pessoa para quem eu estou propondo não é tão conhecida como a anterior, eu queria argumentar para pedir o voto dos colegas deputados e deputadas.

Ela é baiana, nascida em Salvador, radicada nos Estados Unidos desde 2011, aliás, divulgando a música baiana, bossa nova. Ela faz um trabalho excepcional.

Eu queria pedir o voto favorável dos companheiros e das companheiras por este aspecto, qual seja, a da grande divulgação do trabalho e das culturas baiana e brasileira na Rússia, nos Estados Unidos e na Europa.

Por isso, queria pedir o voto favorável a todos.

Agradeço, de antemão, àqueles que puderem contribuir para a concessão desta comenda.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrado o encaminhamento.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam votarão sim. Para quem aprova o título, o voto é “sim”; quem, obviamente, desaprovar é “não”.

Vamos votar. São quantos já? Já temos 21 votantes.

(Pausa)

Falta quem, aí, votar? Vamos, Niltinho. PP, votando, por favor. Zé Cocá, Niltinho... Deputada Fátima, deputada Fátima...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Tenha calma, presidente, também.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jurandy, falta V. Ex.^a votar. Vou encerrar a votação. Mais alguém para votar?

Encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado. Estou aguardando o resultado.

São 40 votos “sim”; três votos “não”. (Palmas)

Aprovado o Projeto de Resolução n.º 2.801/2019. **(Publicado no DOEL em 13/09/2019)**

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Vamos ao Projeto de Lei n.º 23.645/2019, de autoria do Poder Executivo.

Designo, como relator, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Rosemberg Lula Pinto para relatar a matéria.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Passo a relatar o parecer no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça.

O projeto recebeu cinco emendas as quais passo a analisar, onde a partir delas entendo que tiraria a razão de ser do projeto. E como emenda de relator eu apresento duas novas emendas para ajustar o projeto a partir do debate entre diversos deputados na Casa e mais os representantes dos segmentos interessados, que envolveu a parte do governo representada pela Secretaria da Fazenda, dos empresários e dos trabalhadores que estiveram reunidos na liderança.

(Lê) “**PARECER**

Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 23.645/2019, de autoria do Poder Executivo, o qual ‘altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e dá outras providências.’

Encaminha, o Exm.º Sr. Governador do Estado, à apreciação da Assembleia Legislativa, o projeto de lei que ora passo a relatar, alterando a Lei nº 7.014/96, com o objetivo de ‘promover ajustes na legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS’, conforme registra a Mensagem que acompanha a proposição, na qual ressalta ainda o Chefe do Poder Executivo que ‘o projeto altera dispositivo acerca da devida restituição do ICMS pago a maior no regime de substituição tributária, com o objetivo de promover atualização da legislação estadual em sintonia com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Adicionalmente, propõe-se alteração da Lei nº 3.956, de 31 de dezembro de 1981, que institui o Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB. '

O projeto recebeu 5 emendas, as quais passo a analisar. A emenda nº 1, de autoria do Deputado Paulo Câmara, pretende substituir o prazo para restituição de indébito de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. A emenda substituiria a restituição parcelada em número de meses correspondente àqueles em que ocorreram pagamentos indevidos por uma restituição imediata ou em prazo de até vinte e quatro meses nas hipóteses em que o valor da restituição superasse o montante de um milhão de reais. Opino pela rejeição, considerando que o estabelecimento da obrigatoriedade de restituição em tantas parcelas quantos forem os meses em que ocorreram os pagamentos indevidos evita afetação no equilíbrio fiscal do Estado da Bahia com a redução abrupta da arrecadação em razão de atraso na protocolização do pedido de restituição causado pelo contribuinte.

Quanto à constitucionalidade da emenda proposta, faz-se mister observar, primeiramente, que a emenda impõe alteração no procedimento de restituição de indébito relacionado ao ICMS, sendo a matéria, portanto, eminentemente tributária. Além disso, observa-se que o que se propõe é antecipação da restituição, o que configuraria aumento de despesa frente à previsão e a organização orçamentárias de curto prazo da Administração.

Dessa maneira, observa-se que há afronta às determinações do inciso I do art. 78 e dos incisos III e VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual.

Observa-se ainda que não merece prosperar a arguição apresentada na justificativa da emenda de que o texto ofende o § 7º do art. 150 da Constituição Federal, visto que aquele trata de hipótese em que o fato gerador de tributo não se realiza; o que não é o caso do dispositivo em comento, que trata de fato gerador que se realiza, mas cujo valor de venda praticado pelo contribuinte fora menor que o valor adotado como base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária.

A emenda nº 2, também de autoria do Deputado Paulo Câmara, propõe alteração no art. 5º do projeto, suprimindo a proposta de revogação do § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/96. Rejeito também esta emenda, uma vez que a supressão em questão trata da admissão da redução ou cancelamento por órgão administrativo de multas relacionadas ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

A emenda, ao suprimir a revogação posta no projeto de lei, impõe a continuidade de cancelamentos e reduções de multas relativas ao ICMS. Dessa forma, traz-se à Administração organização diferente da que essa propõe por meio da proposição ora apreciada, organização que assume a qualidade de ônus na relação entre arrecadação e despesas do Estado.

Frente a isso, importa observar que a organização administrativa com aumento de despesa e as matérias de ordem tributária são de iniciativa do Executivo, como

dispõem os incisos VI e VII do art. 77 da Constituição Estadual; além de ser vedada a iniciativa de emenda que trate dessas matérias – por força do inciso I do art. 78, também da Constituição Estadual.

A emenda nº 3, ainda do Deputado Paulo Câmara, destina-se a modificar a Redação do art. 1º do projeto, suprimindo-se os §§ 1º e 2º da proposta de Redação do art. 9º-A da Lei nº 7.014/96. Opino mais uma vez pela rejeição, a emenda, ao suprimir o § 1º do dispositivo mencionado, retira a possibilidade de renúncia a encerramento de tributação – no que se refere a caso de prática pelo contribuinte de preço inferior ao da base de cálculo para fins de antecipação e substituição tributária no que toca o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

A retirada pela emenda desse dispositivo, que trata de procedimento administrativo que objetiva minorar prejuízos (despesas) da Administração, revela-se afronta à divisão dos Poderes prevista no § 2º do art. 1º da Constituição Estadual, ao imiscuir-se em procedimento da Administração Pública. Ademais, a emenda, ao excluir procedimento que minoraria despesas da Administração, deixa de lado que a organização administrativa com aumento de despesa e as matérias de ordem tributária são de iniciativa do Executivo, como dispõem os incisos VI e VII do art. 77 da Constituição Estadual, assim como, é vedada emenda que trate dessas matérias – por força do inciso I do art. 78, também da Constituição Estadual.

Quanto à citada supressão do § 2º, a emenda busca suprimir dispositivo que estabelece a necessidade do contribuinte obter expressamente autorização de quem tivesse suportado o ônus financeiro do ICMS.

Observe-se, contudo, que o dispositivo acompanha a Súmula 546 do Supremo Tribunal Federal e o art. 166 do Código Tributário Nacional - CTN. O mencionado § 2º exige, na mesma linha que a Súmula e o CTN, que, para efeitos de restituição, o requerente faça prova de titularidade do ônus financeiro em que incorreu ou que faça prova de autorização de quem incorreu em tal ônus. O que não impede a restituição, mas impede a possibilidade de repetição de indébito não legítima e às custas dos cofres públicos. Ainda, vale mencionar que não merece prosperar a tese de inaplicabilidade do art. 166 do CTN, haja vista que o dispositivo, bem como na norma mencionada do CTN, trata de caso de efetiva ocorrência do fato gerador, e não o oposto, como arguido em sede da proposta de emenda.

Dessa forma, visto que o dispositivo em comento coloca a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, em consonância com Súmula do Supremo Tribunal Federal e, especialmente, em consonância com norma federal, entende-se que a emenda contraria o caráter suplementar da legislação estadual sobre matéria tributária. Portanto, afronta-se a divisão de competências do pacto federativo trazida no inciso I do art. 24 da Constituição Federal.

A emenda nº 4, de autoria do Deputado Targino Machado, busca modificar a Redação do art. 1º do projeto, alterando-se a proposta de texto do art. 9º-A da Lei nº 7.014/96, com a alteração dos §§ 4º e 5º, supressão do § 2º e consequente renumeração dos demais parágrafos. Opino pela rejeição. Quanto à citada supressão do § 2º, a

emenda busca suprimir dispositivo que estabelece a necessidade do contribuinte obter expressamente autorização de quem tivesse suportado o ônus financeiro do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação -ICMS.

Observe-se, contudo, que o dispositivo acompanha a Súmula 546 do Supremo Tribunal Federal e o art. 166 do Código Tributário Nacional - CTN. O mencionado § 2º exige, na mesma linha que a Súmula e o CTN, que, para efeitos de restituição, o requerente da mesma faça prova de titularidade do ônus financeiro em que incorreu ou que faça prova de autorização de quem incorreu em tal ônus. O que não impede a restituição, mas impede a possibilidade de repetição de indébito não legítima e às custas dos cofres públicos.

Dessa forma, visto que o dispositivo em comento coloca a Lei nº 7.014/96 em consonância com Súmula do Supremo Tribunal Federal e, especialmente, em consonância com norma federal, entende-se que a emenda contraria o caráter suplementar da legislação estadual sobre matéria tributária. Portanto, afronta-se a divisão de competências do pacto federativo trazida no inciso I do art. 24 da Constituição Federal.

No que diz respeito à alteração do § 4º, observa-se que seu objetivo é substituir no projeto o prazo para restituição de indébito de ICMS. A emenda substituiria a restituição parcelada em número de meses correspondentes àqueles em que ocorreram pagamentos indevidos por uma restituição até trinta dias nas hipóteses em que o valor da restituição superasse o montante de um milhão de reais.

Esse ponto da proposta não deve ser acolhido porque o estabelecimento da obrigatoriedade de restituição em tantas parcelas quantos forem os meses em que ocorreram os pagamentos indevidos evita afetação no equilíbrio fiscal do Estado da Bahia com a redução abrupta da arrecadação em razão de atraso na protocolização do pedido de restituição causado pelo contribuinte.

Quanto à constitucionalidade da emenda proposta, faz-se mister observar, primeiramente, que a emenda impõe alteração no procedimento de restituição de indébito relacionado ao ICMS, sendo a matéria, portanto, eminentemente tributária. Além disso, observa-se que o que se propõe é antecipação da restituição, o que configuraria aumento de despesa frente à previsão e a organização orçamentárias de curto prazo da Administração.

Dessa maneira, observa-se que há afronta às determinações do inciso I do art. 78 e dos incisos III e VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual.

Por fim, a alteração proposta ao texto do § 5º objetiva diminuir o prazo para análise e deliberação sobre pedido de restituição de indébito pela prática de preço de venda inferior ao valor adotado como base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária.

A redução do prazo proposto pelo Executivo em sede do projeto de lei, contudo, diz respeito a alteração na organização administrativa, e alteração com uma imperiosa majoração de despesas do Estado, especialmente no que tange seus recursos humanos, para que se desse conta da celeridade que seria imposta pela norma.

Frente a isso, importa observar que a organização administrativa com aumento de despesa, bem como o tratamento de matéria tributária, como é o caso, são de iniciativa do Executivo, como dispõem os incisos III e VII do art. 77 da Constituição Estadual; devendo-se, por conseguinte, salientar a vedação a emenda que trate dessas matérias – por força do inciso I do art. 78, também da Constituição Estadual.

Por fim, a emenda nº 5, de autoria do Deputado Sandro Régis, propõe nova Redação ao projeto, no diz respeito aos seus arts. 1º e 2º, modificando-se a proposta de alteração da Lei nº 7.014/1996 quanto à inclusão do art. 9º-A, com a alteração dos §§ 4º e 5º, e quanto à revigoração do seu art. 45-B, no que diz respeito ao seu art. 3º, modificando-se a Lei nº 3.956/1981, e no que diz respeito aos seus arts. 5º e 6º. Opino pela rejeição. Quanto à alteração do § 4º do art. 9º-A, a ser incluído através do projeto na Lei nº 7.014/96, a emenda busca substituir o prazo para restituição de indébito de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. A proposta substituiria a restituição parcelada em número de meses correspondente àqueles em que ocorreram pagamentos indevidos por uma restituição imediata.

Esse ponto da emenda não deve ser acolhido porque o estabelecimento da obrigatoriedade de restituição em tantas parcelas quantos forem os meses em que ocorreram os pagamentos indevidos evita afetação no equilíbrio fiscal do Estado da Bahia com a redução abrupta da arrecadação em razão de atraso na protocolização do pedido de restituição causado pelo contribuinte.

Quanto à constitucionalidade desse ponto da emenda proposta, faz-se mister observar, primeiramente, que a emenda impõe alteração no procedimento de restituição de indébito relacionado ao ICMS, sendo a matéria, portanto, eminentemente tributária. Além disso, observa-se que o que se propõe é antecipação da restituição, o que configuraria aumento de despesa frente à previsão e a organização orçamentárias de curto prazo da Administração.

Dessa maneira, observa-se que há afronta às determinações do inciso I do art. 78 e dos incisos III e VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual.

Observa-se ainda que não merece prosperar a arguição apresentada na justificativa da emenda de que o texto ofende o § 7º do art. 150 da Constituição Federal, visto que aquele trata de hipótese em que o fato gerador de tributo não se realiza; o que não é o caso do dispositivo em comento, que trata de fato gerador que se realiza, mas cujo valor de venda praticado pelo contribuinte fora menor que o valor adotado como base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária.

No que toca a alteração proposta ao art. 3º do projeto, que trata da estipulação de novo prazo para que as comunicações eletrônicas de processos administrativos fiscais tenham efeitos de comunicação pessoal, a emenda não deve ser acolhida. Observe-se que a emenda incorre em inconstitucionalidade, pois propõe alteração em norma de caráter tributário – constante do Código Tributário Estadual –, e em norma de organização administrativa que incorreria em aumento de despesa ao Estado – ao garantir mora desnecessária nos processos administrativos fiscais ao sujeito passivo dos tributos, visto que o Domicílio Tributário Eletrônico facilita e demanda acesso

diário ao sistema eletrônico de comunicações. Ou seja, a inconstitucionalidade da emenda manifesta-se na afronta às determinações do inciso I do art. 78 e dos incisos III e VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual.

No que diz respeito à alteração proposta ao texto do § 5º, essa objetiva diminuir o prazo para análise e deliberação sobre pedido de restituição de indébito pela prática de preço de venda inferior ao valor adotado como base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária.

A redução do prazo proposto pelo Executivo em sede do projeto de lei, contudo, diz respeito a alteração na organização administrativa, e alteração com uma imperiosa majoração de despesas do Estado, especialmente no que tange seus recursos humanos, para que se desse conta da celeridade que seria imposta pela norma.

Frente a isso, importa observar que a organização administrativa com aumento de despesa, bem como o tratamento de matéria tributária, como é o caso, são de iniciativa do Executivo, como dispõem os incisos VI e VII do art. 77 da Constituição Estadual; devendo-se, por conseguinte, salientar a vedação a emenda que trate dessas matérias – por força do inciso I do art. 78, também da Constituição Estadual.

Quanto à revigoração do art. 45-B Lei nº 7.014/1996, o Projeto de Lei busca implementar novamente espécie de redução de multa referente a ICMS, a emenda, por sua parte, objetiva aumentar o percentual de tal redução.

Essa iniciativa avançaria contra a arrecadação do Estado para além do que o Executivo propõe como razoável para as contas públicas consubstanciando ônus que atenta contra a disposição do inciso I do art. 78 c/c os incisos III e VII do art. 77, visto tratar-se de matéria tributária e de organização administrativa com efeito negativo para o saldo entre receitas e despesas da Administração.

A alteração proposta pela emenda ao art. 5º do Projeto de Lei suprime a revogação do § 7º do art. 42 da Lei nº 7.014/1996. O dispositivo da Lei em questão trata da admissão da redução ou cancelamento por órgão administrativo de multas relacionadas ao ICMS.

A emenda, ao suprimir a revogação posta no projeto impõe a continuidade de cancelamentos e reduções de multas relativas ao ICMS. Dessa forma, traz-se à Administração organização diferente da que essa propõe por meio do projeto de lei, organização que assume a qualidade de ônus na relação entre arrecadação e despesas do Estado.

Frente a isso, importa observar que a organização administrativa com aumento de despesa e as matérias de ordem tributária são de iniciativa do Executivo, como dispõem os incisos III e VII do art. 77 da Constituição Estadual; além de ser vedada a iniciativa de emenda que trate dessas matérias – por força do inciso I do art. 78, também da Constituição Estadual.

Quanto à proposição de alteração do art. 6º do projeto, essa tem como objeto a entrada em vigência do texto proposto. A emenda impõe alteração com efeitos sobre procedimento administrativo, pois posterga-se a possibilidade do Executivo promover alterações na organização da seara tributária, o que, inclusive, poderia levar o Estado a incorrer tanto em menor arrecadação como em aumento desnecessário de despesas.

Dessa maneira, observa-se que há afronta às determinações do inciso I do art. 78 e dos incisos III e VII do art. 77, ambos da Constituição Estadual. Em tempo, deve ser ressaltado que a Administração tem o estrito dever de fazer cumprir o disposto nas alíneas b e c do inciso III do art. 150 da Constituição Federal, salvaguardas constitucionais ao contribuinte.

Ao final, venho propor, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de relator nº 1:

O § 2º do art. 9º-A... ” A ser acrescido da Lei 7.014 de 1996 conforme e proposto a art. 1º

“(...) do Projeto de Lei nº 23.645/2019 passa a ter a seguinte Redação:

‘Art. 9º- A –

.....

§ 2º - Nos termos do art. 166 do Código Tributário Nacional, a restituição somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.’

Emenda de Relator nº 2:...”

Conforme acordado sob a coordenação dos deputados Eduardo Sales e Tiago Correia.

“(...) Suprima-se, no § 1º do art. 9º-A a ser acrescentado à Lei nº 7.014/96 conforme proposto no art. 1º do Projeto de Lei nº 23.645/2019, a expressão ‘da integralidade’”.

Ficando restrita a Redação às relações que dizem direito ao projeto.

“Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, bem como por não haver qualquer restrição quanto ao mérito, opino pela sua aprovação com as modificações introduzidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Parabéns, deputado Rosemberg Pinto, pelo aprofundamento do estudo. V. Ex.^a se dedicou, vi que o parecer foi muito bem fundamentado, então, eu gostaria de levar para a apreciação das Comissões.

Em votação.

Os Srs. Deputados, permaneçam como se encontram...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É na Comissão.

O Sr. Targino Machado: Isto aqui não é corrida de cavalo, V. Ex.^a imprimiu a votação muito...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Calma, deputado. Deixa só na Comissão, depois a gente vota no plenário e V. Ex.^a pede quórum.

O Sr. Targino Machado: Verificação de quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido. Eu sempre atendo todos os questionamentos.

(O Sr. Presidente procede a verificação de quórum no âmbito das comissões.)

Há quórum nas comissões.

Em votação. Os Srs. Deputados, que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa) Aprovado.

Agora no plenário.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, me inscreva para discussão. Eu preciso marcar posição rápido do que vou fazer.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu até entendo a pressa dos Srs. Deputados, todo mundo cansado...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, deixem eu explicar a V. Ex.^{as}. Vai ter a votação e precisa da presença de 32 Srs. Parlamentares, então por favor todos presentes.

Deputado Targino.

O Sr. Hilton Coelho: Encaminhar o voto do PSOL, viu Sr. Presidente?

O Sr. TARGINO MACHADO: Não entendi nada.

Sr. Presidente, eu preciso marcar posição na apreciação e votação deste projeto, eu entendo que este projeto é um projeto nocivo às finanças do Estado. O Estado não tem se revelado um bom fiscal e não vai conseguir fiscalizar uma atividade que infelizmente se tornou uma atividade marginal como a revenda de combustíveis na Bahia e no Brasil. As perdas do Estado para essa quadrilha que se implantou na revenda de combustíveis é grande. Citei aqui hoje o exemplo agora, de fiscalização recente de dois postos de gasolina, um no início da BR-101, em Berimbau, Conceição do Jacuípe, Posto Jacó Lima, onde foi identificado na fiscalização aquele posto vendendo gasolina com 89% de álcool. Então, era álcool batizado com gasolina e sendo vendido ao consumidor como se gasolina fosse, esse é um negócio da China.

Negócio da China principalmente, porque esse álcool, Sr. Presidente, não é um álcool comprado na usina com nota. Esse álcool é comprado sem nota que entra na divisa da Bahia pelos estados de Sergipe, notadamente Sergipe, São Paulo e Goiás, sem nota. Então, o prejuízo é todo do Estado. Mas esse posto foi fechado, pagou a multa, deputada Fabíola, e no dia seguinte voltou a funcionar normalmente, está funcionando e com certeza continua fazendo a mesma prática por uma razão só: ele tem a certeza de que a próxima fiscalização só será daqui a um ano.

Da mesma forma, o Posto LS, localizado em Anguera, na Estrada do Feijão, na fiscalização foi identificado – deputado Jurandy, V. Ex.^a que passa sempre naquele posto, aquele posto da entrada de Jaguará, depois da entrada de Bonfim de Feira, já no município de Anguera –, lá a fiscalização encontrou a gasolina com 90% de álcool.

Então, de novo, o consumidor comprando álcool batizado com gasolina e o álcool é importado sem nota. Esse é um prejuízo grande.

Quem faz isso, deputado Euclides Fernandes, pode praticar o dumping, pode baixar preço. E o que esse projeto permite é que o substituído tributariamente, que é o posto de gasolina, que não paga o ICMS na hora que vende o produto na bomba, ele paga quando compra da Petrobras ou das outras distribuidoras e paga sobre um valor de pauta, que hoje é R\$4,80. Ele paga 28% de ICMS sobre R\$4.80, mas está vendendo o produto a R\$4,40, R\$ 4,50, R\$ 4,60. Então ele passa a ter o direito de cobrar essa diferença do governo do Estado.

Até aí tudo bem, porque o negócio está legal, mas quando ele começa a adicionar álcool na gasolina, começa a comprar determinados aditivos por R\$0,90 a R\$1,10, adicionando à gasolina, e a gasolina fica até melhor, quando se adicionam esses aditivos, fica melhor, porque ganha em octanagem, o consumidor não perde, mas quem perde é o Estado, porque perde o ICMS. Mas quando ele faz essas coisas, ele pode baixar o preço ainda mais. Se ele baixa o preço ainda mais o percentual que ele vai, a diferença que ele vai cobrar do estado, a restituição do imposto que ele pagou a mais, é maior. O Estado não está conseguindo fiscalizar a entrada de produto ilegal no estado, como é que vai fiscalizar essa teia de criminosos que se infiltraram na atividade de revenda de petróleo?

Por isso é que eu quero deixar, aqui, registrado que o meu voto é contrário, não fechamos questão na Bancada da Oposição, os deputados vão votar como quiserem como desejarem, todos eles, mas o meu voto será contrário e deixo isso aqui registrado, porque a história tem que me preceder, que fique isso registrado, bem registrado.

Não sei qual a intenção de S. Ex.^a, o governador. S. Ex.^a, o governador, não tem negócio em posto de gasolina. E o bom operador, o operador honesto dos postos de gasolina existem, hoje, infelizmente, não são mais maioria, são minoria os honestos nessa categoria de posto de gasolina, revenda de combustíveis, a maioria já contaminou a categoria.

Então, sua cidade, deputado Jânio Natal, Porto Seguro, porque prática preço diferenciado, Porto Seguro, há 30 anos que pratica preço em torno de 10, 15% a mais do que o restante da Bahia, atividade de revenda de combustíveis em Porto Seguro, não sei como está nos últimos meses, mas sempre foi assim e sempre foi uma atividade lucrativa e o crime não teve oportunidade e não precisou entrar em Porto Seguro, mas no restante da Bahia é isso que acontece.

Por isso é que eu precisei vir aqui defender essa tese, sou contra isso e quero viver para ver o diagnóstico e as consequências desse projeto lá adiante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrada a discussão.

Para encaminhar o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, trata-se do projeto 23.645 que trata da perspectiva, na prática, de dispensa de arrecadação por parte do governo do estado. O governo vai abrindo mão de receitas, mais uma vez, aqui, com vícios, especialmente na relação com a lei de responsabilidade fiscal.

Nós queríamos, aqui, fazer duas perguntas: quais seriam as medidas de compensação por meio do aumento de receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração, criação de tributo ou com tributação que estariam definidos nesse projeto? O segundo componente seriam principalmente as contrapartidas socioeconômicas para o desenvolvimento regional, geração de empregos e assim sucessivamente. Nada disso é discutido com transparência e, muito menos, o Tribunal de Contas do Estado consegue avaliar positivamente essas definições que são tomadas pela Assembleia Legislativa que abre uma perspectiva de o governo abrir mão de receitas.

Enquanto isso, nós percebemos que o governo vai fazendo a argumentação de que a situação é de constrição orçamentária e, em função disso, promovendo situações como o congelamento de salário dos servidores, suspensão de pagamento de progressões previstas nos planos de cargos. Aqui eu quero falar de todo o funcionalismo público que está com o seu salário congelado. E em relação ao plano de carreiras, de cargos e salários, nós temos aqui o exemplo das universidades estaduais que até hoje não veem o seu acordo respeitado depois de uma greve heroica em que o governo se comprometeu a responder a pauta, nada até agora. E, a título de patrocínio, a extinção da contribuição paga pelo governo em relação ao Planserv que passa por uma crise violentíssima.

Todas essas demandas parecem que são desconhecidas pelo governo quando se vai discutir aqui abrir mão de receitas como é o caso desse projeto. Então, para nós é um projeto que não tem justificativa se nós considerarmos tudo o que tem sido negado pelo governo, toda argumentação de que é preciso racionalizar recursos, por exemplo, fechando escolas não encontra nenhuma coerência com a aprovação desse projeto na Casa. Por isso, o voto do PSOL vai ser um voto contrário.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação. Os Srs. Deputados, que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado com os votos contrários dos deputados da Oposição, inclusive da oposição da esquerda também.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 23.645/2019

Altera a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - A Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

“Art. 4º -

.....
§ 8º - Tratando-se dos segmentos de exploração e produção de petróleo e gás natural, de refino e processamento de petróleo e gás natural, de distribuição de combustíveis e de postos e revendedores varejistas de combustíveis, consideram-se normais para aferição do quantitativo do estoque de combustíveis, os limites admissíveis de ganhos e perdas por produto, de acordo com índices técnicos admitidos pela Agência Nacional de Petróleo - ANP.” (NR)

“Art. 6º -

.....
XIX - o intermediador em portal de compras na *internet* que promova arranjos de pagamento ou que desenvolva atividades de *marketplace* quando o contribuinte não emitir documento fiscal para acobertar a operação ou a prestação.” (NR)

“Art. 8º -

.....
VII - o contribuinte autorizado mediante regime especial de tributação;” (NR)

“Art. 9º-A - O contribuinte que praticar preço de venda inferior ao valor adotado como base de cálculo para fins de antecipação ou substituição tributária poderá apresentar pedido de restituição.

§ 1º - O pedido de restituição de que trata o *caput* deste artigo implica na renúncia ao encerramento da tributação prevista no art. 9º desta Lei, cabendo ao Fisco realizar as atividades inerentes à fiscalização das operações realizadas pelo contribuinte, devendo exigir a diferença apurada nos casos em que se verificar preço de venda superior ao valor adotado como base de cálculo presumida, prevista na legislação, para fins de antecipação ou substituição tributária.

§ 2º - Nos termos do artigo 166 do Código Tributário Nacional, a restituição somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

§ 3º - O requerimento de que trata o *caput* deste artigo deve vir, também, acompanhado de demonstrativo com vinculação da nota fiscal de entrada à nota fiscal de saída, identificação das bases de cálculo adotadas e valores do imposto devido e cobrado.

§ 4º - Deferido o pedido, a restituição do valor do indébito será realizada em parcelas mensais e sucessivas em número igual ao de meses em que ocorreram os pagamentos indevidos.

§ 5º - A análise e deliberação do pedido de restituição pela Secretaria da Fazenda deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados do protocolo do requerimento.” (NR)

“**Art. 19** - Será adotada como base de cálculo do imposto da operação ou prestação própria, a média de preços usualmente praticados no mercado, cujos valores serão divulgados por ato da Secretaria da Fazenda, desde que não seja inferior ao valor declarado na operação ou prestação:

I - nas operações com sucatas, fragmentos, retalhos ou resíduos de materiais;

II - nas operações com blocos, tijolos, telhas, manilhas, ladrilhos e outros produtos de uso em construção civil em cuja fabricação seja utilizada como matéria-prima argila ou barro cozido;

III - nas prestações de serviços de transporte por transportador autônomo, salvo quando for aplicável o regime de substituição tributária;

IV - nas operações com produtos agropecuários;

V - nas operações com gado bovino, bufalino, suíno, equino, asinino e muar em pé;

VI - nas operações com produtos extrativos minerais e vegetais.” (NR)

“**Art. 22** -

.....

§ 1º -

.....

V -

.....

b) no caso de ausência ou inidoneidade do documento fiscal, será adotado o preço usualmente praticado no mercado;

c) no tocante ao imposto relativo à prestação do serviço de transporte, no caso de ausência ou inidoneidade do documento, será adotado o valor usualmente praticado no mercado;

VI - em se tratando de estabelecimento industrial, para efeito de cálculo de estorno de crédito quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, nos casos em que o contribuinte não informe a quantidade dos insumos utilizados na fabricação de cada produto, aplicando-se o percentual da relação entre as saídas desoneradas e o total das saídas dos produtos industrializados sobre o valor dos créditos fiscais vinculados às aquisições de todos os insumos utilizados no processo produtivo que excederem a carga tributária nas saídas.

.....” (NR)

“**Art. 22-B** -

Parágrafo único -

II - nas transferências de mercadorias produzidas pela própria empresa, a base de cálculo será encontrada pela aplicação, sobre o valor da transferência, do percentual relativo ao somatório do valor da matéria-prima, material secundário, acondicionamento e mão-de-obra sobre o custo total do produto vendido, informados no Registro L210 da Escrituração Contábil Fiscal, admitindo-se como crédito fiscal o valor encontrado pela aplicação da alíquota interestadual sobre a base de cálculo arbitrada.” (NR)

“Art. 23

-

§ 6º - A base de cálculo do imposto a ser pago por substituição, inclusive a título de antecipação, não poderá ser inferior à média de preços usualmente praticados no mercado cujos valores tenham sido divulgados por ato da Secretaria da Fazenda, observados os critérios definidos no § 4º deste artigo.” (NR)

“Art. 42 -

V - 100% (cem por cento) do valor do imposto:

.....” (NR)

Art. 2º - Fica revigorado o inciso II do art. 45-B da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 45-B -

II - 70% (setenta por cento), se for pago antes da inscrição em dívida ativa;

.....” (NR)

Art. 3º - A Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981, passa vigorar com os seguintes acréscimos e alterações:

“Art. 127-D -

Parágrafo único -

III - caso o acesso não seja realizado no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de seu envio, será considerada realizada no dia útil seguinte ao término desse prazo;

.....” (NR)

“Art. 147-B -

§ 6º - Poderá ser indicado para compor Junta de Julgamento Fiscal ou Câmara do CONSEF, como representante da Fazenda Pública Estadual, aposentado do fisco estadual que tenha exercido o cargo de

auditor fiscal e possua notório conhecimento da legislação tributária estadual.” (NR)

Art. 4º - O art. 5º da Lei nº 14.170, de 04 de novembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“**Art. 5º** -

Parágrafo único - O crédito presumido será equivalente ao percentual a ser definido por ato do Chefe do Poder Executivo, aplicado sobre o valor consignado nas notas fiscais de saídas, vedado o aproveitamento de quaisquer outros créditos vinculados a essas operações e observadas as condições estabelecidas em regulamento.” (NR)

Art. 5º - Ficam revogados o parágrafo único do art. 9º, o § 9º do art. 23 e o § 7º do art. 42, todos da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2019.

Deputado Rosemberg Pinto

Relator

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Como não tem mais nenhuma matéria constante da Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.